



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 114**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 15 de junho de 2023**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

No âmbito do **PTAP** (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

— [Voto de Congratulação pelo Centenário do Sporting Club da Horta](#), apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), com intervenção do Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo 50º aniversário do Sport Clube Barbarense](#), apresentado, pelo Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), com intervenção do Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação pelo 25º aniversário do Grupo Folclórico do Porto Formoso](#), apresentado pela Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*), com intervenção da Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*), o Voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação 25 anos da Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca](#), apresentado pelo Sr. Deputado Rui Anjos (*PS*) com a participação da Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação Comemoração dos 300 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo da Silveira](#), apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*), sendo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação Comemoração dos 300 Anos da Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira](#), apresentado pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação pela Vitória no Campeonato Nacional de Juvenis pelo Clube de Judo da Ribeira Grande](#), apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), tendo participado o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) e sendo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação Ao primeiro lugar da Equipa “Cagarros” da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, no CanSat Júnior Açores](#), apresentado pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*), tendo intervindo a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), o Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação -Vitória Costa Neves Dutra Goulart Campeã Nacional de Juvenis em Judo \(2023\)](#), apresentado pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*), com a participação do Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*) e do Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), sendo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação - Prémio na Categoria de Mérito Profissional na Área da Museologia](#), apresentado pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação Professor Carlos Lobão, agraciado com a Ordem de Mérito Filatélico](#), apresentado pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), intervindo os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e Salomé Matos (*PSD*), o Voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação ao Observatório do Mar](#), apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), tendo participado a Sra. Deputada Ana Luis (*PS*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação - Matilde Medeiros](#), apresentado pela Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*), com participação do Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*) e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação - participação de Corporações de Bombeiros dos Açores no VIII Campeonato Nacional de Trauma](#), apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), intervindo o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), sendo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima](#), apresentado pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria (*PS*) e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo Luzense](#), apresentado pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*), participando o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e sendo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação - pelo Título de Campeã Nacional de sub-15 e sub-21 de Ténis de Mesa de Júlia Leal](#), apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), intervindo a Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*) e o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Saudação pelo 100º Aniversário do Sporting Club da Horta](#), apresentado pela Sra. Deputada Ana Luís (*PS*), aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Ambiente](#), apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), tendo participado o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Protesto Contra a Discriminação no Desporto](#), apresentado pela Sra. Deputada Alexandra Manes e aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento de Luis Carlos Sousa Armas do Amaral](#), apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), intervindo o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) e sendo aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se com uma [Declaração Política: Defender a Autonomia, preservar a unidade dos Açores](#), apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*) tendo participado o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), Sr. Deputado António Lima (*BE*), Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

No período da ordem do dia, e dando cumprimento à agenda de trabalhos, teve lugar a continuação do debate e posterior votação da - [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”](#), intervieram o Sr.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*) e Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*). A presente iniciativa foi aprovada por maioria.

Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril, que estabelece prazos específicos para a classificação e qualificação dos solos na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria Pereira*), Intervieram no debate os/as seguintes Deputados/as: Pedro Neves (*PAN*), Sabrina Furtado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Sandra Dias Faria (*PS*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estevão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Joana Pombo Tavares (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*), intervindo também o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*). A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

No final do debate proferiram declarações de voto os/as seguintes Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Sabrina Furtado (*PSD*), Carlos Furtado (*Indep.*), Sandra Dias Faria (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 138/XII – “Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região](#)

[Autónoma dos Açores](#)”, apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), intervieram no debate os/as seguintes Deputados/as: Ana Quental (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Tiago Lopes (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Alexandra Manes (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*), Vasco Cordeiro (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*). O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 160/XII – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

**Presidente:** Bom dia Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor Sr. Secretário, tem a palavra.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos.

**Partido Socialista (*PS*)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Joana Pombo Sousa Tavares**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Mário José Dinis Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Patrícia Maria Melo Miranda**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**



**Elisa** Lima de **Sousa**

**Flávio** da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

**Jaime** Luís Melo **Vieira**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

**Luís** Carlos Cota **Soares**

**Marco** José Freitas da **Costa**

**Nídia** Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

**Paulo** Duarte **Gomes**

**Paulo** Alberto Bettencourt da **Silveira**

**Ricardo** Beato Gomes **Vieira**

**Sabrina** Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

**Vitória** Alexandra Correia **Pereira**

**Partido Popular** (*CDS/PP*)

**Catarina** de Oliveira **Cabeceiras**

**Pedro** Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

**Rui** Miguel Oliveira **Martins**

**Bloco de Esquerda** (*BE*)

**Alexandra** Patrícia Soares **Manes**

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Gustavo Valadão Alves**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Chega (CH)**

**José Eduardo Cunha Pacheco**

**Iniciativa Liberal (IL)**

**Nuno Alberto Barata Almeida Sousa**

**Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**

**Pedro Miguel Vicente Neves**

**Deputado Independente**

**Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

**PTAP**

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao período de tratamento de assuntos políticos. Vamos iniciar pelos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro voto é um **Voto de Congratulação pelo Centenário do Sporting Club da Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

**Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação pelo Centenário do Sporting Club da Horta**

A 28 de maio de 1923 um grupo de pessoas, entre eles Manuel de Azevedo Castro Neves, sócio nº1 conhecido por “Pai do Sporting”, Carlos Silva e José Maria Menezes, deliberaram fundar uma nova agremiação desportiva, o Sporting Club da Horta (SCH), cujo centenário aqui assinalamos.

A 8 de Junho do mesmo ano, foi realizada a primeira Assembleia Geral, numa sala do Grémio Literário Artista Faialense, em que foram aprovados os Estatutos e eleita a primeira Direção, presidida por Domingos Homem Garcia.

A 19 de Julho de 1925 é inaugurado o seu rinque, num terreno situado nas traseiras do então Governo Civil, na freguesia da Matriz.

A 31 de Agosto de 1931 é inaugurado o campo de futebol, junto às Pedreiras da Doca, na freguesia das Angústias.

A primeira sede do Clube foi numa sala do 2º andar do Grémio Literário Artista Faialense, no Largo da Matriz, passando depois por outros locais nesta freguesia. Em junho de 1935 passa para a Rua Eduardo Bulcão e a 12 de fevereiro de 1936 é inaugurada no mesmo local a sua primeira Sede própria, tendo sido ampliada em 1938, passando a ter condições para Sala de Jogos, Ginásio, Biblioteca, Dança, Festas, Espetáculos e Cinema.

Recentemente, e merecidamente, a atual direção do Clube viu ser atendida uma reivindicação, já antiga, com a atribuição de um apoio financeiro do Governo Regional para ser aplicado na I Fase da Construção da Sede do SCH.

O Sporting Club da Horta tem o estatuto de Sociedade Desportiva de Utilidade Pública desde março de 1925, sendo desde 1936 a Filial nº 80 do Sporting Club de Portugal.

Com letra de Gastão Melo Furtado e música de Francisco Symaria, o hino do Sporting Clube da Horta entoia palavras de orgulho que engrandecem todos aqueles que sentem o SCH como o seu Clube.

Ao longo dos últimos 100 Anos o Sporting Clube da Horta, notabilizou-se em diversas áreas, nomeadamente do Desporto, da Cultura, do Recreio e da Beneficência.

Na Cultura e no Recreio; o Teatro, a Música, o Cinema, os Espetáculos e as Festas, com a celebração do animado “4th of July”, uma iniciativa de Manuel Cristo, marcaram uma geração da sociedade faialense.

No campo desportivo, foram várias as modalidades praticadas, nomeadamente: Atletismo, Ciclismo, Ginástica, Hóquei em Patins, Ténis de mesa, Motocross, Natação, Remo e Vela, Tiro aos Pratos, Voleibol, Basquetebol, Andebol de entre muitas outras que totalizaram mais de duas dezenas.

Uma das modalidades mais duradouras foi o futebol, que venceu o primeiro campeonato distrital de futebol disputado nos Açores, na época de 1930/1931, e que alcançou os seus feitos mais notáveis com a obtenção do título de Campeão Açoriano de Futebol, em 1936 e 1952.

No entanto, nas últimas duas décadas, é no Andebol que o Sporting Club da Horta mais se tem distinguido e desenvolvido um relevante trabalho na formação das camadas jovens.

Em 1993, subiu à 2ª Divisão Nacional e em 1996 à 1ª Divisão Nacional em que se manteve até ao ano de 2022. Em 2002/2003 participou pela primeira vez, na Divisão Nacional de Elite tendo alcançado o 3º lugar do pódio, no ano seguinte foi vencedor da taça Presidente da República e em 2006 foi finalista da competição europeia “Taça Challenge”.

O SCH escreveu já uma página impressionante no andebol nacional e internacional, projetando o nome do Faial, dos Açores e de Portugal além-fronteiras, sendo credor do maior orgulho e admiração e depositário de todas as esperanças dos praticantes e amantes do desporto.

Homenageado com a insígnia autonómica de mérito cívico no Dia da Região de 2023, o Sporting Club da Horta assinalou o seu centenário com o lançamento de uma medalha e de um selo comemorativo.

No seu longo percurso associativo e desportivo o Sporting Club da Horta deu muitas alegrias aos seus fundadores, sócios, adeptos, dirigentes, desportistas e técnicos, que felicitamos, e honrou o bom nome do Clube, que tem como um dos seus lemas “Hoje e Sempre Sporting”.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Sporting Club da Horta e que do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio clube, à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Municipal da Horta.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins, faz favor

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação pelo centenário do Sporting Club da Horta, uma entidade que, obviamente ao longo dos tempos atravessou as suas

dificuldades, aliás, infelizmente, como muitas das coletividades na nossa Região, mas que consegue chegar ao seu centenário na mesma com vitalidade e com vontade, em que os seus associados e as pessoas que estão envolvidas, continuam com vontade de voltar a trazer à glória tempos, talvez mais gloriosos deste clube, mas que, sem dúvida, marcaram a história da ilha do Faial e da cidade da Horta, e, obviamente, não podendo também deixar de dizer, apesar de ser um clube bastante eclético, como é apanágio também dos clubes açorianos, mas que conseguiu colocar o nome dos Açores nos mais altos patamares na modalidade de andebol, que é sem dúvida a modalidade rainha atualmente neste clube e de alguns anos a esta parte e por isso, o CDS obviamente congratula o Sporting da Horta por este centenário e obviamente, associa-se a este Voto. Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar a um **Voto de Congratulação pelo 50º aniversário do Sport Clube Barbarense**, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação pelo 50º aniversário do Sport Clube Barbarense**

Fundado a 10 de junho de 1973 o Sport Clube Barbarense é uma instituição desportiva de excelência e de referência na freguesia de Santa Bárbara na ilha Terceira.

Com diversas modalidades dinamizadas ao longo do seu historial desportivo, o Sport Clube Barbarense conseguiu várias conquistas no que ao desporto açoriano diz respeito.

Passando pelo Futebol de Onze, Ténis de Mesa e Damas, o clube possui atualmente as modalidades de Futsal, Danças de Salão e Ciclismo, com atletas de diversas faixas etárias e de ambos os géneros.

Ao longo dos anos da sua existência e mais recentemente, o clube conseguiu alcançar várias conquistas desportivas que alargaram o âmbito e o alcance das competições em que tem participado e participa, indo para além do contexto geográfico local.

Mais que as conquistas desportivas ao Sport Clube Barbarense enaltecem-se e destacam-se os princípios e valores basilares que



estão na sua origem: a formação de atletas e a promoção de atitudes e comportamentos salutarres e sustentáveis, positivas e construtivas em várias áreas, nomeadamente na saúde, cultura, cidadania e educação dos mais novos, para além do natural incentivo à competição.

Foi com o trabalho, empenho e dedicação de todos, desde os voluntários, passando por dirigentes e treinadores até aos atletas que, no decurso do último meio século, fruto e resultado do foco, perseverança e abnegação, o clube se estabeleceu como uma referência da ilha Terceira.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho, aprove o seguinte voto de congratulação: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelos 50 anos de existência do Sport Clube Barbarense”.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos próprios, à Junta de Freguesia de Santa Bárbara, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Gomes, faz favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação pelo aniversário do Sport Clube Barbarense, um clube com apenas 50 anos, mas já com uma rica história e com uma atividade que é de assinalar no desporto e na cultura, quer da ilha Terceira, quer dos Açores.

O Barbarense iniciou a sua atividade na Casa do Povo, na altura a Casa do Povo de Santa Bárbara funcionava no Centro Paroquial da freguesia, sendo que depois por boa vontade de um barbarense passou para a Rua do Poço, onde desenvolveu a sua atividade numa sede provisória, depois mais tarde onde havia a Sociedade Recreativa de Santa Bárbara o Barbarense com a boa vontade e a generosidade dos seus sócios e adeptos, conseguiu construir uma sede de raiz, uma sede nova que tem sido um forte apoio à atividade. Só dizer também que o Barbarense em tão pouco tempo passou de uma equipa que participava nas competições do INATEL, num campo de futebol pelado, e, em 50 anos, já é um dos clubes mais ecléticos dos Açores e é um clube que aposta muito na formação. Portanto, muitos parabéns ao Sport Clube Barbarense, aos seus adeptos, à freguesia e a todos os seus sócios.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao **25º aniversário do Grupo Folclórico do Porto Formoso**, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo para a sua apresentação.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Grupo Folclórico do Porto Formoso**

Na história de um grupo Folclórico, 25 anos significa experiência, sabedoria, capacidade de resiliência e, acima de tudo, amor e dedicação a esta expressão artística de cariz popular. Falamos de um quarto de século de um Grupo que nasceu com a missão de recolher, preservar e divulgar os costumes e tradições da nossa Região, contribuindo para a valorização da memória coletiva do povo, aqui e além-fronteiras.

A jornada do Grupo Folclórico do Porto Formoso surgiu da iniciativa de alguns membros da Casa do Povo do Porto Formoso, nomeadamente Laudalino Rodrigues, Maria Luísa Cabral, Nazaré Leite e Regina Mendonça, a atual Diretora Artística, decorria o ano

de 1998, mais precisamente no dia 4 de março, e com o nome Grupo Folclórico da Casa do Povo do Porto Formoso.

Com forte ligação à realidade local, o Grupo elegeu o traje da Apanhadeira de Chá e do Homem do Campo, uma vez que esta era uma forma de vestir, simples e original, para a apanha do chá, por volta de finais do século XIX e início do século XX. Esta escolha resultou de uma pesquisa bibliográfica exaustiva e da recolha de informação oral dos membros mais idosos da comunidade.

A estreia do Grupo aconteceu numa Festa da freguesia. Mais tarde, em 2010, constituiu-se como Associação com o nome da padroeira, ganhando a denominação de “Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso”. Este Grupo foi entronizado pela Confraria do Chá Porto Formoso, como Confrade Honorário, e teve várias participações culturais em colaboração com outros grupos. Regista já uma panóplia de atuações em território regional, nacional e até estrangeiro. É também responsável pelo Festival Internacional de Folclore do Porto Formoso.

Atualmente, o Grupo conta com 45 elementos que espalham o melhor das nossas tradições e a nossa boa disposição pelos locais por onde passa.

Felicitando o Grupo Folclórico pela sua enorme capacidade de resistência, e desejando que o futuro seja apenas a consolidação do vosso projeto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Folclórico Nossa Senhora da Graça, do Porto Formoso, pela passagem do seu vigésimo quinto aniversário, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Presidente da Assembleia e Presidente do Grupo Folclórico, bem como aos seus Fundadores.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Valdemira Gouveia, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto de Congratulação do 25º aniversário do Grupo Folclórico Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso.

Os grupos folclóricos existentes nas freguesias da nossa Região dos Açores, são um marco cultural e social e também uma influência positiva na vida dos jovens de cada freguesia, o que acontece com a integração dos jovens da freguesia do Porto Formoso.

Mais uma vez, parabéns ao Grupo Folclórico Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação pelos **25 anos da Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca** é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos para a sua apresentação.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca**

A Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca comemorou, a 26 de maio último, 25 anos de existência.

Desde 1998, esta associação de carácter juvenil tem como principal objetivo a dinamização sociocultural junto da população mais jovem da freguesia da Ribeira Seca, mas também de toda a comunidade Vilafranquense.

Ao longo destes 25 anos, a boa capacidade de organização e a forte participação da população nos eventos desenvolvidos, afirmam esta

associação como um ativo cultural imprescindível no Concelho de Vila Franco do Campo.

A recorrente e enorme adesão dos jovens, desde a conceção dos projetos até à sua execução, traduz de forma inequívoca a vitalidade desta associação, mas também toda a dedicação e competência dos seus dirigentes.

Em 25 anos ao serviço da população é justo reconhecer hoje e aqui, nesta câmara, que esta associação que tem na amizade e na solidariedade o espírito de trabalho que os caracteriza.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula a Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca, pelos seus 25 anos de existência e trabalho desenvolvido em prol da comunidade, sobretudo dos jovens Vilafranquenses.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca, à Junta de Freguesia da Ribeira Seca, em Vila Franca do Campo, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, naturalmente, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto pelos 25 anos da Associação de Jovens Unidos da Ribeira Seca, reconhecendo o seu dinamismo e a importância desta associação, não só nesta freguesia como em todo o Concelho de Vila Franca do Campo. Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, é pela **Comemoração dos 300 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo da Silveira**. Sr. Deputado Carlos Freitas, para a sua apresentação faz favor, tem a palavra.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação pela comemoração dos 300 anos da Irmandade do Divino Espírito Santo da Silveira (Pico)**

Todos os povos têm uma forma particular de expressar a sua Fé no Divino, e o Povo Açoriano não foge à regra. Fruto do isolamento



secular, das catástrofes naturais, dos fenómenos sismo-vulcânicos, os Açorianos, convictos da sua Fé e Devoção, renderam-se à superior força do Divino Espírito Santo para que aquele os protegesse e acalentasse a esperança nos momentos mais difíceis.

Como sinal de gratidão e reconhecimento do alívio das suas dores, o mesmo Homem retribuía com grandes momentos de partilha as famosas Sopas do Espírito Santo, distribuídas gratuitamente por todos, crentes e não crentes, numa tradição que une à mesma mesa ricos e pobres, novos e velhos. Se um dia nos perguntarem sobre como é ser-se Açoriano, teríamos de começar e acabar descrevendo o Culto ao Senhor Divino Espírito Santo. É tão forte e é tão nosso. E porque esta é uma celebração religiosa que ultrapassa o tempo, tornou-se numa importante manifestação cultural de todos e para todos, e que apenas na lonjura dos tempos vemos a sua universalidade e grandiosidade. É assim há séculos. E é assim que queremos manter esta nobre tradição.

Instituído pelo Parlamento Açoriano em 1980, a segunda-feira do Espírito Santo, também conhecida como o Dia da Pombinha, é uma data que pretende celebrar a açorianidade e as suas gentes.

No período que vai de abril a outubro, com mais intensidade nos meses de maio e junho, por todas as ilhas, celebra-se esse culto. Mas na ilha do Pico, mais precisamente na Silveira, esta Festa é celebrada há pelo menos 300 anos, existindo para o efeito a Irmandade do

Sábado do Espírito Santo da Silveira, que junta todos os anos, gente de toda a ilha e de toda a parte, crentes e simples curiosos.

Estas Festas remontam ao século XVIII, mais precisamente aos anos de 1718 e 1720, data em que a ilha do Pico foi assolada por uma crise sismo-vulcânica que deixou um rastro de destruição e cultivou o medo entre as suas gentes. Como bons cristãos e homens de Fé, a população da época, por entre medos e incertezas, apelou aos 7 dons protetores do Espírito Santo: a sabedoria, o entendimento, o conselho, a fortaleza, a ciência, a piedade e o temor a Deus.

Imbuídos desses sagrados preceitos, os homens de então arregaçaram as mangas e, reconstruindo o que fora destruído, decidiram erguer a Capela em honra ao Divino Espírito Santo que foi concluída decorria o ano de 1723.

Nascia assim a Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira. Desde essa data até hoje, passaram-se 300 anos. Incontáveis gerações consolidaram a melhor tradição e celebraram os valores e os princípios desse Culto.

No entanto, nunca como este ano, a Irmandade se esforçou tanto por aumentar a capacidade de doação de carne, sopas, massa sovada, vinho de cheiro...

**Deputados Carlos Silva e Berto Messias (PS) e Alexandra Manes (BE):** E as lapas?! Não pode faltar.

**O Orador:** ... e o indispensável arroz-doce. Mas também o cortejo ficará para sempre como inesquecível, tendo integrado 48

irmandades da ilha do Pico, 11 grupos de foliões e 70 açafates transportados à cabeça, como manda a tradição, que, em conjunto com o fogo de artifício e a alegria estampada nos rostos de todos os presentes, deu a nota de dimensão nunca antes vista pelas bandas da Silveira, na ilha do Pico.

Desta forma, e dada a relevância e grandiosidade das Festas deste ano, o Conselho das Lajes do Pico e a Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira devem sentir-se orgulhosos da realização do Dia da Região naquela localidade.

Felicitando de uma forma especial todos quantos contribuíram para a promoção deste dia e desta festa, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela comemoração dos trezentos anos da Irmandade do Sábado do Divino Espírito Santo da Silveira, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção e respetivos Órgãos Sociais.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado, pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela **Comemoração dos 300 Anos da Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira**, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

**Voto de Congratulação pela Comemoração dos 300 anos da Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira (Lajes do Pico)**

Do domingo de Páscoa até à Trindade não há açoriano que não celebre o Divino Espírito Santo, esteja nos Açores ou em qualquer outra parte do mundo.

A nossa Região está, inequivocamente, associada às Festas do Espírito Santo, cuja origem aparenta remontar ao século XIV, época em que a Santíssima Trindade era festejada com banquetes coletivos, designados de Bodo aos Pobres, com a distribuição de comida e de esmolas.

O culto ao Divino Espírito Santo é hoje um dos mais significativos fatores da identidade do povo açoriano, de tal modo que o Dia da

Região, este ano comemorado na freguesia e concelho das Lajes do Pico, se celebra na segunda-feira de Espírito Santo.

Esta festa não é só religiosa, ligando-se a outro tipo de tradições, como as festas populares das nossas comunidades, sendo exemplo de uma tradição forte que une o religioso e o profano.

Os Impérios e as Irmandades do Divino Espírito Santo são um dos traços mais fortes da nossa identidade, constituindo um culto que para além de marcar o quotidiano insular, caracteriza e acompanha também os açorianos em todos os lugares do mundo para onde a emigração os levou.

As festas do Divino Espírito Santo são as festas do povo açoriano, feitas em forma de dádiva e de partilha, através do pão, do vinho e da carne, das tradicionais procissões e dos arraiais.

Ainda os Picarotos recuperavam dos sustos e estragos que a crise sísmica de 1718 lhes causara, quando foram surpreendidos, em junho de 1720, por outro evento sismovulcânico que faria rebentar fogo no lugar do Soldão, freguesia e concelho das Lajes do Pico.

Felizmente, não se perderam vidas humanas, mas a catástrofe provocada pela erupção vulcânica destruiu habitações, quintas, vinhas, quintais e pomares. As cinzas, que o vento foi transportando, destruíram muitas árvores de fruta, searas e pastos em quase toda a ilha, chegando a morrer alguns animais.

Admite-se que esta catástrofe, associada à fé cristã destas populações, levou a que os nossos antepassados apelassem às

virtudes e à inspiração divina que assenta nos sete dons do Espírito Santo (sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor a Deus), tendo sido este misto de sentimentos que os motivaram para arregaçar as mangas nas suas tarefas diárias de reconstrução e de regresso à normalidade, e possibilitando que esta devoção passasse de geração em geração, perfazendo trezentos anos de renovação de fé, simbolizada na capela ao Divino Espírito Santo, concluída em 1723 no lugar da Silveira, um dos mais antigos do Pico, na cronologia do povoamento da ilha.

Este Império do Sábado da Silveira tem a particularidade de ser celebrado num sábado por causa do voto feito pelos habitantes daquela localidade e desde então abre os festejos do Pentecostes na ilha do Pico.

No passado dia 27 de maio, a Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira levou a efeito o encerramento dos festejos das comemorações dos seus três séculos de vida, dado que no mês de julho do ano 2020, já o havia assinalado com um primeiro evento alusivo aos festejos, através da inauguração de um monumento.

A celebração de tão importante efeméride foi marcada pela homilia, presidida pelo Senhor Bispo da Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, D. Armando Domingues, sendo coadjuvado por diversos sacerdotes presentes na Igreja Paroquial de São Bartolomeu do lugar da Silveira. Estiveram também presentes representantes de diversas entidades civis e eclesiásticas e todas as mais de quarenta

irmandades e impérios da Ilha do Pico, que participaram na procissão com as respetivas bandeiras e estandartes. Participaram ainda nos festejos onze grupos de foliões de toda a ilha, assim como a filarmónica Liberdade Lajense que abrilhantou a procissão/cortejo e o arraial.

A Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira é composta por mais de duzentos “irmãos”, alguns deles espalhados pela diáspora, Estados Unidos e Canadá que se reveem nestas tradições identitárias e seculares, contribuindo para manter vivo o “culto ao Divino Espírito Santo”, através da sua Irmandade.

De louvar a importância, a persistência, a dedicação, o empenho e o contributo dos “irmãos” desta Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira, atualmente presidida pelo Sr. João José Pereira, e que durante séculos e perante situações adversas resistiram e persistiram em manter vivas às nossas tradições alusivas ao culto ao Divino Espírito Santo, através também da oferta das sopas, e pão de massa sovada a todos aqueles que pelo Império passam.

Esta consciência do passado tem sido um impulso para o presente e, com certeza, sê-lo-á também para o futuro da Irmandade do Sábado do Espírito Santo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de junho, aprove e emita um Voto de

Congratulação pela passagem dos trezentos anos da Irmandade do Sábado do Divino Espírito Santo da Silveira, do qual deve ser dado conhecimento formal aos corpos gerentes da Irmandade do Sábado do Espírito Santo da Silveira, ao Pároco da Paróquia de São Bartolomeu da Silveira, à Diocese, à Junta de Freguesia, à Assembleia e à Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Horta, Sala de Sessões 15 de junho de 2023

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação, pela **Vitória no Campeonato Nacional de Juvenis do Clube de Judo da Ribeira Grande**, é apresentado pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados. Excelentíssimos Srs. Membros do Governo.

**Voto de Congratulação pela Vitória no Campeonato Nacional de Juvenis pelo Clube de Judo da Ribeira Grande**



O Clube de Judo da Ribeira Grande sagrou-se campeão nacional de equipas, na categoria de juvenis femininos, na competição que decorreu no Seixal, no passado fim-de-semana, que contou com duas atletas do Clube Escolar Jerónimus d`angra.

O resultado alcançado foi o corolário do crescimento do Clube, desde a última participação em 2022 em provas nacionais, e honra não só o Clube de Judo da Ribeira Grande, mas também a nossa Região.

Na verdade, as expetativas para o Nacional de 2023 eram ambiciosas, devido à boa participação deste clube no campeonato nacional de 2022, em que tinham obtido a medalha de bronze.

Na presente edição, as elevadas expetativas acalentavam a esperança de um bom resultado, o que foi confirmado ao longo da competição. A equipa foi constituída por Denise Silva (-44kg), Ana Pacheco (-48kg), Vitória Goulart (-52kg), Ana Matias (-57kg) e Inês Almeida (-70kg).

Realce-se que, a nível individual, foram conquistadas três medalhas de bronze e uma de ouro.

Vitória Goulart, de 13 anos, na categoria de menos 52 quilos alcançou o primeiro lugar, realizando quatro combates antes de chegar à final, onde defrontou uma congénere espanhola.

Além da atleta medalhada com o ouro, participaram Denise Silva, Ana Pacheco e Inês Almeida, todas elas com honrosas participações, que dignificaram o desporto dos Açores.

Porém, o sorteio ditava uma longa e dura jornada, que foi sendo sucessivamente ultrapassada pelas jovens atletas. Passo a passo, degrau a degrau, foram alcançando os seus objetivos.

Realce-se também que o Clube de Judo da Ribeira Grande defrontou as equipas mais fortes do grupo, o que torna a vitória ainda mais exigente e brilhante.

Esta foi sem dúvida uma prova muito exigente e esta vitória só demonstra a capacidade das nossas atletas, bem como todo o trabalho desenvolvido pelos nossos clubes no geral, e do clube de judo em particular.

Este triunfo abre grandes perspectivas para o futuro, pois o caminho trilhado por este clube tem sido em perpétuo crescimento, em conquistas em qualidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Clube de Judo da Ribeira Grande pela conquista de campeão nacional de equipas, modalidade de juvenis femininos, e que do presente deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Ribeira Grande, à Junta de Freguesia da Matriz e aos órgãos sociais do Clube de Judo da Ribeira Grande.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao presente Voto de Congratulação pela Vitória no Campeonato Nacional no Escalão de Juvenis Femininos.

O Clube de Judo da Ribeira Grande, de facto, tem pouco mais de dez anos de existência, tem trazido enormes trofeus para a Região, tem contribuído grandemente para a formação de atletas, quer no escalão de femininos, quer no escalão de masculinos, e isso deve ser realçado e foi realçado pelo presente Voto, e, nós associamo-nos com gosto, uma saudação especial aos órgãos sociais que têm contribuído para a dinamização do Judo na Ribeira Grande, aos seus treinadores e também em particular às atletas, neste caso em concreto, à atleta Denise Silva, atleta Ana Pacheco, Vitória Goulart, Ana Matias e Inês Almeida, que contribuíram para a conquista de mais um prémio que dignifica, como foi realçado, o desporto, a Ribeira Grande e também a Região, e, isso deve ser aqui realçado uma vez mais e, portanto, associamo-nos com gosto ao presente Voto. Muito obrigado.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao **1º Lugar da Equipa dos Cagarros**, tem a palavra a Sra. Deputada Joana Ponte Tavares para a sua apresentação.

**Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Ao primeiro lugar da Equipa “Cagarros” da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, no CanSat Júnior Açores.**

Decorreu nos dias 27 e 28 de maio de 2023, na ilha de Santa Maria, o CanSat Júnior Açores – que contou com a presença de 13 equipas de alunos do 3º ciclo, representando sete das nossas nove ilhas e envolvendo aproximadamente 100 pessoas, na sua primeira edição nos Açores.

O objetivo principal deste concurso passa pela construção de um microssatélite do tamanho de uma lata de refrigerante – de onde deriva o nome do concurso: “Can” de lata e “Sat” para satélite – e que fosse capaz de medir a temperatura e pressão atmosférica.

Para tal, o CanSat deve sobreviver a um lançamento, que no presente concurso foi lançado de um drone. Todo este processo de voo e de comunicação tem de ser estudado, idealizado e executado pelos próprios alunos, com apoio dos docentes, que são os mentores desta aventura científica.

Durante a sua descida, o CanSat tem de executar uma missão científica, comunicar os dados a um computador, localizado no solo, através de telemetria e, por fim, aterrar em segurança, com recurso a um paraquedas, que tem de ser desenhado tendo em conta o peso da lata e a trajetória, para que chegue a terra em segurança.

O contexto histórico de Santa Maria e a sua posição geoestratégica permitiram ao longo dos tempos a ilha tivesse um papel fundamental no contexto regional, nacional e até mesmo internacional. Desde o aeroporto como base militar, na 2ª Guerra Mundial, com um aeroporto que serve as escalas técnicas internacionais e, mais recentemente, em 2008, com a instalação da Estação Espacial Europeia (ESA), que marcou o salto da ilha de Santa Maria para albergue de um cluster espacial.

Neste contexto histórico e tecnológico, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria, em 2011, aderiu a projetos escolares da ESA em que os alunos participaram e ganharam os primeiros prémios europeus. Todas as equipas que participaram no CanSat Júnior Açores, no passado mês, deram o seu melhor nesta missão científica, sendo que

a equipa “Cagarros”, equipa da casa, obteve melhores resultados nesta missão espacial, ficando em primeiro lugar.

A equipa “Cagarros”, composta por Maria Costa, Pablo Ricardo, Sofia Rodrigues, Francisco Farinha e Francisca Bairos, foi orientada pela professora Sandra Fernandes que, à semelhança de muitos outros docentes da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, assumirá um papel fundamental no percurso escolar e profissional de muitos dos seus alunos, incluindo os que agora tiveram a oportunidade de viver esta experiência.

Com esta vitória, a equipa os “Cagarros” representará a Região Autónoma dos Açores na Final Nacional do CanSat Júnior, que decorrerá em julho deste ano, em Bragança.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho, a aprovação do Voto de Congratulação pelo primeiro lugar da equipa “Cagarros” da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, no CanSat Júnior Açores.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à equipa “Cagarros” e à professora Sandra Fernandes, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Associação de Pais da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023

**Deputado Vílson Ponte Gomes e Deputada Ana Luis (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o Voto. Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa faça favor.

**(\*) Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PSD Açores associa-se com muito gosto ao Voto de Congratulação à equipa “Cagarros” pelo primeiro lugar no CanSat Júnior Açores.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria tem já uma vasta história neste concurso, tendo vencido a competição nacional por diversos anos, alcançado o terceiro lugar em 2012 a nível europeu e vencido, inclusive a competição europeia em 2013.

Portanto, parabéns a todos os alunos e a todos os professores que ao longo dos anos se tem envolvido neste e noutros projetos que tanto enriquecem a comunidade escolar. Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é a **Vitória Costa Neves Dutra Goulart**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

**Deputada Nídia Inácio (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Vitória Costa Neves Dutra Goulart**

#### **Campeã Nacional de Juvenis em Judo (2023)**

Vitória Costa Neves Dutra Goulart, nasceu a 15 de outubro de 2009. Aos 13 anos de idade, a judoca terceirense sagrou-se, recentemente, na Cidade do Seixal, Campeã Nacional de Juvenis em Judo, na categoria de -52Kg, a título individual, representando Clube Escolar Jerónimus D'Angra.

Vitória Goulart integrou a equipa do Clube de Judo da Ribeira Grande, composta por 5 atletas, (3 atletas do Clube da Ribeira Grande e 2 atletas do Clube Escolar Jerónimus D'Angra).

Na competição, organizada pela Federação Portuguesa de Judo nos passados dias 3 e 4 de junho, aquele emblema conseguiu o título coletivo.



Vitória Goulart iniciou a prática do Judo em 2017, sob a orientação de Rute Meireles, competindo pelo Judo Clube São Carlos, até à temporada passada.

Representa, desde janeiro deste ano, o Clube Escolar Jerónimus D'Angra mantendo-se com a consagrada treinadora.

Em 2022, conseguiu o 1º lugar, na categoria de - 44 Kg, no Open de Coimbra.

Ganhou o 1º lugar, na categoria de - 44 Kg, no Open de Almada.

Obteve o 1º lugar, na categoria de - 44 Kg, na III Taça Município de Cuba.

Alcançou ainda o 1º lugar, na categoria de - 48Kg, no Campeonato Regional de Juvenis.

Venceu o 1º lugar, na categoria de - 44 Kg, no Open Terceira.

Foi 3ª classificada, na categoria de - 44kg, no Campeonato Nacional de Equipas, já integrando a equipa da Ribeira Grande.

Obteve também o 1º lugar, na categoria de - 44kg, no 33º aniversário do Judo Clube do Pragal.

Já este ano, foi 1ª classificada, na categoria de - 48kg, no Open Clube Escolar Jerónimus D'Angra.

Conquistou o 1º lugar, na categoria de - 48kg, no Open Internacional da Madeira.

Venceu o 1º lugar, na categoria de - 52kg, na Liga Juvenil do Porto, que decorreu em maio.

Vitória Costa Neves Dutra Goulart é aluna da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade, onde tem juntado à sua meritória carreira desportiva uma aplicação e resultados dignos de registo, fazendo valer os desígnios de que os bons atletas também podem, e devem, ser bons alunos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Vitória Costa Neves Dutra Goulart, pelo título de Campeã Nacional de Judo 2023.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, à Federação Portuguesa de Judo, à Direção Regional do Desporto, às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, à Junta de Freguesia dos Biscoitos, ao Judo Clube de São Carlos, ao Clube Escolar Jeronimus de Angra, ao Clube de Judo da Ribeira Grande e à Escola Básica e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentada o Voto.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vitória Goulart, com apenas 13 anos de idade, possui já um percurso desportivo assinalável e admirável, é de assinalar também o percurso que muito bem foi explanado neste Voto de Congratulação, para além das conquistas dos ganhos obtidos pela Vitória, também a passagem da Vitória por duas instituições de relevo e que eu também gostaria de aproveitar para assinalar, aproveitando este momento deste Voto de Congratulação, que é precisamente a Escola Básica e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade e ao Judo Clube de São Carlos.

E, portanto, neste sentido, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nós iremos associar-nos a este Voto de Congratulação, sem deixar também de aproveitar o momento para saudar a Escola Básica e Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, o Judo Clube de São Carlos, também o Clube de Judo da Ribeira Grande, bem como o Clube Escolar Jerónimus D'Angra. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Associamo-nos a esta congratulação proposta pelo PSD, a jovem Vitória Goulart apresenta já um

percurso desportivo digno de registo e, portanto, aqui está o registo assinalado nesta Assembleia, está de parabéns a jovem, está de parabéns a sua treinadora, mas também seguramente a sua família, porque sem o apoio da família estes resultados não aparecem e, portanto, temos aqui uma jovem que é um exemplo para os seus colegas e para a juventude açoriana, está de parabéns e, portanto, obviamente que felicitamos igualmente as instituições que ela representa, o Judo Clube São Carlos, a Escola Jerónimo Emiliano de Andrade e, portanto, estão de parabéns todos, porque com o empenho de todos os resultados aparecem e está aqui comprovado que aos 13 anos já é possível ter resultados dignos de registo? Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista - **Prémio na categoria de mérito profissional na área da Museologia** e é apresentado pelo Sr. Deputado José Ávila, que tem a palavra faça favor.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

**Voto de Congratulação**  
**Prémio na Categoria de Mérito Profissional**  
**na Área da Museologia**

Jorge António de Medeiros Borges e Cunha, apesar de ter nascido na cidade da Horta, na Ilha do Faial, a 28 de agosto de 1959, fez todo o seu percurso na Ilha Graciosa.

Praticou várias modalidades desportivas, destacando-se no voleibol, foi treinador e dirigente desportivo, tendo sido fundador da Associação dos Desportos da Ilha Graciosa e da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa.

Em 2006 e 2016, nas V e XV Galas do Desporto Açoriano, foi distinguido pelo Governo Regional na categoria “Personalidades”, como dirigente com mais de 20 e 30 anos, respetivamente, dedicados ao desporto na Região.

A sua intensa participação junto da comunidade Graciosense ao nível cultural é a que merece maior realce. O estudo, a preservação e divulgação do património cultural imaterial e a promoção de eventos sócio culturais, são áreas a que se dedica intensamente há mais de três décadas.

Licenciado em História, Pós-Graduado e Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento pela Universidade dos Açores, é Técnico Superior da Direção Regional da Cultura e exerce o cargo de Diretor do Museu da Graciosa.

Publicou a obra “Filarmónica Recreio dos Artistas de Santa Cruz da Graciosa, memória histórica e cultural 1913-2018” e coordenou “O Cantinho do Gabriel: histórias do quotidiano graciosense / contadas por Gabriel Melo”.

É autor, também, de diversas monografias e artigos e apresentou diversos trabalhos e conferências no nosso país e no estrangeiro, nomeadamente em Espanha, Canadá e Brasil, nas áreas sócio culturais.

Colabora regularmente com jornais e programas radiofónicos e televisivos, sobre assuntos de índole cultural.

Em 26 de maio de 2023, em cerimónia realizada no Museu do Ar, em Pero Pinheiro, o Dr. Jorge Cunha, atual Diretor do Museu da Graciosa, foi distinguido com o prémio na categoria de Mérito Profissional na Área da Museologia, pelos mais de 20 anos ao serviço da Cultura dos Açores, pela Associação Portuguesa de Museologia, que promove a cerimónia de atribuição dos Prémios APOM, destinada a distinguir museus, projetos, profissionais e atividades desenvolvidas no setor cultural.

Segundo o próprio reconhece e fez questão de mencionar, este prémio é fruto do trabalho de todos os colaboradores, daí dividir os seus louros com todos os funcionários do Museu da Graciosa.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em sessão plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida no dia 15 de junho de 2023, propõe que se emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Dr. Jorge Cunha, enquanto Diretor do Museu da Graciosa, pelo prestigiado prémio de Mérito Profissional da Área da Museologia, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia que representa o reconhecimento pela energia e dinamismo que sempre demonstrou na defesa e divulgação do património da Ilha Graciosa.

Esta distinção releva, também, o papel que o Museu da Graciosa, onde se inclui os seus funcionários, desempenha na cultura Açoriana”.

Que deste voto seja dado conhecimento, além do próprio, à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, à Direção Regional dos Assuntos Culturais, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, ao Museu da Graciosa e aos seus funcionários.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é ao **Professor Carlos Lobão, agraciado com a Ordem de Mérito Filatélico**, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco para a sua apresentação.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Carlos Lobão agraciado com a Ordem de Mérito Filatélico pelo Congresso da Federação Portuguesa de Filatelia**

No passado dia 15 de maio, o Professor de História da Escola Secundária Manuel de Arriaga, Carlos Manuel Gomes Lobão, foi distinguido com a Ordem de Mérito Filatélico pelo Congresso da Federação Portuguesa de Filatelia.

Nascido a 18 de dezembro de 1959, na freguesia dos Flamengos, ilha do Faial, ingressou na escola primária no ano letivo de 1966-1967, onde desde logo tomou o gosto pela filatelia, em grande medida, e segundo o próprio, devido ao interesse despertado pelo seu Professor na época, Manuel Vieira Gaspar.

Frequentou o Liceu da Horta entre 1972 e 1977. Posteriormente, ingressou no ensino superior tendo obtido o grau de licenciado em História e Ciências Sociais em 1983. Pós-graduou-se em 2001,



concluiu o Mestrado em História, Património, Museologia e Desenvolvimento e, mais tarde, em 2008, obteve o grau de Doutoramento em História Contemporânea, sempre pela Universidade dos Açores.

Além de Professor de História da Escola Secundária Manuel Arriaga, onde leciona, tornou-se investigador do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores.

Durante o seu percurso profissional e associativo, foi igualmente responsável pelo Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta entre 1986 e 1989, Diretor do Museu da Horta de 2001 a 2003, Presidente da Assembleia-Geral da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense e do Núcleo Cultural da Horta, Professor da Universidade Sénior da Ilha do Faial, Presidente da direção da Fundação Mater Dei, membro da Comissão Coordenadora para a preparação do projeto dedicado à elaboração da História dos 500 anos da Diocese de Angra, autor de duas dezenas de obras na linha de investigação em História e Património da Ilha do Faial e de vários artigos em revistas científicas. Viu também ser reconhecido todo o trabalho desenvolvido na sua área de atuação pela Escola Secundária Manuel de Arriaga, Câmara Municipal da Horta e Junta de Freguesia dos Flamengos.

A 10 de novembro de 1993, fundou, com os seus alunos, no seio da Escola Secundária Manuel de Arriaga, o Clube de Filatelia “O

Ilhéu”, apresentando a missão de promover o gosto e o interesse pela filatelia e pelo colecionismo, o desenvolvimento de atividades tendo em vista a defesa, valorização e divulgação do património histórico e natural, o incremento na comunidade escolar de métodos de pesquisa bem como o envolvimento da mesma nas suas atividades. Ao longo dos seus quase 30 anos de atividade ininterrupta o clube lançou dezenas de carimbos, postais máximos e selos, para além de mais de uma dezena de publicações ligadas à área do património, das quais se destaca o livro “O Ano do Vulcão”, com cerca de 4.500 exemplares vendidos.

A história deste clube singular da ilha do Faial e dos Açores confunde-se, inevitavelmente, com o percurso do Doutor Carlos Lobão. A paixão com que, desde sempre, empenhou no desenvolvimento das várias áreas de estudo no âmbito da filatelia, tem lhe valido reconhecimento a diversos níveis e por diversas entidades. O último pelo Congresso da Federação Portuguesa de Filatelia ao atribuir-lhe a Ordem de Mérito Filatélico que, segundo o Presidente Pedro Marçal Vaz Pereira, “(...) há muito que reconhece este trabalho de Carlos Lobão, que com o seu núcleo “O Ilhéu” catapultou a filatelia açoriana para o espaço nacional. Utiliza a filatelia para educar os jovens, usa a filatelia para escrever e publicar, usa a filatelia para ocupação dos tempos livres e para fazer desta uma mais-valia cultural para toda a população da sua bela ilha.”

Pela atribuição desta honrosa distinção, mas também por todo o trabalho realizado na preservação da memória coletiva da ilha do Faial e dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Doutor Carlos Manuel Gomes Lobão.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à Federação Portuguesa de Filatelia, à Associação Portuguesa de Maximafilia, ao Clube de Filatelia “O Ilhéu”, à Escola Secundária Manuel de Arriaga, à Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista pela distinção com a ordem de mérito filatélico da Federação Portuguesa de Filatelia ao Professor Doutor Carlos Lobão.

O Doutor Carlos Lobão, efetivamente, além da sua atividade, ele conseguiu inculcar e criar o gosto pela filatelia, aqui no faial, e, atualmente o Grupo Filatélico o Ilhéu, continua com atividade e

conseguiu criar esse gosto em que outras pessoas tomaram as rédeas do grupo e até aqui é mencionado no Voto esta atividade ininterrupta e o lançamento de vários carimbos, postais e selos, como aconteceu ainda agora recentemente e até porque foi lido um Voto de Congratulação pelo centenário do Sporting da Horta e também o Clube Filatélico esteve lá e trabalhou neste selo e no carimbo comemorativo.

Por isso, o Doutor Carlos Lobão é um promotor da cultura nos Açores e na ilha do Faial e por isso associamo-nos a esta congratulação por esta distinção. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra, faça favor.

**(\*) Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O percurso profissional e cívico do Professor Carlos Lobão foi fielmente explanado no Voto que aqui o Grupo Parlamentar do PS nos trouxe, retrata na íntegra o mérito de mais um notável faialense, no caso em particular, pelo trabalho desenvolvido como responsável pelo clube de filatelia, e, naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD é com gosto que se associa ao Voto.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao **Observatório do Mar**, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para a sua apresentação.

**(\*) Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Ao Observatório do Mar dos Açores pelo Prémio**

#### **Nacional Mar Sustentável com o Programa Educativo AMAr**

O Observatório do Mar dos Açores (OMA) foi criado em 2002 e tem como objetivos a divulgação da cultura científica e tecnológica e a promoção de atividades de interpretação e educação ambiental, no âmbito das Ciências do Mar, tendo consolidado ao longo das últimas 2 décadas a sua ação na área da Promoção da Literacia do Oceano. Considerada desde 2010 como Instituição de Utilidade Pública, integra desde 2012 a Rede Regional de Centros de Ciência dos Açores altura em que começou a ganhar forma a sua oferta educativa sobre o mar dos Açores, que evolui ao longo destes anos para o Programa Educativo AMAr, atualmente implementado na ilha do Faial.

No passado dia 23 de fevereiro, o Observatório do Mar dos Açores foi um dos galardoados dos Prémios Mar Sustentável tendo sido

vencedor na categoria Literacia do Oceano. Este Prémio, de âmbito nacional, teve como objetivo promover a Economia do Mar, dando visibilidade a projetos que se destacam nesta área. “Aprender o Mar dos Açores” é um programa educativo que está totalmente enquadrado nos currículos escolares adotados no arquipélago dos Açores, e inclui atividades e recursos educativos destinados a todos os níveis de ensino e adaptados a cada um deles. Ao longo do seu percurso escolar, as crianças e os jovens aprendem, de forma gradual, sobre o Mar dos Açores, abordando diferentes temáticas e envolvendo diferentes disciplinas,

desde as ciências às artes plásticas, passando pela matemática, história e português.

Com este programa, o OMA, numa parceria com os estabelecimentos de ensino, pretende levar aos alunos dos diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário e/ou profissional, o conhecimento acerca do mar dos Açores e a possibilidade de trabalhar com diferentes materiais, estimulando capacidades motoras e cognitivas, desenvolvendo a criatividade tendo em conta os programas de cada ano letivo e as diferentes disciplinas lecionadas. A sua construção tem em conta os Princípios da Literacia do Oceano da UNESCO e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. AMAr tem uma abordagem multidisciplinar no ensino e aprendizagem do Oceano, tratando tanto a perspetiva científica como a cultural e a histórica,

abordando seis temáticas diferentes, com uma atividade para cada idade.

Na ilha do Faial, e pela mão de uma equipa motivada e cientificamente preparada, só no ano de 2022 foram realizadas 321 atividades e envolvidos mais de 5700 estudantes, encontrando-se a sua replicabilidade nas restantes ilhas apenas dependente de recursos humanos qualificados que possam orientar as diferentes atividades junto da comunidade escolar.

Esta distinção vem sublinhar a importância da educação não formal e da formação de cidadãos atentos e conhecedores dos ecossistemas marinhos e de como os preservar e cuidar.

Felicitando de uma forma especial todos quantos contribuíram para a promoção da literacia do oceano nos Açores através do trabalho desenvolvido com as classes mais jovens da população, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Observatório do Mar dos Açores pelo prémio atribuído ao projeto AMAr, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Rede Regional de Centros de Ciência dos Açores, à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais e à Vice-presidência.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada pela apresentação do Voto. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(\*) **Deputada Ana Luis (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista, naturalmente, que se vai associar a este Voto, apresentado pela Sra. Deputada Salomé Matos do PSD. O OMA integra a rede de Centros de Ciência dos Açores, tem a sua atividade dividida em três grandes áreas, as parcerias com diferentes entidades e que resultam em diferentes projetos científicos, tem também a gestão da Fábrica da Baleia, aliás, posição que está a ser totalmente renovada e diversos projetos de oferta pedagógica para diferentes públicos e diferentes idades e todo este trabalho resultou efetivamente neste prémio atribuído pelo Jornal de Negócios e pelo Fórum Oceano e que reconheceu o OMA na categoria de literacia do oceano, sob a coordenação da Doutora Carla Dâmaso, o OMA tem a felicidade de ter reunido uma equipa jovem, dinâmica, dedicada, competente, criativa e muito empenhada nas áreas ligadas ao mar e por isso, este prémio é também o reconhecimento deste trabalho. Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra, faça favor.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.



O Grupo Parlamentar do CDS associa-se também a este Voto de Congratulação que no fundo é um reconhecimento pelo trabalho que o OMA tem vindo a desenvolver nos Açores e nomeadamente na ilha do Faial.

Eu posso dizer, na primeira pessoa, porque tenho a felicidade dos meus filhos, no fundo também serem parte do público-alvo da atividade do OMA e parece-me até que mais do que um galardão que obviamente é bem-vindo e merecido, é aquilo que é o conhecimento e a sensibilização que passa para as nossas crianças e que serão os cidadãos ativos do amanhã, e, vou dar um pequeno exemplo acerca do conhecimento do mar dos Açores e, como facilmente com plasticina, uns pequenos tubos e um comprimido efervescente numa tina de água dão a conhecer aquilo que são as Fontes HiDROTermais dos Açores e isto demonstra bem a criatividade e a proatividade que o OMA tem no conhecimento e sensibilização acerca da importância do mar dos Açores e por isso, obviamente, nos associamos a este Voto de Congratulação. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo **Voto de Congratulação** é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é a **Matilde Medeiros**, tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia para a sua apresentação.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **A Matilde Medeiros**

#### **Pela conquista da medalha de bronze no Karaté Open de Lisboa**

Matilde Medeiros é uma jovem de 17 anos de idade, nascida e residente na Vila de Rabo de Peixe.

Desde muito cedo manifestou grande entusiasmo pelo desporto acompanhando os seus dois irmãos gémeos noutras modalidades.

Aos 4 anos de idade iniciou a prática de Karaté no clube Shotokan de Rabo de Peixe, destacando-se em várias provas internas de promoção até aos 14 anos de idade, altura em que começou a competir oficialmente.

No dia 3 de junho decorreu no Pavilhão Municipal do Casal Vistoso, no Areeiro, a prova de âmbito internacional onde foram acolhidos os escalões de cadetes, juniores e séniores.

A organização desta prova esteve a cargo da Open Karaté Portugal e reuniu 300 atletas de 60 clubes oriundos de 13 países: Argélia,

Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Holanda, Escócia, Espanha, Suíça e Portugal.

Aqui chegada, a atleta Açoriana, Raboixeense, conquistou a medalha de bronze no Karaté Open de Lisboa na vertente de combate.

Um recente estudo da Organização Mundial de Saúde informa-nos que 84,3% dos jovens portugueses são sedentários. O sedentarismo e a reduzida prática de exercício físico tem efeitos na saúde física e mental sobejamente conhecidos.

Cabe-nos, enquanto classe política e comunidade, incentivar o exercício físico e louvar e celebrar os jovens que se dedicam ao desporto competitivo, tantas vezes com o sacrifício das atividades de lazer normais nas suas idades.

Hoje congratulamos a Matilde Medeiros pela sua tenacidade e pelas conquistas alcançadas e que possa servir de incentivo aos seus pares e termos jovens mais ativos e saudáveis.

Com o percurso assinável desta jovem atleta, alcançando prémios em competições nacionais, Matilde Medeiros apresenta-se como uma promissora figura de relevo do Karaté Regional, contando com o apoio do seu treinador Nelson Rego.

Assim ao abrigo das disposições Regimentais aplicáveis, Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão plenária do mês de junho, aprove o seguinte voto de congratulação.

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista da medalha de bronze de Matilde Medeiros realizado no dia 3 de junho de 2023”.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos pais da Campeã, à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e à Câmara Municipal de Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente. Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssimos Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimos Srs. Membros do Governo.

De uma forma muito rápida dizer que a Matilde Medeiros é realmente uma campeão, assim podemos dizer, e, que demonstra bem a qualidade das gentes também daquela Vila e que o PSD no próximo plenário ou na próxima sessão plenária, irá apresentar um voto de igual teor.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela **participação de Corporações de Bombeiros dos Açores no VIII Campeonato Nacional de Trauma** é apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

### **Voto de Congratulação**

#### **Pela participação de Corporações de Bombeiros dos Açores no VIII Campeonato Nacional de Trauma e no X Campeonato Nacional de Salvamento e Desencarceramento**

No passado mês de abril, a Vila Velha de Ródão acolheu VIII Campeonato Nacional de Trauma e o X Campeonato Nacional de Salvamento e Desencarceramento, que reuniu mais de 150 participantes de várias regiões do país e onde os bombeiros açorianos revelaram uma participação meritória e destacada pelos resultados alcançados.

Na vertente Trauma, a equipa da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória obteve o primeiro lugar na classificação geral e, nos resultados parciais, conquistou o 1.º lugar na prova complexa, o que lhe permitiu ser apurada para o Campeonato Mundial de Trauma. Por sua vez, a equipa da

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de São Roque do Pico alcançou o 1.º lugar na vertente de Trauma, na prova standard.

Na vertente de Salvamento e Desencarceramento, a equipa da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Nordeste, desempenhou uma prova meritória, naquela que foi a sua primeira participação neste Campeonato Nacional.

Este êxito não é inovador nem singular, pois os bombeiros açorianos têm vindo a destacar-se nestas provas há várias edições, tendo inclusivamente sido objeto de votos de congratulação nesta Assembleia Legislativa Regional, por isso mesmo.

Ainda assim, nunca é demais louvar e congratular pelos feitos dos soldados da paz, quando colocados à prova em procedimentos de socorro a vítimas em cenários de trauma e desencarceramento, em simulacros com vítimas de acidente o mais proximamente de um cenário real.

O sucesso alcançado por estas equipas de bombeiros açorianos, das Associações Humanitárias da Praia da Vitória, de São Roque e do Nordeste deve ser e é motriz de um empenho inexcedível na preparação dos corpos de bombeiros das nossas ilhas para as suas missões. Deve ser e é motriz de um trabalho incansável. Deve ser e é motriz de uma dedicação constante, que a todos enobrece.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pelos resultados alcançados no VIII Campeonato Nacional de Trauma e no X Campeonato Nacional de Salvamento e Desencarceramento, aos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, São Roque do Pico e Nordeste.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, de São Roque do Pico e do Nordeste, às Câmaras Municipais da Praia da Vitória, São Roque do Pico e Nordeste, assim como ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Sra. Secretária.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares, saudando, naturalmente, os resultados e a participação dos Bombeiros da Praia da Vitória, de S. Roque do Pico e do Nordeste, nestas provas, no caso de Salvamento e Desencarceramento e também na vertente de Trauma.

Saudamos, naturalmente o trabalho e a sua participação, saudamos também o empenho que estas associações têm colocado nestas

participações e permitam-me, não posso deixar, permitam-me a expressão simplista de “puxar a brasa à minha sardinha”, saudando o trabalho e o empenho que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória tem tido desde 2016, na participação na vertente de Trauma em provas internacionais, sendo aliás, como certamente se recordarão, tendo obtido o primeiro lugar em 2017, sendo por isso nesse ano campeã mundial na vertente de Trauma em provas complexas.

Desse ponto de vista, saúdo e permitam-me as referências pessoais, o Luís Vasco Cunha, Presidente da Direção, o Alexandre Cunha, o Comandante, e a equipa que conseguiu agora o primeiro lugar nas provas complexas do Campeonato Nacional de Trauma, conseguindo assim o apuramento para o Campeonato Mundial, o líder da equipa, o Bruno Espínola, o segundo “Rescuer”, o Carlos Pacheco e a Marina Pires, a treinadora destes bombeiros, e, não é por acaso, Sras. e Srs. Deputados, que em 2024 teremos o Campeonato Mundial de Trauma na ilha Terceira, também fruto do mérito, quer da participação destas três associações, mas também permitam-me dizê-lo, devido ao empenho que desde a primeira hora, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória colocou na participação nestas provas internacionais, que tem não só uma importância relevante para a participação, o envolvimento dos Açores e dos bombeiros açorianos nesta vertente, mas que tem depois, na prática e substantivamente, impacto na



capacidade de resposta que as nossas corporações têm às nossas populações em situações de trauma de salvamento e desencarceramento e, portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao Voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação proposto pelo Partido Socialista, já muito foi dito e pouco haverá a acrescentar ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, mas também à eloquente intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, já tudo foi dito acerca do desempenho destas três corporações da Praia da Vitória, de São Roque do Pico e do Nordeste, e, portanto, felicitar os bombeiros e as associações humanitárias, porque estes resultados significam que temos bombeiros com elevadas capacidades de salvação aqui na nossa Região Autónoma, ora uma região insular, isolada no meio do Atlântico e conseguir ter três corporações com este desempenho excepcional, não só a nível nacional como internacional, é um motivo de grande orgulho, mas também de garantia de segurança diária às nossas populações.

Portanto, estão de parabéns todos estes bombeiros que se empenham arduamente, diariamente no seu treino, na obtenção de mais e melhores qualificações e capacitações para desempenharem cabalmente a sua missão. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira da Fajã de Cima**. É um Voto de Congratulação apresentado pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

**Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Centro Social Paroquial N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira da Fajã de Cima pela Comemoração dos seus 25 anos**

O Centro Social e Paroquial de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada a 18 de maio de 1998, pela Direção constituída pelo seu Presidente Padre Duarte Manuel

do Espírito Santo Melo, Maria do Carmo Cabral do Rego Paquete, enquanto Vice-Presidente, Joaquim Silva Faria, tesoureiro, Manuel Silva Oliveira e João Carlos Pacheco Renquinha, primeiro e segundo secretários, respetivamente. Desde então, tem vindo a desenvolver projetos de intervenção comunitária, com vista à oferta de um conjunto de serviços, de forma a assegurar a satisfação de necessidades básicas, bem como a melhoria do bem-estar pessoal e social da população envolvida nas ações das diferentes valências e projetos a decorrer neste Centro.

O Centro Social e Paroquial de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, surge com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida dos seus utentes através dos serviços de proximidade que disponibiliza à Comunidade da freguesia de Fajã de Cima, nas áreas da infância, juventude e terceira idade.

Atualmente, conta com um total de quarenta colaboradores e oferece os seguintes serviços/valências à Comunidade da freguesia de Fajã de Cima: Centro Comunitário; Centro de Atividades de Tempos Livres; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Protocolos de RSI e Equipa de Apoio à Vítima de Violência Doméstica e Mulher em Risco.

O Centro Comunitário tem como área geográfica de intervenção a freguesia da Fajã de Cima e tem como objetivos dinamizar uma rede de vizinhança e de apoio a situações de risco, promover a inserção pessoal e social, de grupos normalmente excluídos na dinâmica

sociocultural da freguesia, assegurar aos indivíduos e famílias a satisfação de necessidades básicas.

Este Centro Comunitário dispõe dos Serviços da Loja Eco-Solidária “Entre-Mãos”; Banco de Ajudas Técnicas; Ações Educação Parental, ao nível do Concelho de Ponta Delgada; Banco Alimentar – apoio mensal às famílias da freguesia; Gabinete Psicologia; Cantinas Sociais e Escolares; Núcleo de habitação - Restauro e pequenos arranjos, na área da carpintaria, de habitações degradadas. Desenvolve, ainda, programas e ações de formação e sensibilização que visam a capacitação pessoal e social dos indivíduos.

A Animação Comunitária é outra área de intervenção, através da promoção de ações de animação socioeducativa e de atividades socioculturais que visam criar espaços de participação na população. Atualmente, esta valência possui ainda um novo projeto de intervenção que surge no sentido de congregar a sua intervenção psicossocial com os benefícios associados aos jardins terapêuticos e educação ecológica. Assim, o Jardim Terapêutico assenta fundamentalmente em quatro eixos, que garantem uma abordagem educativa, uma prática sustentável e uma ação terapêutica, através de uma ação rotativa, integrada e sustentável e do envolvimento de recursos locais promovendo a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Esses eixos compreendem a dinamização de diversas oficinas, a saber: Oficina educativa – ecologia em ação; Oficina

sustentabilidade – horta dos afetos; Oficina do sentir – Oficina sementes vivas.

O CATL – Centro Atividades Tempos Livres tem como área de intervenção a freguesia da Fajã de Cima e tem como objetivos o combate ao insucesso e absentismo escolar, o desenvolvimento e promoção de relações de socialização e a prevenção de comportamentos de risco, através da promoção de um conjunto de atividades que possibilitem desenvolver a expressão e comunicação por meio de linguagens múltiplas permitindo assim uma melhor inserção pessoal e social da criança.

O CATL – Centro Atividades Tempos livres, enquanto resposta social de natureza socioeducativa, existente desde 1998, vocacionado para o apoio à família e à criança, acolhe crianças do 1º e 2º Ciclos. É um espaço onde se promove a ocupação de tempos livres num contexto de aprendizagem não formal, através da promoção do lazer, entendido como o conjunto de experiências e vivências que visam o desenvolvimento individual e social, promovidas num ambiente lúdico, de liberdade e com potencial pedagógico. Atualmente integra setenta e cinco crianças, com idades entre os 3 e os 15 anos.

O Centro de Dia, em funcionamento desde 2008, é uma resposta social do Centro Social e Paroquial de N.ª Sr.ª da Oliveira que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos utentes no seu meio sociofamiliar. São

objetivos do Centro de Dia: prestar cuidados individualizados e personalizados, ao nível da satisfação das necessidades básicas e apoio psicossocial aos utentes, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar; prevenir o isolamento através do fomento de relações interpessoais, interinstitucionais e intergeracionais; contribuir para a estabilização e o retardamento do processo de envelhecimento. Tem capacidade para quinze utentes.

Para além do Centro Dia, temos ainda um grupo de centro convívio, que reúne duas vezes por semana, sendo que existe com o intuito de promover o convívio, a animação social e a ocupação dos tempos livres a pessoas idosas da freguesia, favorecendo os sentimentos de interação, autoestima e segurança por forma a contribuir para a estabilização e o retardamento do processo de envelhecimento, através de atividades de lazer.

Outra das valências da Instituição é o SAD – Serviço Apoio Domicílio que consiste numa resposta social que visa a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio do Utente, sendo que é assegurada a prestação dos cuidados básicos ao nível da higiene pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupa e fornecimento de refeições de almoço e/ou jantar, nos sete dias da semana.

Atualmente, presta apoio a doze utentes ao nível da higiene; dezanove refeições e quatro utentes com tratamento roupa.

A instituição conta ainda com duas equipas de protocolo de RSI/Ação Social com áreas de intervenção nas freguesias de Fajã de Cima, Fajã de Baixo; São Pedro; Livramento e São Roque. Estas equipas multidisciplinares constituídas por assistentes sociais, psicólogos e ajudantes sociofamiliares visam a promoção e a inserção socioeconómica das famílias beneficiárias de RSI; promoção da inclusão social através da mudança de atitudes e comportamentos que permitam o desenvolvimento de competências que garantam a integração social através de diferentes áreas (como a organização doméstica, gestão financeira, saúde, emprego/ocupação e educação, bem como, gestão das dinâmicas familiares).

Por fim, a Equipa de Apoio à Vítima de Violência Doméstica e Mulher em Risco, sediada no Instituto de Segurança Social dos Açores – ISSA, tem como principais objetivos: atendimento e acompanhamento psicossocial a vítimas de violência doméstica e a mulheres em situação de risco; resposta de emergência 24h com âmbito de Intervenção na Ilha São Miguel.

Ao longo destes 25 anos de história, o Centro Social e Paroquial de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira de Fajã de Cima levou a cabo diversos projetos de intervenção social dos quais destacamos: o Projeto “Rede de Centros Socioeducativos” nas freguesias de Fajã de Cima, Fajã de Baixo e São Pedro, promovido pelo Programa Ser Criança (2002-2004); Projeto VIVER, financiado pelo comissariado de Luta Contra

Pobreza (2002-2004); Projeto Viragens - Programa Escolhas - 2a Geração (2008-2009) nas freguesias de Fajã de Cima, Fajã de Baixo e São Pedro e Projeto Ativamente – Prémio BPI Sénior (2016-2017). Por tudo isto, e pela reconhecida importância do serviço social prestado, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de junho de 2023, a aprovação deste Voto de Congratulação ao Centro Social e Paroquial de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira da Fajã de Cima, pela comemoração dos seus 25 anos.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Centro Social e Paroquial de N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fajã de Cima; à Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.



**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

*Intervalo às 11h41*

*Os trabalhos recomeçaram às 12h02*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, vamos continuar com os Votos de Congratulação, o próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao **Grupo Desportivo Luzense**, para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

#### **Grupo Desportivo Luzense - Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo seniores masculinos época desportiva 2022/2023**

É com imenso orgulho e emoção que expressamos este voto de congratulação ao Grupo Desportivo Luzense. Não poderíamos deixar passar esta ocasião sem assinalar a magnífica trajetória desta

equipa, que há mais de três décadas vem enchendo de alegria o coração dos Luzenses e de toda a Ilha Graciosa.

Desde a sua fundação, em 1992, o Desportivo Luzense tem sido um exemplo de superação e determinação. Não obstante, ter um número reduzido de associados e recursos limitados, o Clube tem enfrentado inúmeras dificuldades, mas nunca desistiu de proporcionar aos jovens da freguesia a oportunidade de praticar desporto.

Ao longo dos anos, o Luzense conquistou diversos títulos nas competições organizadas pela Associação de Futebol de Angra do Heroísmo. A persistência e a vontade de trazer para a Ilha Graciosa o tão sonhado troféu de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo sempre estiveram presentes. Embora tenha chegado à fase final na temporada passada, sem sucesso, finalmente, no dia 27 de maio de 2023, esse sonho concretizou-se.

A equipa masculina de seniores, sob o comando do experiente técnico Rodrigo Cravo, sagrou-se Campeã da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

No entanto, essa vitória ficou abalada pela grave lesão sofrida pelo atleta Tiago Cajueiro, que atualmente está internado em estado grave. Desejamos, sinceramente, uma rápida recuperação.

Esta é a quinta vez que o maior troféu da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo vem para a Ilha Graciosa. Um feito extraordinário que merece ser exaltado. Apesar disso, sabemos que o Grupo Desportivo Luzense pode não realizar o sonho de disputar

o campeonato principal do futebol açoriano, devido às exigências para obtenção da certificação de 2 estrelas da Federação Portuguesa de Futebol. Essa situação já foi enfrentada em temporadas anteriores, e é fundamental que as entidades responsáveis pelo Desporto e pela Cultura compreendam as necessidades especiais das ilhas com uma redução demográfica acentuada, como é o caso da Ilha Graciosa.

Num concelho onde a média de natalidade é de apenas 30 nascimentos, é extremamente difícil para as equipas encontrarem atletas em todos os escalões de formação. É urgente que sejam criados regimes especiais para amenizar essas exigências, permitindo que o Desporto continue em crescendo e a unir os Açorianos.

Apesar de todas as adversidades enfrentadas, o Grupo Desportivo Luzense continua unido, apoiando os seus atletas e unindo os Luzenses, em torno de um projeto que tem impulsionado grandemente a Freguesia da Luz, bem como contribuído para o desenvolvimento social e desportivo da Ilha Graciosa e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de 14 de junho de 2023, emita o seguinte voto de congratulação:

Esta Assembleia congratula o Grupo Desportivo Luzense pela conquista do título de campeão do Campeonato de Futebol da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, desejando a todos os atletas, treinadores, dirigentes e associados do clube os maiores êxitos desportivos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, ao Grupo Desportivo Luzense, à Junta de Freguesia da Luz, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e Federação Portuguesa de Futebol.  
Horta Sala das Seções 15 de junho de 2023

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Muito bem!

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça o favor.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente saúda o Grupo Desportivo Luzense por mais uma conquista, que é um feito para o futebol da freguesia da Luz, mas eu queria significar com esta minha intervenção mais importante ou tão importante, mais importante até, que as conquistas desportivas é a onda de solidariedade que se gerou em torno do apoio à família para poderem acompanhar a

recuperação do atleta Tiago Cajueiro, acho que essa onda de solidariedade é significativa da importância do desporto, principalmente também na ilha Graciosa, e que os votos que faço também é de uma rápida recuperação e restabelecimento para o jovem atleta do luzense, que está a lutar pela vida. Muito obrigado.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos por à votação este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação - pelo **Título de Campeã Nacional de sub-15 e sub-21 de Ténis de Mesa de Júlia Leal**, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para a sua apresentação

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Congratulação**

**Título de Campeã Nacional de Sub-15 e de Sub-21 de Ténis de Mesa de Júlia Leal, Atleta do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal**

A Atleta do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, Júlia Leal, é, com apenas 14 anos, um dos mais promissores nomes do Ténis de Mesa Nacional.

Recentemente, esse facto foi, mais uma vez, comprovado com resultados extraordinários. Apresentamos esse voto para realçar a conquista do título nacional de sub-15 no passado mês de maio e a conquista do título nacional de sub-21, no passado fim de semana, no Pavilhão Municipal de Pousos, em Leiria.

Ou seja, a atleta Júlia Leal, com apenas 14 anos de idade, conquistou em menos de um mês, o título de campeã nacional de sub-15 e o título nacional de sub-21, feitos que muito nos orgulham.

Aliás, o trabalho e empenho desta jovem da Praia da Vitória vem dando frutos há muito tempo, sendo presença assídua nos estágios nacionais e internacionais da seleção nacional.

Além dos referidos títulos de campeã nacional já referidos, é justo fazer referência a outros nomes de atletas desta instituição, que também participaram nas competições nacionais do último fim de semana. No Campeonato Nacional de sub-15, uma justa referência a Susana Costa, 3<sup>a</sup> classificada, a Letícia Charamba, 5<sup>a</sup> classificada e a Joana Coelho, 9<sup>a</sup> classificada. No campeonato nacional sub-13 é vice-campeã nacional Caetana Soares.

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal continua, assim, um caminho sólido e consistente no ténis de mesa nacional, com grande aposta nos escalões de formação, sendo a prova efectiva desse facto

os resultados dos atletas aqui referidos, com especial enfoque para a Júlia Leal.

Estamos certos de que voltaremos a esta tribuna para assinalar novos feitos destes e de outros atletas, desta modalidade e deste clube.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe um voto de congratulação pelos títulos de campeã nacional de sub-15 e de sub-21 de Júlia Leal, atleta do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Que deste voto seja dado conhecimento à atleta Júlia Leal, aos órgãos sociais do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições? Sra. Deputada Guilhermina Silva, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputada Guilhermina Silva (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD, associa-se com gosto ao Voto apresentado pelo Sr. Deputado Berto Messias e na próxima sessão plenária teremos um voto de igual teor. Obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este Voto apresentado de Congratulação à atleta Júlia Leal.

É também merecida a referência às atletas Susana Costa, Letícia Charamba, Joana Coelho e Caetana Soares, o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal tem-nos habituado já desde há uns anos a esta parte a ter resultados de excelência, seja no escalão feminino, seja no escalão masculino, está aqui mais 1 ano, mais uma época desportiva a terminar mais resultados de relevo e merecedores de destaque e, portanto, obviamente que felicitamos a atleta Júlia Leal, mas também toda a equipa, seja a equipa de atletas dos vários escalões, seja a equipa técnica que orienta esta modalidade no Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pois estão de parabéns, quando há trabalho, quando há empenho, os resultados aparecem e portanto, está aqui mais uma prova de que é possível nos Açores obter resultados de excelência. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Parecendo não haver, vamos por à votação este Voto de Congratulação.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Entramos nos Votos de Saudação, o primeiro é pelo **100º Aniversário do Sporting Club da Horta**, é apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

**Deputada Ana Luis (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo.

### **Voto de Saudação**

#### **100.º aniversário do Sporting Club da Horta**

A 28 de maio de 1923, um grupo de entusiastas, liderado por Manuel Azevedo Castro Neves, elaborava os estatutos do Sporting Club da Horta dando assim início a uma história de 100 anos repleta de sucessos e dedicada ao desporto e à cultura.

A 8 de junho desse mesmo ano, numa reunião muito participada no Grémio Literário, foram aprovados os estatutos, a bandeira e o equipamento do clube, assim como, foram eleitos os seus primeiros dirigentes – Domingos Homem Garcia Júnior, Presidente da Direção, Joaquim José de Azevedo, Presidente da Assembleia Geral e Adolfo Nascimento da Silva, Presidente do Conselho Fiscal.

Este clube dedicou-se a inúmeras modalidades desportivas, algumas que levaram o nome do Faial e dos Açores aos principais palcos

nacionais e europeus – o futebol, tendo vencido o primeiro campeonato distrital disputado nos Açores, na época de 1930/31, o andebol, num passado mais recente, mas também o atletismo, atividades náuticas, basquetebol, ciclismo, ginástica, hóquei em patins, ténis e vólei.

Mas o Sporting Club da Horta também se dedicou a inúmeras atividades lúdicas e culturais, como o teatro, música, cinema, para além de terem sido organizadores de inúmeras festas e bailes, destacando a festa do “4th July” que reunia inúmeros emigrantes que à data estavam de visita no Faial.

Para todas estas atividades muito contribuíram os espaços próprios do clube – o campo de futebol nas Pedreiras da Doca, inaugurada em 1931, e o campo de jogos e sede do clube na Rua Eduardo Bulcão, inaugurado em 1925, onde para além das festas que lá se organizavam, foi palco de inúmeros torneios do então designado futebol salão.

O Sporting Club da Horta, para além das atividades desportivas, lúdicas e culturais, teve uma ação inestimável na formação de inúmeros jovens, contribuindo desta forma para o seu crescimento saudável, enriquecendo o seu conhecimento e abrindo portas, a muitos desses jovens, para outras realidades, outros mundos, demonstrando que a pequenez da nossa ilha não era impeditiva de alcançar grandes feitos.

As conquistas desportivas do Sporting Club da Horta são a prova de um percurso de 100 anos de sucessos, sendo que o clube elegeu o andebol como a modalidade de eleição, onde se distingue, a nível nacional e europeu, há mais de 20 anos tendo conquistado diversos trofeus quer a nível da sua equipa sénior, quer ao nível dos escalões de formação.

Na época 2002/03 participou, pela primeira vez, na Divisão Nacional de Elite, tendo alcançado o 3.º lugar e nas duas épocas que se seguiram, o 3.º e 2.º lugar, respetivamente.

No ano seguinte, foi o vencedor da Taça Presidente da República e na época 2005/06 foi finalista da competição europeia “Taça Challenge” – a segunda mais importante competição europeia de andebol.

Sob o lema “Hoje e Sempre” os 100 anos de história do Sporting Club da Horta são também parte da história da ilha do Faial e dos Açores e o mérito desta longevidade é devida, e é mais que justo este reconhecimento, aos seus sócios e simpatizantes, aos seus dirigentes, aos seus atletas e a todos os que contribuíram de uma forma ou de outra para o sucesso destes 100 anos, mesmo perante as dificuldades e os desafios que a história se encarregou de colocar no seu caminho.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Saudação pelo 100.º aniversário do Sporting Club da Horta.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto, à Associação de Andebol da ilha do Faial, à União das Associações de Andebol dos Açores e aos órgãos sociais do Clube.

Sala de Sessões, 15 de junho de 2023

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Creio não existirem. Vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Saudação pelo **Dia Mundial do Ambiente**, é apresentado pelo PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Ambiente**

Em 1972, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 2994, instituindo o dia 05 de junho como o Dia Mundial do Ambiente.

Há cerca de uma semana assinalou-se essa data, comemorando-se o 50.º aniversário da sua criação, e o tema escolhido para a celebração deste ano foi o combate à poluição plástica, numa perspetiva de

oportunidade para que os decisores políticos e atores económicos implementem soluções que permitam conter a propagação da pandemia do plástico, sobretudo nos oceanos.

Segundo a Comissão Europeia todos os anos são produzidas, na Europa, 26 milhões de toneladas de resíduos de plástico, 80% do lixo marinho é plástico e 87% dos europeus estão preocupados com o impacto do plástico no ambiente.

Estima-se que 11 milhões de toneladas de plástico são, anualmente, despejadas nos oceanos, colocando em risco e perigo a vida de mais de 800 espécies marinhas e costeiras. Sendo que, cerca de 19 a 23 milhões de toneladas de plástico acabam em lagos, rios e mares, representando 2.200 Torres Eiffel. Mais, cada um de nós consome mais de 50.000 partículas de plástico por ano, sem contar as inaladas.

O plástico descartado ou incinerado, prejudica a saúde humana e a biodiversidade, poluindo os ecossistemas, desde o topo das montanhas até ao fundo oceânico. Está em todo o lado.

No dia 08 de junho, data da celebração do Dia Mundial dos Oceanos, a Comissão Europeia publicou um relatório onde identifica 18 Estados-Membros em risco de incumprimento das metas de reutilização e reciclagem para 2025, destacando-se Portugal.

As principais diretrizes da Comissão incidem na reutilização e melhoramento da governação dos resíduos. Os instrumentos legais de gestão de resíduos devem ser ambiciosos e sanar as problemáticas

da gestão de resíduos. É o que nos diz o «Relatório de Alerta Precoce de Resíduos» e é isto que esperaríamos do PEPGRA.

Reduzir a produção de resíduos plásticos, enquanto derivado do petróleo, combustível fóssil, significa reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa, combater o aquecimento global, intensificar a luta climática. As emissões de GEE's causadas pelo plástico representam 19% das emissões permitidas pelo Acordo de Paris para limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius.

É mais que tempo de declarar o estado de emergência no combate à pandemia do plástico, ampliando e acelerando as ações para combater esta crise.

Não é dissociável da comemoração do Dia Mundial do Ambiente o Dia Mundial dos Oceanos, devendo mobilizar-nos para a adoção de ações transformadoras a partir de todos os cantos do planeta. É este o efeito contágio que queremos. Proteger a saúde do ambiente, é proteger a nossa saúde.

Importa, por isso, saudar, os atores que, de forma voluntária e anónima, atuam em prol da defesa do ambiente, muitos representados por associações que têm como missão a defesa do ambiente.

Citando o ex-Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon: “Apesar das decisões individuais parecerem pequenas face às ameaças e tendências mundiais, quando biliões de pessoas juntam forças com um objetivo comum, podemos fazer uma diferença tremenda.”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação do presente Voto de Saudação pelo Dia Mundial do Ambiente.

Agradecemos seja dado conhecimento do presente voto, endereçando-o à ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, Azorica - Associação de Defesa do Ambiente, Amigos dos Açores - Associação Ecológica, APPAA - Associação para a Promoção e Proteção Ambiental dos Açores, Aflorestaçores - Associação Florestal dos Açores, Azulinvade - Associação Ambiental, Gê-Questa Associação de Defesa do Ambiente e Quercus, Associação Nacional de Conservação da Natureza - Núcleo Regional de São Miguel.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado, pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Estamos saudando o Dia Mundial do Ambiente, já ontem tivemos aqui um debate muito rico e enriquecedor sobre o ambiente, sobre o estado do ambiente. nos Açores ficou comprovado mais uma vez que felizmente para nós vivemos aqui num cantinho do planeta que é reconhecido pela sua qualidade ambiental e tem vindo a ser reconhecido pela sua

qualidade ambiental, já de há vários anos a esta parte, significa isso que há um esforço coletivo da sociedade açoriana, mas obviamente, também dos seus responsáveis políticos, no sentido de se trabalhar afincadamente e arduamente no sentido de conseguir ter bons parâmetros ambientais nesta Região que obviamente, tem os condicionalismos que tem pelo facto de serem 9 ilhas estarem isoladas no meio do Oceano Atlântico e, portanto, obviamente que não podemos deixar de saudar essa efeméride dos 50 anos dessa efeméride, e, uma última referência ao documento ontem aprovado por larga maioria, o PEPGRA que estabelece metas que são metas que estão, obviamente, em consonância com as metas que a própria União Europeia definiu para o espaço europeu e, portanto, se não são mais ambiciosas, é porque a União Europeia também não estabeleceu metas mais ambiciosas e, se calhar, estabeleceu, foi metas realísticas de modo a que sejam possíveis de ser alcançadas. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.



**Presidente:** Passamos a um **Voto de Protesto Contra a Discriminação no Desporto**, é apresentado pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Protesto Contra a Discriminação no Desporto**

O desporto unifica a Humanidade e congrega algumas das melhores qualidades do ser humano. Rege-se pelo respeito, pelo espírito de equipa e pelos desafios que fazem de nós melhores pessoas. A sua essência é competitiva, certamente, mas não se deseja destrutiva, nem limitativa. O desporto, em todas as suas valências e vertentes, permanece como um dos pilares de uma sociedade mais inclusiva e mais saudável. São inúmeros os exemplos desportivos de solidariedade, fair play, entreaajuda e desenvolvimento, tanto pessoal como de grupo, que constituem o que deve ser a essência de uma comunidade.

Infelizmente, contrariando aquela que é a sua essência, o desporto é também muitas vezes palco de situações de proliferação de ódio e discriminação. Recentemente, o jogador de futebol Vinícius Júnior, atualmente ao serviço da equipa do Real Madrid, foi alvo de uma série de ignóbeis ataques, por parte de vários grupos de cidadãos, que centraram as suas motivações na cor de pele do mesmo,

chegando, inclusive, a efetuar ameaças indiretas de morte. Os cânticos racistas proliferaram em vários jogos, e as consequências fizeram-se repercutir em praça pública, com particular gravidade nas redes sociais.

Trata-se de um exemplo, entre muitos, de um problema que sempre existiu, mas que parece ter-se agravado em anos recentes. Em Portugal, são imensos os exemplos que podíamos destacar, tanto no que concerne a cidadãos de outras nacionalidades, como inclusive junto de atletas de nacionalidade portuguesa sujeitos a discriminação pela sua etnia, religião, sexualidade ou tonalidade de pele.

Nos Açores, o cenário não é diferente e esta realidade ficou retratada no documentário “Inside/Offside”, do realizador Bruno Correia, que acompanha o atual momento do Sport Club Lusitânia, cuja estratégia passa pela contratação de jovens jogadores estrangeiros com potencial de desenvolvimento do seu talento desportivo.

Com a chegada destes atletas de outros continentes aumentou o número de episódios infelizes, em que os adeptos – dos clubes adversários e até mesmo do próprio clube - acoçam os jovens com insultos racistas e xenófobos.

A última temporada do Campeonato de Futebol dos Açores ficou marcada por ações de índole racista perpetradas por espectadores e por um jogador durante alguns jogos realizados. Por exemplo, na penúltima ronda, na primeira parte do jogo na Ribeira Grande entre

o Sporting Ideal e o Lusitânia, foi necessária a intervenção dos agentes da Polícia devido às injúrias de espetadores a jogadores do Lusitânia.

Mas estes comportamentos racistas não acontecem somente no futebol. Temos, por exemplo, o caso, que se tornou público, das injúrias cometidas a uma juíza de uma prova de patinagem, na cidade da Lagoa, em São Miguel, por uma adepta, situação divulgada pela Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto.

Para que o sucesso do desporto regional, nacional e internacional, continue a proliferar, e para que o desporto seja aquilo que se deseja, enquanto exemplo pedagógico, será necessário alertar para estes casos e precaver os mesmos. Importa condenar o racismo, a xenofobia e todas as discriminações, em todas as suas vertentes, mas também importa valorizar o desporto inclusivo, em todas as suas modalidades.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de Protesto pelas sucessivas e crescentes manifestações discriminatórias a que assistimos no desporto, ao nível mundial bem como ao nível regional, esperando com este voto destacar a importância da igualdade na criação de um futuro sustentável e próspero para o desporto.

Do presente voto, propõe-se dar conhecimento à Associação dos Imigrantes nos Açores, à Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, à Direção Regional do Desporto, a todas as associações desportivas dos Açores e à Confederação do Desporto de Portugal.  
Horta, 15 de junho de 2023

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições? Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Voto de Pesar pelo **falecimento de Luis Carlos Sousa Armas do Amaral**, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

**Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

### **Voto de Pesar**

#### **Pelo falecimento de Luís Carlos Sousa Armas do Amaral**

Luís Carlos Sousa Armas do Amaral nasceu a 27 de outubro de 1955 na ilha do Faial, faleceu com apenas 67 anos no passado dia 24 de maio. Era casado e pai de 2 filhos.

Estudou no Liceu Nacional da Horta tendo começado a trabalhar nos Serviços Médico Sociais da Horta como assistente administrativo a 31 de dezembro de 1979. Posteriormente, a partir de 2005, foi requisitado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP) onde se mantinha até aos dias de hoje mesmo depois da sua aposentação em maio de 2022.

Homem de causas e fiel defensor dos direitos dos trabalhadores era sócio do SINTAP desde fevereiro de 1990 e fazia parte dos mesmos órgãos desde o ano de 1995. Passou por vários cargos no âmbito da atividade sindical e atualmente era Secretário Coordenador Regional da Secção da Horta do SINTAP, Secretário Regional dos Açores e Secretário Nacional e Conselheiro da UGT-Açores.

O gosto pelo desporto e pela comunicação permitiram-lhe pertencer aos órgãos sociais do Fayal Sport Club e fazer parte da equipa de colaboradores da Organização Radio Publicitária do Fayal Sport Club (ORPAL) que tinha a seu cargo a organização de atividades culturais, artísticas e desportivas.

Foi durante muitos anos cooperante na Rádio Antena 9 acrescentando a esta equipa características ímpares que faziam de Luis Carlos Armas, como era conhecido, um homem presente e interventivo.

Inscreveu-se como militante do PSD em janeiro de 1991 tendo ao longo dos anos ocupado diversos cargos com elevada

responsabilidade, nomeadamente na estrutura partidária dos Trabalhadores Social Democratas/Açores (TSD), na qual foi Vice-Presidente em sucessivos mandatos, por mais de uma década.

A sua participação cívica enquanto sócio fundador da Academia do Bacalhau do Faial, uma Associação cívica sem fins lucrativos de atividades filantrópicas, expressou-se na sua participação em diversos órgãos sociais ao longo de vários mandatos.

Assim, com um sentimento de pesar ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Luis Carlos Sousa Armas do Amaral, reconhecendo a sua dedicação do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, ao Presidente dos TSD e à Direção do SINTAP.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2023.

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Sr. Deputado do Rui Martins tem a palavra.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS se associa a este Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Luis Carlos Armas, endereçando à família enlutada as nossas mais sentidas condolências. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

**Secretário:** O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Encerramos assim a apresentação dos votos que deram entrada na Mesa.

Vamos passar às **Declarações Políticas**, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo.

### **Declaração política**

#### **Defender a Autonomia, preservar a unidade dos Açores**

Os Açores são Portugal. Nunca foram outra coisa. Outras zonas do país pertenceram ao reino de Leão ou integraram o Califado de Córdoba ou o império Almorávida. Outras zonas deste país foram províncias do Império Romano ou integraram os reinos Suevo e Visigodo. Muitas terras de Portugal continental foram muitas coisas antes de serem Portugal. Nós, nos Açores, nunca fomos outra coisa: sempre fomos Portugal.

Aqui nunca ondulou outra bandeira, nem mesmo nos tempos da União Ibérica que juntou os reinos de Portugal, Castela e Aragão. Os Açores sempre foram Portugal.

Aqui se resistiu à hegemonia castelhana quando todos os outros claudicaram. Daqui partiram os navios que restabeleceram a liberdade e o liberalismo em Portugal. Foi aqui que se urdiram muitos dos planos de combate ao Estado Novo.

Sim, aqui sempre foi Portugal. Aqui a centelha da liberdade nunca se apagou, mesmo nas noites longas da opressão, quando a escuridão, a negritude e as trevas da tirania se juntaram às brumas que marcam a nossa existência.

Sim, aqui sempre foi Portugal. Mesmo quando Portugal foi a pátria madrastra perdida nas florestas da Amazónia, nas especiarias da Índia, nos cavalos de Ormuz e nas porcelanas chinesas. Durante muito tempo, demasiado tempo, fomos uma espécie de tribo perdida de Israel, esquecidos por tudo e por todos.

E quando os fumos do império se dissiparam seis séculos depois, Portugal só não passou a terminar no Terreiro do Paço porque aqui, muito para além do horizonte tacanho de quem não logra ver mais que o estuário do Tejo, continuou a ondular a gloriosa bandeira das cinco quinas. Não fosse isso, e a grandiosidade do mar dos Açores, Portugal estaria hoje confinado aos seus estreitos limites medievais.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!



*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** A Autonomia de 1976 chegou com séculos de atraso e não apaga os tempos longos de esquecimento e ingratidão por tudo o que os Açores significaram para este país ao longo de tanto tempo. Somos os fiéis depositários de uma dívida acumulada ao longo de muitas gerações de açorianos. Mas nunca se exigiu outra coisa que começar de novo e desta vez de forma justa. Esquecer o esquecimento. Respeitar a autonomia das nossas decisões no quadro da soberania nacional. Fazer um grande Portugal Atlântico, que dê perenidade ao nosso projeto nacional.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** O nosso pacto, o pacto do Portugal democrático e autonómico, significa que, nos termos da Constituição, os órgãos de soberania do país devem trabalhar, ombro com ombro, com os órgãos de governo próprio dos Açores para servir o povo dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador:** Para servir, em suma, Portugal. Porque servir os Açores é servir Portugal.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Meus Senhores! Sempre existiu, no poder em Lisboa, gente que não percebe as autonomias e a importância fulcral que elas têm para a unidade do país e para a defesa dos vastos interesses da nação portuguesa no Atlântico. Sempre existiu, é um facto. Não o nego.

Mas é do presente que temos de falar. O que António Costa e o seu Governo estão a fazer aos Açores constitui uma humilhação gratuita ao povo dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Nasci português e vou morrer português, mas sinto-me envergonhado pela forma como o Governo do meu país está a tratar os Açores e o seu povo. Por mediocridade de propósitos, por falta de sentido de Estado e por falta de dimensão política de António Costa para ser Primeiro-Ministro de uma nação tão antiga como Portugal.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** O propósito é asfixiar financeiramente um Governo de uma cor política diferente. O propósito é servir interesses partidários tacanhos em detrimento dos interesses dos Açores e de Portugal.

Sim, porque os interesses de Portugal e dos Açores são indissociáveis.

Matar a Universidade dos Açores serve os interesses de Portugal? Não, não serve. A Portugal e aos Açores interessa ter um grande centro de conhecimento numa zona do território que representa muito do futuro deste país.

Persistir em manter nos Açores uma prisão com condições abjetas, que embrutece os homens e lhes retira todas as condições de preservação da sua dignidade e humanidade, serve os interesses de Portugal e dos Açores? Não, não serve. Envergonha as nossas consciências.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Faz de todos nós cúmplices da mais abjeta barbárie e um alvo de desprezo de todos os que neste mundo lutam pelos direitos humanos.

**Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O atraso no pagamento à SATA das Obrigações de Serviço Público relacionadas com as ilhas do Pico, Santa Maria, Faial e ainda as ligações entre os Açores e o Funchal, no quadro da coesão nacional, é admissível? Isto quando se sabe as tremendas dificuldades que a empresa está a enfrentar? Não, não é admissível. É um ato premeditado e vergonhoso de quem quer prejudicar o

Governo dos Açores, mas que ataca os interesses de Portugal e do povo dos Açores.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

**O Orador:** E o que dizer da cobardia que significa abandonar a ilha das Flores num dos piores momentos da sua História, quando tem o seu porto destruído e tem de enfrentar invernos tempestuosos. Não, não é admissível. A deserção do Governo de Portugal neste assunto constitui uma deslealdade que perdurará nos anais da História.

A exclusão dos Açores, no âmbito dos apoios extraordinários ao poder local, aos empresários açorianos ou à agricultura, são indecorosos para qualquer português. Os textos da exclusão, definindo que Portugal acaba no litoral peninsular, constituem uma traição.

**Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**O Orador:** Nunca, como hoje, depois de mais de 30 anos de atividade política, me pareceu legítimo citar Martin Luther King. Cometer esse sacrilégio. Hoje vou aqui pronunciar, pela primeira vez, essas sagradas palavras contra a segregação. Sim, porque é de segregação, da segregação do Povo Açoriano, que se trata.

“Eu tenho um sonho que um dia todos os vales serão elevados, todas as montanhas e encostas serão niveladas; os lugares mais acidentados se tornarão planícies e os lugares tortuosos se tornarão retos e a glória do Senhor será revelada. E todos os seres a verão conjuntamente”.

Essa é a nossa esperança. Essa é a fé com a qual eu regresso. Com essa fé nós poderemos esculpir na montanha do desespero uma pedra de esperança. Com essa fé poderemos transformar as dissonantes discórdias do nosso país numa linda sinfonia de fraternidade.

Com essa fé poderemos trabalhar juntos, rezar juntos, lutar juntos, ser presos juntos, defender a liberdade juntos, sabendo que um dia haveremos de ser livres”.

Esse é também o meu sonho. Que no poder em Lisboa se sente um dia um Governo que respeite o povo dos Açores. Que não o queira separar e segregar do resto da nação portuguesa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sim, porque nós, nos Açores, nunca fomos outra coisa: sempre fomos Portugal.

Somos Portugal!

Somos livres!

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2023

**Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Está feita a Declaração Política. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A declaração política trazida aqui pelo PPM foi deveras emocionante e apela bem aos valores da açorianidade.

No entanto, estava a ouvir a declaração política do PPM e não pude deixar de fazer uma reflexão, e, a reflexão que fiz é: mas afinal, depois desses discursos que apelam à autonomia, aos direitos e aos valores autonómicos, de que políticos é que estamos a falar? Todos nós! Estamos a falar de políticos que preferem sempre, não obstante os discursos mais efusivos, preferem sempre o “colinho quente” das delegações dos partidos nacionais em vez do risco, e, à exceção curta do apoio a partidos nascidos na Região.

Estou-me a lembrar, por exemplo, do PDA - Partido Democrático do Atlântico, que morreu na Região por falta de voluntários para levar por diante um partido que tinha sido nascido aqui na Região.

Portanto, a mensagem que deixo é que os discursos são bonitos, mas as ações ainda são mais bonitas e lembrando o PDA que foi também um contributo da Região, foi um partido que nasceu cá, nasceu

precisamente por falta de voluntarismo daqueles que não quiseram arriscar a dar crescimento a uma voz que era mais açoriana do que qualquer outro partido representado com delegações nos Açores. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(\* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo.

O PPM traz-nos aqui uma declaração política oportuna, de um tema presente da nossa atualidade, uma preocupação que é de todos nós, e, como tal felicitá-lo por isso.

Naquilo que concerne o teor da própria declaração política, sem dúvida que todos consideramos que a autonomia é um pilar central da nossa vivência coletiva enquanto comunidade com órgãos de governo próprio e que nos confere a possibilidade de desenvolver políticas de maior proximidade com a nossa Região, uma vez que existe um mar que nos separa e é necessário também por essa via da autonomia, aprofundar a democracia e enriquecer a democracia de Portugal.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Depois, também, a verdade é que, não pode esta autonomia e a avaliação que o Grupo Parlamentar, também do CDS faz àquilo que tem sido os acontecimentos recorrentes, a verdade é

que a autonomia não pode ser interpretada como uma substituição daquilo que são as responsabilidades do Governo da República, com os Açores, e, é isso que nos parece que tem acontecido reiteradamente.

Não pode ser a desculpa para o incumprimento daquilo que são os compromissos, que são as responsabilidades e que até mesmo em solidariedade que deve existir com todos os portugueses, porque, apesar de sermos uma Região Autónoma, somos portugueses e a autonomia não pode ser vista desta forma, nem como se tivesse de exigir o sacrifício aos açorianos por termos esta autonomia, e, no nosso entendimento e aquilo que tem sido feito, é exatamente fazer crer aos açorianos que existe uma duplicação daquilo que é o esforço ou aquilo que é exigido por parte dos partidos que suportam a coligação, por parte de algumas associações da nossa sociedade civil, por parte do Governo Regional, que é uma duplicação, e, que a República tem que pagar...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... duas vezes e por isso é que não se revê naquilo que são as nossas reivindicações com o Governo da República, pois bem, não é esse o nosso entendimento e não é esse o nosso entendimento, porque, a verdade é que quando o que está aqui em causa é a questão dos meios, nomeadamente naquilo que concerne a Lei de Finanças Regionais e o Estatuto Político Administrativo que todos nós, e, acho que isso é algo que todos que estamos aqui nesta



Casa admitimos que necessita urgentemente de uma revisão, e, é este também aquilo que está em causa e é isso que não nos revemos naquilo que tem sido dito que existe uma duplicação, porque não existe uma duplicação.

E basta olhar para as questões da Saúde, por exemplo e, no que concerne, por exemplo, à Saúde, a verdade, o que tem existido, é dado ao sobre custos elevados daquilo que tem sido as questões, nomeadamente de recursos humanos, de meios, no que concerne à Saúde é notório que a questão, e, essa revisão da Lei de Finanças Regionais e do Estatuto Político Administrativo é urgente que se faça. E por isso é que nós, no nosso entendimento, entendemos que o Governo da República não pode estar a usar como pretexto a autonomia como se isso tivesse que exigir um sacrifício aos portugueses daquilo que já devia ter sido revisto e não foi...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**A Oradora:** ... e por isso é nesse sentido, que consideramos que esta declaração política do PPM, continua a ser, infelizmente, oportuna e atual, queríamos nós que assim não o fosse, porque era sentido que o Governo da República já tinha assumido aquilo que são os seus compromissos com a Região, aquilo que são as suas responsabilidades com a Região e aquilo que é a solidariedade que deve ter com os açorianos enquanto portugueses.

E porque, e, termino, porque acho que todos nós não nos devemos demitir daquilo que são as nossas convicções e princípios que levaram ao desígnio da autonomia, quer de exigir o cumprimento dos direitos e os compromissos com os açorianos enquanto povo português e, portanto, é essa a nossa autonomia que também nos faz reivindicar todos os dias aquilo que a República está a falhar com esta Região.

**Vozes das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta declaração política do PPM é de manifesta importância para a nossa autonomia, para o nosso parlamento e para a nossa Região.

E não deixa de ser interessante, ou pelo menos não devo deixar de assinalar o facto de esta declaração política vir reforçar aquelas que foram as intervenções dos partidos políticos, desde logo aqueles que compõem a coligação do Governo, no dia dos Açores.

E sobre isso, o anterior Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, Presidente nacional do Partido Socialista, dizia que tinham sido diatribes Parlamentares no dia dos Açores.

Pois, eu acho que estava na altura de o Partido Socialista nos Açores ter a oportunidade neste debate, no tempo que ainda conseguiu guardar para ele, ter uma diatribe Parlamentar e poder dizer no Parlamento dos Açores, a todos os açorianos aquilo que não teve coragem de dizer no dia dos Açores a todos os açorianos.

E que é, que entendem como normal que o Governo da República utilize da sua forma de relacionamento com as autonomias, que deve usar dos meios que tem ao dispor para contrariar as opções regionais.

É isso que tem sido a atitude do Partido Socialista nos Açores relativamente à ação do Governo da República, isto é, diz o Partido Socialista que nós nos pomos a jeito, isto foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Coelho há pouco tempo num programa de televisão, certamente em representação do Partido Socialista, e, que a Região se pôs a jeito porque baixou os impostos e que a Região se pôs a jeito porque resolveu a vida dos professores, e, portanto, nós não temos opção de tomar as decisões democráticas neste Parlamento, porque nos pomos a jeito perante a arrogância socialista da República...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** ... e não podemos exercer a nossa autonomia. Já o tinha dito noutra ocasião e não me canso, em nome do Grupo Parlamentar do PSD e do Partido Social Democrata neste Parlamento de repetir que esta atitude do Governo da República com os Açores em relação a diversas matérias que têm ficado por solucionar e que nos prejudicam, é uma atitude centralista, anti autonómica e vingativa.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Vingativa, porque nós exercemos as nossas opções democráticas que o Governo da República não tem coragem de exercer em relação aos portugueses.

Queria também dizer sobre este tema, que virá ainda a debate nesta semana parlamentar em diversas ocasiões e por diversas matérias que, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem tido uma atitude, que eu classificaria de, poder estar ao lado do Governo da República quando o Governo da República hostiliza a Região, eu classificaria isso como uma atitude para semelhante àquela que é usada, alegadamente pelo Sr. Major General que eu penso que está na reserva, que é o Sr. Major General Agostinho Costa, que alegadamente nas televisões portuguesas defende sempre as formas hostis com que a Rússia tem atuado sobre a Ucrânia, a defesa da hostilidade no caso do Major General é alegadamente a favor da Rússia, não é comprovadamente, o problema, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que as suas atitudes...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Olha que comparação!

**O Orador:** ... nos Açores têm sido comprovadamente a favor daqueles que têm hostilizado a Região e que têm hostilizado autonomia e isso devia-o, já que está inscrito, poder levantar-se e dizer aos açorianos que está do lado da República e contra autonomia. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor Sr. Presidente.

**(\*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Que não doa a voz a quem defende os Açores em Portugal, em quem exija Portugal nos Açores e informe da cidadania nacional e europeia que somos.

É, pois, este o grande desiderato de quem faz política em nome da causa e não por causa da política.

Quero por isso saudar o Deputado Paulo Estêvão pela pertinente e oportuna declaração política.

A nossa voz é a voz da autonomia, é a voz da responsabilidade da nossa portugalidade, é a voz da nossa plena integração na União Europeia.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É assim que verificamos o nosso desenvolvimento em corresponsabilidade, elencar situações concretas que têm a ver não com a reivindicação subjetiva, mas com a factualidade e os compromissos de Estado com o país, não se trata nem de queixume, nem de abandono, trata-se de exigência justa e, por isso, esta reivindicação é uma reivindicação justa.

E, eu quero deixar bem claro que adiro na plenitude, como cidadão e como Presidente do Governo a estas reivindicações, porque estamos a tratar de fazer justiça, e, sobretudo dignificação às responsabilidades do Estado com todo o seu território e com todos os portugueses. Bem-haja pela sua declaração.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Seguro, hombre!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, gostaria na ocasião desta declaração política, de dizer que o Partido Socialista Açores, hoje, como sempre, hoje, como sempre,

está ao lado da autonomia, ao lado dos Açores e ao lado dos açorianos.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Tem-se visto!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Está ao lado de uma autonomia que, em primeiro lugar implica...

**Vozes das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:**

Ah já percebeu?!

**O Orador:** ...o exercício completo das nossas competências, e, o exercício completo das nossas competências implica opções e implica custos e implica decidirmos umas coisas em detrimento de outras.

Nós não estamos ao lado...Ó, Sr. Presidente, nós, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assistiu impávido e sereno a todas as intervenções das outras bancadas.

Eu, bem sei que os Srs. gostariam que eu estivesse sentado aqui, quieto e calado, mas isso não vai acontecer.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos permitir que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro possa continuar a sua intervenção.

**O Orador:** Uma autonomia que será tão mais forte, quanto mais for exercida, ...

*(Risos do Deputado João Bruto da Costa)*

**O Orador:** ... e, que será tão mais fraca, quanto mais se desculpar com outros e remeter para outros aquilo que em muitos casos é sua inteira responsabilidade.

Essa ideia de uma autonomia que se exerce pela culpabilização, é algo que faz mais dano à autonomia do que muitos dos centralistas encartados que há em Lisboa?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sim, sim, porque há centralistas encartados em Lisboa em todos os partidos, em todos os partidos!

**Secretário Regional da Agricultura:** Isso é verdade!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Olha a forma do senhor se desculpar.

**O Orador:** No meu e em todos aqueles que estão aqui sentados. Mas o Partido Socialista está também ao lado de uma autonomia que dizes nos Açores aquilo que diz em Lisboa, porque é uma questão de credibilização dessa autonomia, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que diz aos açorianos aquilo que realmente defende, não, como ainda recentemente dizia um histórico do PSD Madeira, “vender gato por lebre”, que é o que está a acontecer, por exemplo, na revisão constitucional com as propostas do PSD.

Uma autonomia que, resumindo-se à querela partidária e à partidarização, causa mais dano do que mérito.



Há decisões dos sucessivos Governos da República que eu acho que são decisões que penalizam a autonomia? Há, sim Sr.! Incluindo deste Governo, é o caso de alguns dos aspetos que foram sinalizados pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, a demora, a falta à palavra dada no contrato com a Universidade dos Açores, a demora em relação ao estabelecimento prisional, mas custa-me muito assistir impávido e sereno a esta autonomia de culpabilização, quando, por exemplo, no estabelecimento prisional, o único Governo da República que teve coragem de fazer avançar o processo...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E que avanço!!

**Deputado José Pacheco (CH):** Isto é uma vergonha!!!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O que é o programa do CHEGA diz sobre a autonomia?!

**O Orador:** ... é aquele que é criticado desta forma, onde é que estavam os Srs. nessa altura?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

**Presidente:** Sr. Deputado, tem de terminar.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

Mas há sobretudo uma questão que me parece importante, é nós zelarmos para não instalarmos na nossa Região um qualquer inquisidor mor da autonomia, os atestados de pureza ideológica autonómica, não instalarmos na nossa Região os inquisidores mores da autonomia, aqueles que dão os certificados de pureza ideológica e de pureza autonómica.

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro!!

**O Orador:** Cada um de nós terá as nossas opções, deixemos os açorianos...

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. tem de terminar, eu vou-lhe retirar o tempo...

**O Orador:** Eu já termino.

**Presidente:** Eu vou-lhe retirar o som.

**O Orador:** Se o Sr. entender que o deve fazer faça.

**Presidente:** É porque já ultrapassou o seu tempo 2 minutos.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não há machado que corte a raiz ao pensamento!

**O Orador:** Cada um de nós terá as suas opiniões também nesse aspeto e as suas opções deixemos os açorianos ajuizarem. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

**(\* Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, intervenho quando o Sr. Deputado Joaquim Machado me permitir, terei todo o gosto em continuar, mas tenho naturalmente de intervir na sequência desta declaração de política do PPM, aliás tinha-me inscrito a seguir ao Sr. Presidente do Governo, mas é o que

dá ter dois Deputados, e, não acompanhando uma visão algo Imperialista sobre o Portugal dos vastos interesses da nação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão afirma e que está naturalmente de acordo com a sua ideologia do Séc. XIX, a monarquia, mas não acompanhando essa introdução, naturalmente, que as questões da responsabilidade do Governo da República, que não têm sido garantidas, que não têm sido resolvidas, aquelas que elencou que já foram aqui por demais também repetidas, nós não podemos deixar de acompanhar e de salientar também aquilo que nós, ao longo dos anos temos e continuamos a fazer sobre estas matérias, seja as obrigações de serviço público, inúmeras vezes alertadas por nós, seja o estabelecimento prisional, e não vou perder mais tempo a elencar estas matérias.

Seja também na exigência que, em muitas situações em que a Região não tem os recursos, seja por questões imprevistas, intempéries, como acontece muitas vezes, a Região ter também, e, com dever contar e tem que contar com a solidariedade nacional nessas mesmas matérias. Tem contado muitas vezes outras nem por isso, houve em tempos que nos mandaram ir à banca, é verdade, mas a verdade é que cumpridos ou garantidos e apresentados compromissos, eles têm que ser cumpridos.

Também é preciso na relação entre a Região e o Governo da República, que nós também não fiquemos pelas palavras, é preciso

ir mais além, e é preciso passar aos atos e aos atos concretos e coerentes.

E sobre atos já ouvimos muitas vezes, muitas vezes mesmo e ainda hoje, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras falou do assunto, sobre a necessidade de se rever a Lei das Finanças Regionais, nós estamos em 2023, a legislatura iniciou-se em 2020, ainda no final do ano e eu ainda não vi nenhuma proposta concreta do Governo nem dos partidos da coligação, aliás, o único partido, poderão discordar de tudo, mas o único partido que apresentou nesta Casa, nesta legislatura e em anteriores, alterações à Lei de Finanças Regionais foi o Bloco de Esquerda e na Comissão que está em funcionamento neste Parlamento, foi o Bloco de Esquerda que apresentou a única proposta, isso é sintomático de quem quer falar, falar, falar...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor sabe perfeitamente o que é que está a ser feito, porque é que está a faltar à verdade?!

**O Orador:** ... e fazer muito pouco. Como diria, um famoso humorista, “falam, falam, falam, falam, mas não os vejo a fazer nada”.

E, também é preciso que as críticas que são justas na grande maioria das vezes ao Governo da República, não desresponsabilizem, de modo algum as responsabilidades que são do Governo Regional, no apoio às famílias durante a crise, na garantia de que, por exemplo, não há famílias de primeira e famílias de segunda nos Açores, em

que uns por viverem num determinado concelho, têm um apoio à natalidade e outros são excluídos porque vivem noutra concelho, têm esse azar, é da vida, e é essa discriminação que este Governo promove, e, é essa discriminação que esse Governo também promove ao colocar em causa a mobilidade e o futuro dos açorianos, deixando uma dívida às costas dos açorianos, privatizando a SATA, mas deixando a dívida cá.

Ora, o drama dos açorianos neste momento dos açorianos e açorianas é terem um mau Governo da República, mas terem um péssimo Governo Regional. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu entro neste debate, desta declaração política, por várias ordens de razão, mas uma principalmente, a defesa dos interesses do povo açoriano, a defesa dos interesses da dimensão euro atlântica que os Açores dão a Portugal e a defesa do bem-estar dos portugueses que vivem nos Açores e que são abandonados sucessivamente, e, acho que não houve ainda uma sessão parlamentar em que não se falasse de assuntos como o abandono dos tribunais, o estado em que estão as conservatórias, aliás, em campanha eleitoral, em 2020, denunciei esses assuntos nas visitas que fiz às ilhas, denunciei alguns dos casos mais escandalosos, como são a Conservatória da Ribeira Grande,

onde chove dentro, em cima dos documentos e das máquinas de fotocópias, sempre que há a pluviosidade.

O Tribunal de Santa Cruz das Flores, onde para ir da sala das testemunhas para a sala de audiências, se estiver a chover, é preciso levar guarda-chuva num corredor interior é preciso usar um guarda-chuva.

No financiamento à Universidade dos Açores, na fiscalização da Zona Económica Exclusiva, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acha que põe em causa a plataforma continental e num sem número de coisas que PS e PSD, que governam o país desde 1974, têm tanta responsabilidade um como o outro.

Não vale a pena, quando o Governo da República é de um partido e aqui é de outro, apontar os dedos à República, quando muda é o outro que aponta o que é facto é que ainda há pouco tempo, ainda há pouco tempo, o PSD passou duas vezes pelo poder na República e o caso da Cadeia de Ponta Delgada ficou para resolver, e, foi preciso o Governo Regional dos Açores ceder um terreno, mal, o Governo Regional dos Açores nunca deveria ter cedido um terreno que fosse à República para cumprir aquilo que a República tinha que fazer nos Açores, mas o que é facto é que foi preciso, um Governo Regional dos Açores ceder um terreno à República para se dar um pontapé de saída a este processo.

Nas evacuações médicas, que até parece que a Região é má pagadora, a Região aqui não cumpre com a Força Aérea Portuguesa,

mas todos os dias a Força Aérea Portuguesa, sempre que faz uma evacuação, faz uma parangona para os jornais, a mim todas as vezes que leio num jornal uma parangona da Força Aérea Portuguesa a dizer que fez mais uma evacuação, apetece-me pegar na fatura e plasmar no jornal no dia a seguir, porque parece que a República nos está a fazer um favor, não faz favor nenhum, o que a República faz é passarmos a fatura daquele serviço que presta às populações dos Açores e não o deveria fazer, é um facto, e, a defesa da autonomia também passa por aí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e bem, há centralistas em todos os partidos, eu no meu ainda não descobri, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Se calhar não é preciso procurar muito!

**O Orador:** ..., mas, de certeza absoluta, que estará lá um, ...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Posso-lhe dizer!

**O Orador:** ... pelo menos um há de lá estar, olha, faça-me ver se calhar o Sr. Deputado Pedro Neves, se calhar ajudava-me nesse aspeto, mas ainda ontem ouvi o líder Parlamentar da Iniciativa Liberal defender os Açores na Assembleia da República, e, precisamente em coisas que nós hoje aqui estamos a falar, precisamente em coisas que nós hoje aqui estamos a falar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A hora vai longa e não quero gastar mais tempo com os mesmos assuntos que temos aqui trazido sempre, todas as vezes, agora há uma coisa que me parece que nós todos açorianos, temos que nos unir, e, não é por discursos nesta Casa ou nas Sessões Solenes no Dia da Autonomia que vamos resolver esse assunto, nós temos é que ir a Lisboa dizer a Lisboa que nós aqui açorianos, queremos ser tratados de igual modo, como todos os portugueses são tratados em todo o território nacional.

E se há zonas do país, onde os portugueses também são maltratados, como nós aqui somos, sermos solidários com eles e ir lá dizer, ao Governo Português que tem que tratar todos da mesma maneira, não é tratar de Lisboa e Porto de uma forma e o resto do país, pois lá se vão safando e vão-se amanhando, não é assim que se governa um país, não é assim que se governa um povo, não é assim que se dá dignidade a uma nação. Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Dou a palavra então, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar esta declaração política.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo.

Começo por aquilo que pode parecer mais irrelevante, mas eu acho que o Sr. Deputado António Lima necessita de alguma pedagogia, nomeadamente Sr. Deputado, eu quero lembrar-lhe uma coisa que o



Império Romano começou por ser e foi construído por uma república, era uma república, era a sua natureza...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso era uma monarquia, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... ao que, eu acho que era muito importante transmitir-lhe isto, está nos manuais, mas vê-se que V. Exa. não os leu.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Nem o senhor!

**O Orador:** Sr. Deputado, também aquele inimigo que o Bloco de Esquerda chama o Império, o imperialismo, o império do mal, os Estados Unidos é, Sr. Deputado, uma República, é até o exemplo que o Bloco de Esquerda apresenta como o exemplo acabado do imperialismo nos nossos tempos e é uma República, Sr. Deputado, por isso eu acho que é muito importante, não vou continuar na Coreia do Norte e na China e na Rússia de Putin, todos exemplos acabados de imperialismo, Sr. Deputado, às vezes...

**Deputado António Lima (BE):** O senhor percebeu!

**O Orador:** ... é preciso antes de fazer determinadas afirmações, ler algumas coisas sobre estes assuntos.

Sr. Presidente do Governo, eu sou testemunha que V. Exa. nunca procurou o conflito com o Governo da República, foi confrontado sucessivamente, porque essa não é a natureza de V. Exa., V. Exa. não entra em conflito, V. Exa. não procura o conflito de forma gratuita, V. Exa. o que está a fazer é defender os interesses dos

Açores, que é o papel que os açorianos lhe deram e que está a desempenhar com toda a legitimidade.

**Vozes das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo:**

Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Eu sou testemunha dessas manobras dilatórias que levavam o Governo da República a não cumprir aquela que é a sua obrigação constitucional e a afirmarem mil vezes que vão fazer e nunca o fazem porque estão de má fé para com o Governo dos Açores, estão de má fé para com a Região Autónoma dos Açores.

E quero também, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu esperei, sinceramente, que este fosse o seu momento, um momento de um ex-Presidente do Governo Regional, um momento em que o ex-Presidente do Governo Regional tem a oportunidade de ocupar aquele lugar que V. Exa. tem na história dos Açores, na defesa dos interesses dos Açores. Nunca achei, Sr. Deputado, que se colocasse ao lado de quem está a prejudicar os Açores e de quem está a prejudicar gravemente o povo dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** Sr. Deputado, todos os exemplos que eu lhe dei, ao contrário do que dizia, por exemplo, o Bloco de Esquerda, é preciso apresentar propostas, não é! Está na Constituição, são responsabilidades do Governo da República que estão reconhecidas na Constituição.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não é preciso criar nenhum diploma, é pura e simplesmente cumprir a Constituição e não fazem, nestes exemplos e muitos outros que poderia ter apresentado, e, V. Exa. tem com o seu silêncio, com o discurso que aqui fez, que acompanhou o discurso...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não, não!

**O Orador:** ... do Partido Socialista a dizer: não, então os Srs. quiseram baixar os impostos, como dizia muito bem o Sr. Deputado João Bruto da Costa, ah, agora têm consequências, fazem isso? baixam os impostos? Então agora nós vamos deixar-vos aí sem dinheiro, não cumprindo as nossas obrigações é que nós não estamos a pedir nada que não seja por direito dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Ah, os Srs. mexem na carreira dos professores, na dignificação da carreira dos professores e eu não o quero fazer e os

Srs. fazem-me esta desfeita de fazer aqui diferente, como prevê a autonomia, os Srs. o que é que esperam? Pois agora não vos pago as obrigações de serviço público, ...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Seja sério! Isso não é verdade!

**O Orador:** ... pois agora também não vos pago o dinheiro que vos devemos em relação à solidariedade nacional prometida em relação ao Porto das Lajes das Flores, pois agora nós vamos aqui exercer uma série de vinganças, só porque os Srs. fazem diferente, só porque os Srs. cumprem a autonomia dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Termino, Sr. Presidente, só para dizer isto, lanço-lhe um desafio, Sr. Deputado Vasco Cordeiro mude a sua atitude em relação a esta matéria, ainda está a tempo de exercer o papel que a história lhe reservou como ex-Presidente do Governo dos Açores, devia defender os Açores e defender os direitos dos Açores...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sobre isso o senhor não me ensina nada!

**O Orador:** ... em todas as situações, mesmo que seja contra o seu partido, que está a exercer o poder de uma forma vingativa e o poder de uma forma que esmaga a autonomia dos Açores, é o que o Sr. pretende? E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado está ao lado daqueles que neste momento prejudicam os Açores.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso é falso!!!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Está encerrada esta declaração política. Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

*Os trabalhos terminaram às 13h20*

*Eram 15 horas e 06 minutos*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, ficamos ontem no ponto 7 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”**. Tinha uma série de Srs. Deputados inscritos, que não se encontram na sala, tinha o Sr. Secretário Regional, pretende usar da palavra, Sr. Secretário Regional da Agricultura? Dou-lhe a palavra, faz favor.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura)*: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na sua última intervenção sobre este diploma, acabou de demonstrar aquilo que é o desinteresse dos Governos do PS para com a agricultura.

Ora diz o Sr. Deputado, que não era necessária essa alteração legislativa para se conhecer a formação dos custos de produção, bom, se assim é a questão é porque é que nunca foi feita esta avaliação, esta aferição dos custos de produção? Porque é que nunca o fizeram, porque é uma coisa essencial da nossa política pública.

E porquê? Porque se conhecesse os custos de produção, naturalmente, que teriam que existir apoios extraordinários e apoios regionais e, portanto, manter na ignorância o conhecimento...

**Deputado Carlos Freitas (PSD)**: Muito bem!

**O Orador**: ... manter uma política de iliteracia sobre esta questão é fundamental para não haver apoios regionais, tão simples quanto isto!

E, portanto, era esta a política pública do PS, não conhecer para não atuar, e, portanto, aqui demonstra o desinteresse daquilo que era os Governos do PS para com agricultura.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Muito bem!

**O Orador**: E, Sr. Deputado, respondendo diretamente à sua questão, que alterações deste diploma? São três alterações muito

significativas, primeiro, a indexação dos apoios, a indexação do preço e a publicitação destes mesmos apoios, promove o acordo entre as partes e promove a distribuição equitativa, ou seja, fica na ordem jurídica do IAMA, de facto, a promoção entre as partes, o entendimento entre as partes, aquilo que deve ser a distribuição equitativa na fileira do leite e aquilo que deve ser o conhecimento e a indexação dos preços e a publicitação desses mesmos preços de forma muito pública, algo que não acontecia até agora.

Esta é a diferença fundamental que este diploma traz...

**Presidente:** Sr. Secretário, agradeço que termine.

**O Orador:** ... e que estão aqui os Srs. Deputados, naturalmente para decidir, decidir a favor desta alteração é decidir a favor do desenvolvimento da agricultura, é decidir a favor do desenvolvimento de um preço justo, é decidir a favor dos açorianos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!  
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estava inscrito também o Sr. Deputado Nuno Barata, faz favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

No seguimento daquilo que disse na minha primeira intervenção, de facto, essa é uma alteração cirúrgica e exígua e, na decorrência do que disse o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, desnecessária.

Mas há mais, tem razão, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, CERCA – Centro de Estratégia Regional para a Carne dos Açores, resultado, isso é a representação gráfica do zero numa representação alfanumérica – zero, Centro Açoriano do Leite e Lacticínios, também podia estar no IAMA - zero.

Grupos de trabalho para as Culturas Industriais, na altura da nacionalização da SINAGA - resultado zero, já não há culturas industriais nos Açores - zero

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Já não há SINAGA!

**O Orador:** A missão do IAMA, de facto, de facto, e, aí Sr. Secretário, o Sr. também não tem razão, porque o Sr. diz que agora de facto fica aqui, mas não fica de facto, fica de direito, de facto é aquilo que se quiser fazer, com os instrumentos que se tem.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Então não podemos fazer?

**O Orador:** A missão do IAMA, de direito, tinha todas essas competências que tem agora, de facto, o que foi feito foi reduzir o IAMA à rede regional de abate e à classificação do leite e uns controlos aqui e acolá de umas ajudas, nada mais. A missão do IAMA naquilo que interessa agora ao Governo Regional fazer...



**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Vai ser feito!

**O Orador:** ... ficou em águas de bacalhau, como diz o povo e bem.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Vai ser feito! O senhor tem que dar o benefício da dúvida!

**O Orador:** Pois é, Sr. Secretário, eu já dei o benefício da dúvida muitas vezes, agora o Sr. não deu o benefício da dúvida à minha proposta inovadora, arrojada para fazer o idioma funcionar.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Eu não voto!

**O Orador:** O Sr. não deu esse benefício da dúvida e a mim pede-me agora o benefício da dúvida dois anos e meio depois de ser Governo, ó Sr. Secretário, não é tempo de me pedir mais o benefício da dúvida, esse eu dei no dia em que aprovei o Programa do Governo no dia em que aprovei já três orçamentos deste Governo.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Assim perde votos!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (ind.):** Sr. Presidente, nesse momento eu prescindo.

**Presidente:** A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faz favor.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu venho a debate porque, obviamente pensei, tendo o Partido Socialista ainda tempo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e também ter passado mais uma noite e uma manhã que pudesse ter arranjado os dados acerca de quanto é que custa a produzir 1 kg de tomate na ilha do Pico, mas obviamente não conseguiu apurar essa contabilidade, nem 1 kg de carne, nem 1 litro de leite, rigorosamente nada, Sra. Deputada Andreia Cardoso. É uma pena que esta alteração legislativa, que afinal não altera em nada aquilo que são as funções do IAMA, não tenha surtido efeito em 24 anos de governação socialista, em que não se conseguiu apurar nesta Região o custo de rigorosamente nada, foi isto o seu trabalho também enquanto Membro de um Governo enquanto Membro de um Governo Socialista que não conseguiu apurar nada...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... nada, é um facto, é um facto Sra. Deputada.

E, eu devo dizer outra coisa, à Sra. Deputada Patrícia Miranda, que eu pensei que também viesse a jogo agora, porque obviamente, a Sra. Deputada Patrícia Miranda, não tem problema nenhum, nem pejo nenhum em chegar e acusar toda a gente, tudo e todos de incompetência, de inação, inoperância, o que não falta é adjetivos, para alguém que, obviamente eu tenho que admitir e temos todos que convir que o seu Secretário eventualmente tem um histórico

muito maior que qualquer um de nós, já que mais não seja pela idade, mas também por trabalho que ele tem trabalho para mostrar e por isso eu julgo que isso também é meritório.

E, devo-lhe dizer, Sra. Deputada Patrícia Miranda, uma vez que está sempre a falar na questão dos pagamentos, os pagamentos, os pagamentos, eu devo-lhe dizer, este Governo paga mais em quantitativo mais...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Muito bem!

**O Orador:** ... e paga mais cedo.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Muito bem!

**O Orador:** ... isto é um facto! O seu paga, eu já lhe vou dizer, o seu Governo, os Governos Socialistas, que não eram seus que a Sra. ainda não estava cá, Sra. Deputada, mas os Governos Socialistas pagavam menos ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Muito bem!

**O Orador:** ... em numerário e mais tarde, está a ver a diferença? Mais e mais cedo, menos e mais tarde!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E relativamente à falta de pagamentos que só o Partido Socialista vê os atrasos nos pagamentos, eu vou-lhe daqui mostrar uma página do Diário Insular de hoje em que temos aqui: “Lavoura e Governo agendam apoios regionais ao setor” ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Muito bem!

**O Orador:** ... e que diz que a Federação Agrícola dos Açores confirmou que a calendarização está negociada entre a Secretaria da tutela e o órgão de liderança da lavoura nos Açores.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Muito bem! Então não há atraso!

**O Orador:** Ou seja, aquilo que os Srs. dizem que há atrasos e que consultando toda a comunicação social, não vejo uma única associação agrícola a dizer que há atrasos nos pagamentos dos apoios pelo Governo Regional, a única coisa que eu vejo é dia após dia, dia após dia, dia após dia, qualquer membros do Partido Socialista, da bancada do Partido Socialista a dizer que há atrasos, o problema é que a vossa realidade não condiz com a realidade regional, esse é que é um facto.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

**O Orador:** ...e está aqui a prova, está aqui a prova. E por isso digo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, obviamente que não tinha a resposta às perguntas que lhe fiz ontem, não é!? E por isso, e voltando ao diploma, que é efetivamente aquilo que interessa, há uma mensagem que é clara e independentemente daquilo que foram as suas considerações ontem, acerca de que este texto acrescenta ou não acrescenta ao diploma, a realidade é que, pelo menos a partir de agora, a partir de agora, tem a legitimidade para questionar o Sr. Secretário, porque fez a alteração que o Governo propôs, é uma alteração do Governo, o Governo propõe e julga que precisa deste instrumento e desta alteração para conseguir aferir destes dados, se isto foi a consideração do Governo a partir de agora, tem toda a legitimidade para então questionar o Governo acerca desse facto. Agora também é facto que aquilo que o Sr. diz e dizia que já estava contemplado, na verdade, nunca surtiu e nunca deu efeitos, enquanto as políticas do Partido Socialista. Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):**  
Muito bem!

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

**(\*) Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, Sr. Deputado Rui Martins, eu aconselhava-o que quando nos apresentasse extratos da comunicação social, que fosse rigoroso naquilo que nos transmite.

Neste momento, e aqui, ainda bem que nos lembrou essa notícia, aquilo que reforça é que realmente a Região, este Governo tem apoios em atraso com a agricultura regional.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Pelo contrário, não há atraso! Vão ser pagos!

**A Oradora:** É isto que aqui está, são mais de 12 milhões de euros, que a Federação neste momento reivindica que sejam pagos e até ainda faz mais, e até faz mais.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Já vão ser calendarizados!

**A Oradora:** Neste momento, a Federação Agrícola impõe um limite para que sejam pagos...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* Não há limite!

**A Oradora:** ... e diz mesmo, eu passo a citar: “segundo Jorge Rita, a lavoura pretende receber em julho 5 milhões de euros.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**

*(António Ventura):* E vai receber! Isso está agendado!

**A Oradora:** Sr. Secretário, é bom que em julho, é bom que em julho esses 5 milhões estejam na conta dos agricultores, e, eu digo, são

apoios relacionados com as agressões sujeitas da Ucrânia e ainda diz mais...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Não há atrasos. Estão agendados para a frente!

**A Oradora:** ... lavoura espera receber 2,8 milhões de euros relativos às ajudas à carne relativas a 2021, ó Sr. Secretário, Sr. Deputado Rui Martins, mais claro do que isto é impossível e não é o Partido Socialista que o diz, ...

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PS*)

**A Oradora:** ... é a Federação Agrícola dos Açores, que confirma aquilo que o Partido Socialista tem vindo a denunciar nos últimos tempos.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Não, significa o contrário. Significa que está agendados. Pare de mentir aos açorianos!

**A Oradora:** Ah, agora? Ah, e ainda lhe digo mais, Sr. Secretário, quem está a mentir é o Sr. que continua a insistir nesta matéria, ainda lhe digo mais, o Sr. Secretário há tempos dizia que os apoios iam ser pagos até ao fim da legislatura, pois eu olho para aqui e o que eu vejo é um presságio ao fim da legislatura deste Governo...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Os da carne. Pare de enganar os açorianos! Que mentirosa!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Secretário, é isso?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Faça um protesto que eu respondo. A senhora Deputada é mentirosa. Faça um protesto que eu respondo!

**A Oradora:** ... em outubro, espera-se que os apoios estejam pagos e o Sr. Secretário diz que é até ao fim da legislatura, é um presságio. Relativamente aos custos de produção, Sr. Deputado Rui Martins, eu aconselhava-o a ler os planos estratégicos para as várias fileiras, por exemplo, referiu quanto é que custa produzir 1 kg de tomate e eu pergunto-lhe quanto é que custa produzir 1 litro de leite? Veja só o ponto 2.1.4.5 do plano estratégico para a produção de leite desenvolvido, veja, veja, está lá.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** A Sra. Deputada é mentirosa!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

**(\*) Deputada Vitória Pereira (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há uma grande conclusão que podemos tirar deste debate, a Sra. Deputada Patrícia Miranda está de consciência pesada porque o seu



partido, a Sra. e o seu partido apoia o Governo da República que discrimina os agricultores açorianos.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ó senhora tenha paciência!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Leia isso como deve ser!

**Deputado José Ávila (PS):** A senhora disse isso ontem!

**A Oradora:** Tudo aquilo que disse neste debate não passou de um manobra para desviar as intenções do ataque que a República está a fazer aos agricultores açorianos.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito bem!

**A Oradora:** Por mais que o PS tente desviar as intenções, é sempre desmentido pela realidade e não podia deixar de mostrar novamente esta imagem hoje do Diário Insular e passo a citar: “Lavoura e Governo agendam apoios regionais ao setor”.

O pagamento foi acordado entre a Secretaria da Agricultura e o Desenvolvimento Rural e a Federação Agrícola dos Açores, se havia dúvidas quanto aos pagamentos aos agricultores, hoje fica completamente esclarecido.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito bem!

**A Oradora:** Hoje fica completamente esclarecido com a notícia que saiu no Diário Insular.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Pois a Federação é que manda. A gente agenda e o Governo paga senão leva tau, tau!

**A Oradora:** O que confirma... Sr. Presidente?

**Presidente:** Diga Sra. Deputada.

**A Oradora:** Posso continuar?

**Presidente:** Pode continuar, claro, faz favor.

**A Oradora:** ...o que confirma o que o Sr. Secretário da Agricultura tem vindo a dizer, os pagamentos aos agricultores estão em dia.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Muito bem!

**A Oradora:** Os atrasos que existem são na cabeça do PS que querem desviar as intenções de terem ficado ao lado do Governo da República e contra os agricultores açorianos.

No passado é que havia problemas e pagamentos em atraso.

10 de novembro de 2016, passo a citar: “Agricultores açorianos querem acerto de contas com o executivo regional, o Presidente da Federação Agrícola dos Açores afirmou hoje que o novo Governo Regional deve pôr as contas em dia com os produtores”.

Mas há mais

3 de março de 2019: “Agricultores desmentem Governo sobre a antecipação de pagamentos do POSEI nos Açores, Federação Agrícola dos Açores negou que haja pagamentos antecipados de ajudas do POSEI aos agricultores açorianos, ao contrário do que avançou o Governo Regional.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Agora não há notícias destas!

**A Oradora:** Com este Governo, os pagamentos são mais e são antecipados, os agricultores podem confiar neste Governo da coligação.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
(*António Ventura*): Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo*)

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Sr. Deputado Rui Martins, faça o favor.

(\*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, então vamos lá ler a notícia, que eu saiba, o calendário gregoriano começa em janeiro, acaba em dezembro.

**Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): E o calendário da Legislatura?

**O Orador:** Diz a notícia: “pagamento no mês de junho de 4, 347 milhões de euros”, junho, mês corrente, pretende agendar, Sr. Deputado Pedro Neves, “pretende agendar em conversação com o Governo”, que é isso que está dito para pagar em julho e outubro, julho, depois de junho, outubro, depois de junho.

Está a perceber? Calendário gregoriano, está a ver como é que os meses se sucedem uns após os outros!? Por isso eu gostava de saber

onde é que está o atraso que a Sra. tanto advoga. E depois, devo dizer outra coisa, a Federação Agrícola para o Partido Socialista antigamente era parceiro, agora o que a Federação Agrícola diz já não tem valor nenhum, agora a Federação Agrícola está comprada pelo Governo Regional.

**Deputado Vasco Cordeiro e Andreia Cardoso:** As palavras são suas!!

**O Orador:** E, depois devo lhe dizer outra coisa, a Sra.... As palavras são minhas, a intenção é vossa, a intenção é vossa, porque quando se desvaloriza a Federação Agrícola, que é a representante do setor na Região, os Srs. é que estão a dizer que afinal, os Srs. é que estão a dizer que afinal, o que a Federação Agrícola afinal, não tem valor, o que diz não tem valor, foi exatamente isso que foi dito.

**Deputado António Lima (BE):** Nada a ver!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Isso é uma vergonha!

**O Orador:** E depois devo dizer outra coisa, Sra. Deputada Patrícia Miranda, bem, vou fazer como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro peço que parem o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, à Mesa.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, quer continuar a ler a notícia? Vamos lá ler a notícia: Lisboa e as Ilhas: “Jorge Rita diz que a lavoura açoriana não desiste de receber ajuda extraordinárias à lavoura aprovadas por Lisboa, a Federação Agrícola reivindica 17

milhões de euros, sendo que para o espaço continental foi aprovada uma verba de 175 milhões de euros”.

Não tem nada a dizer sobre isto, não é!? Mais: “Federação Agrícola diz que já enviou cartas ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Agricultura”, sabe o que é que recebeu de resposta, ó Sr. Deputado Nuno Barata, não sei se tem aí o zero alfanumérico é exatamente isso que a Federação Agrícola... Neste caso, é numérico, mas na representação alfanumérica para não se confundir com o “o” Sr. Deputado Pedro Neves, mas é exatamente isto que nós temos, a resposta da República é zero, o trabalho deste Governo é, incomparavelmente superior, e, depois para dizer à Sra. Deputada Patrícia Miranda, que tinha o papel na mão com os valores, para me dizer, para eu consultar, eu perguntei-lhe quanto é que custa a produzir 1 litro de leite, porque obviamente, o tomate não sabe, a carne não sabe, mas parece que sabia o custo de produção do litro de leite, eu pedi-lhe para me dizer do Faial e sabe porque é que a Sra. Deputada Patrícia Miranda não foi capaz de me dizer quanto é que custa a produzir 1 litro de leite no Faial? Porque foi incapaz e inapta e inábil a dizer esse número é só. Muito obrigado.

**Deputado Carlos Freitas (PSD): Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação. Vamos votar a **Proposta de**

**Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”, vamos votar na generalidade.**

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII, foi aprovada na generalidade com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o diploma é composto por três artigos, pergunto à Câmara se posso votá-los em conjunto?

Estão à votação o 1.º, o 2.º e o 3.º art.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII, foi aprovada em votação final global, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Tanto barulho para votarem a favor!

**Deputado Vasco Cordeiro e Andreia Cardoso:** Quem fez barulho aqui foi o senhor!

**Presidente:** Está assim encerrado este ponto da nossa agenda. Vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril, que estabelece prazos específicos para a classificação e qualificação dos solos na Região Autónoma dos Açores”**, é uma iniciativa, naturalmente, apresentada pelo Governo Regional, para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Presidência, faça favor.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria Pereira*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, aprova as Bases Gerais da Política Pública dos Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, determinando novas regras de classificação e qualificação do solo, as quais devem ser refletidas nos instrumentos de gestão territorial que regulam as políticas de ordenamento do território e de urbanismo;

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aprova o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e determina que até 31 de dezembro de 2023, os planos municipais ou intermunicipais devem incluir as novas regras de classificação do solo, sendo que, se até 31 outubro de 2022 não tenha sido apresentada e apreciada a proposta de PDM/Intermunicipal, são suspensos os direitos de candidatura a apoios comunitários, bem como normas dos PDM's em vigor, e consequentemente, os processos de legalização de operações urbanísticas de ocupação, uso e transformação do solo;

Em consequência, o DLR n.º 7/2022/A, de 6 de abril, estabelece prazos específicos para a classificação e qualificação dos solos na RAA;

Nos termos deste Decreto Legislativo Regional, até 31 de dezembro de 2023, os Planos Diretores Municipais e Intermunicipais da Região devem incluir as regras de classificação e qualificação do solo;

Determina igualmente este diploma que, caso as respetivas propostas não tenham sido apresentadas até 31 de março de 2023,



são suspensos os direitos de candidatura a apoios comunitários geridos pela Região com exceção das áreas da saúde, educação, habitação e apoio social;

Ademais, a ausência das regras de classificação e qualificação do solo implica a suspensão das normas dos planos territoriais em vigor na área em causa, não podendo, nessa área, e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo;

Ora, considerando que a generalidade dos municípios da Região Autónoma dos Açores não concluiu os procedimentos de revisão/alteração dos respetivos PDM's, não poderão cumprir os prazos fixados pelo DLR n.º 7/2022/A, de 6 de abril, ficando assim sujeitos às penalizações legalmente previstas, pelo que o Governo apresenta uma proposta de Decreto Legislativo Regional que visa prorrogar os prazos, nos seguintes moldes:

Até 31/12/2025, Os Planos diretores municipais e Intermunicipais da Região devem incluir as regras de classificação e qualificação do solo;

Caso não o façam até 30 de abril de 2025 (apresentação e apreciação da proposta), são suspensos os direitos de candidatura a apoios comunitários geridos pela Região, com exceção das áreas da saúde, educação, habitação e apoio social;

Entre 1 de maio e 31 de dezembro de 2025, os municípios aos quais tenha sido aplicada a suspensão recuperam o direito de candidatura

aos respetivos apoios financeiros, a partir da data em que venha a verificar-se a apresentação e apreciação da proposta de plano diretor municipal ou intermunicipal;

A partir de 31/12/2025, a ausência das regras de classificação e qualificação a que se refere o n.º 1, em qualquer parte do território do município, por motivo que lhe seja imputável, implica a suspensão das normas dos planos territoriais em vigor na área em causa, não podendo, nessa área, e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

Esta proposta de Decreto Legislativo regional é, portanto, essencial para permitir aos municípios dos Açores dotarem-se dos instrumentos necessários ao cumprimento das regras introduzidas pela Lei n.º 31/2004 e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, assegurando assim aos municípios o normal exercício das suas competências, em benefício dos seus munícipes. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Subsecretário. Estão abertas as inscrições, a Mesa já tem uma inscrição, Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Está aqui toda uma história que pode ser contada, eu vou contar pelo menos, pela minha versão, até ter recebido a carta da AMRAA endereçada ao Governo.

Estávamos nós na Comissão da CAPAT, e, sabemos à partida que a AMRAA só enviou um pedido ao Governo a 31 de março, neste caso, no dia da data limite para que as autarquias não tivessem incumprimento, como estão neste preciso momento, estão em incumprimento no direito a candidatarem-se a fundos financeiros, seja da Região, seja fundos comunitários. E que não podem sequer concorrer devido à falta desta prorrogação, obviamente, e precisamos desta iniciativa para que seja prorrogado, não por 1 ano, como foi o ano passado, mas por 2 anos, isto, porque falta, obviamente, o PDM das nossas autarquias dos Açores.

Mas sentiu-se, eu pelo menos, da minha parte, e, tenho que falar, obviamente sozinho, senti que era as autarquias que não estavam a fazer o seu trabalho, provavelmente algumas autarquias podiam ter trabalhado um pouco mais profícuo, mais produtividade para termos um PDM nos concelhos do qual gerem essas autarquias, só que isto mudou tudo, e, fez-me recordar, o ano passado aqui neste Plenário, que foi até o Sr. Vice-Presidente, presumo eu, que falou sobre essa prorrogação, e, até parece que estava um pouco triste ou chateado com as autarquias porque estamos aqui a fazer esta prorrogação, porque as autarquias não fizeram o trabalho, mas depois recebi a carta porque pedi na Comissão, pedi ao Governo, pelo nome do Sr. Subsecretário, que me desse a carta que a AMRAA enviou ao Governo no dia 31 de março e que houve, acho, a receção em abril

desse pedido, e, tem uma parte que eu acho engraçadíssimo, mas toda a história muda com esta carta.

E, vou citar: “a circunstância mais premente, prende-se com a homologação da cartografia de base legal, sendo que na maioria dos municípios ainda decorrem procedimentos de trabalho de correção de cartografia entregues à DROTRH”, e, eu, quando estamos aqui a falar da DROTRH, para as pessoas saberem, é a Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, “...e não nos parece que com o atual quadro cronológico seja possível a conclusão dos planos diretores municipais dentro dos prazos definidos por Lei”, ora a AMRAA diz que o Governo não está a fazer o seu trabalho e por causa disso, por causa da Direção que não está a fazer o seu trabalho é por isso que as autarquias não conseguem cumprir com aquilo que está dentro da Lei, o que muda completamente a história daquilo que estava a ser contada, que o Governo até estava a ser benevolente, nós chegamos aqui ao Parlamento, fazemos uma prorrogação para ajudar as autarquias, mas pelos vistos, as autarquias queixam-se é do Governo, porque não estão, na administração regional, nomeadamente na Direção Regional, não estão a fazer o seu trabalho e por isso eu gostaria de saber, pelo menos do Sr. Subsecretário que me dissesse se isto é verdade, se é mentira, se a culpa é do Governo, nós não temos um PDM, já basta o POTRAA agora também já não temos o PDM das autarquias, isto é, cada um faz o que quer, e, se essa prorrogação, não vou votar

contra, obviamente, vou votar a favor, mas tem que haver uma explicação aos açorianos, se o problema é do Governo ou se o problema é das autarquias, relativamente à cartografia para nós fazermos os nossos PDM's. Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Subsecretário Regional da Presidência, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria Pereira):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Respondendo ao Sr. Deputado Pedro Neves, não é essa a leitura que eu faço deste segundo parágrafo, aquilo que a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores aqui diz é que, de facto, os trabalhos ainda estão a decorrer, há, de facto, elementos enviados para a Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e que tem havido trabalho conjunto no sentido de se acabarem os planos de cartografia, a cartografia necessária para avançar com o processo.

O que é que acontece é que os municípios adquirem esse serviço em empresas privadas e é isso que tem decorrido ao longo deste tempo em que os municípios estão a preparar os seus novos PDM, e, nesse sentido, o que tem acontecido é que a maioria dos (impercetível 00:34:47) que são enviados à DROTRH para posterior homologação do Governo têm problemas de natureza técnica e a DROTRH,

obviamente, não pode aceitar documentos que não estão corretos, vou-lhe dar um exemplo, os documentos que foram enviados em relação à ilha de Santa Maria, identificavam 203 lagoas...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas**  
(*Alonso Miguel*): 206.

**O Orador:** ...206 lagoas, corrige-me o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, 206 lagoas, quando efetivamente Santa Maria tem uma lagoa, portanto, isso é um exemplo, de outros que também acontecem e, portanto, é um trabalho técnico que tem que ser feito, tem que ser melhorado e isso leva o seu tempo.

A questão que se põe, Sr. Deputado, e isso é que pode ser perguntado porque é que este processo todo só começou há tão pouco tempo? Há 2 anos, isto é um processo de facto de ter uma complexidade técnica, essa é que é a questão, essa é que é a questão, efetivamente este Governo está empenhado em ajudar os municípios, portanto a culpa não é nem dos municípios nem deste Governo. Há, de facto, um trabalho conjunto que está a ser feito e para sermos realistas, porque temos aqui um objetivo muito claro, Sr. Deputado é que, as penalizações que decorrem do não cumprimento disto vão afetar é os munícipes, e, com vista a que isto efetivamente não aconteça, é preciso fazer esta alteração, como, aliás, o Sr. Deputado também disse e muito bem, isto de facto tem penalizações graves para o cumprimento das competências dos municípios e é isso que nós não queremos e é nisso que estamos a trabalhar e, portanto, aqui não há

propriamente uma culpa, parte a parte, há de facto um trabalho muito complexo, agora que efetivamente começou tudo muito tarde, começou porquê? Sr. Deputado, eu acho que isto tem que ser perguntado ao anterior Governo, que não colaborou com os municípios como devia...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Diga porquê, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... porque, Sr. Deputado, é transversal, são 14 os municípios que estão em falta, há um município, como o Sr. Deputado também tem essa informação, há um município que é o Corvo que tem o seu processo concluído, há 4 que já têm o seu processo entregue e portanto, já não estão ao abrigo dessa penalização, que decorreria a partir de 31 de março de 2023, e, portanto, todos os outros 14 têm esse problema e nós queremos ajudar os municípios, estamos aqui para isso e é com esse objetivo que apresentamos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Subsecretário. Sr. Deputado Pedro Neves tem a palavra faça favor.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Mas é para intervenção, não há mais ninguém inscrito?

**Presidente:** Não Sr.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Ah, ok Muito obrigado, senão eu ia usar um art.º do Regimento, mas obrigado, obrigado.

Sr. Presidente...não, era o uso de esclarecimento que é o art.º 86.º, do qual eu podia usar para fazer perguntas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Subsecretário eu estava a ser fofinho...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa é a sua versão de fofinho. Não quero ver a outra então.

**O Orador:** ..., estava-lhe a tentar ajudar, porque eu não usei sequer o primeiro parágrafo, mas o Sr. Subsecretário disse que não era da mesma interpretação relativamente ao segundo parágrafo, então eu vou ser claro, primeiro parágrafo da carta da AMRAA ao Governo, uma das preocupações prevalentes, neste caso, de todos os municípios é o tempo de espera em questões e pareceres provenientes da administração regional, neste momento e estamos a falar do Governo, uma vez que poderão ser limitadores em termos de concretização dos processos de revisão, levando a que os municípios possam incumprir com os prazos estabelecidos, por isso eu pergunto, Sr. Subsecretário, qual é a sua interpretação do primeiro parágrafo que é um bocado mais difícil para conseguir fugir. Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.



**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Pedro Neves contou a história como a interpretou e eu também vou contar a história como eu a interpreto.

Em relação às perguntas que fez no fim, eu tenho uma interpretação completamente diferente, porque obviamente, se só nos últimos 2 anos se começou a mexer em PDM's nos Açores, quando a obrigação é desde 2015 é óbvio que os processos acumulam e é óbvio que não há a resposta imediata que haveria se o Governo do Partido Socialista tivesse feito pelas suas 13 autarquias que tinha eleitas com a mesma cor até 2021, o que este Governo, neste momento, está a fazer por todas as autarquias dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Portanto, o Governo, isto tudo começa para que se perceba, em 2014 é aprovada a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e Urbanismo com novas regras, em 2015 torna-se obrigatório e fazem-se muitas circulares a informar todas as autarquias das regras que têm que utilizar para reverem os seus PDM's, e, neste momento, o que eu estou a ver é o Sr. Deputado Pedro Neves a criticar este Governo...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Eu não critiquei. Eu fiz uma questão.

**A Oradora:** ... por estar a ajudar as autarquias, por estar a ajudar as autarquias dos Açores a concluírem os seus processos, quando se fosse rigoroso, tinha voltado até 2015 e tinha dito pelo menos que até 2022, absolutamente nada para revisão de PDM's foi feito nesta Região.

Depois, de facto foi muito falado na Comissão, na CAPAT, sobre o ofício da AMRAA, o que nós vemos no ofício da AMRAA é uma associação de municípios em voz dos municípios que representa, obviamente, a solicitar ao Governo Regional que os acuda e que, de facto, tendo esta prerrogativa, traga à Assembleia Regional um mecanismo para que os prazos sejam prorrogados.

Naturalmente, entre a reunião da Comissão da CAPAT e este Plenário, eu procurei bastante, confesso, algum pedido de ajuda, alguma comunicação, alguma coisa que tivesse sido feita pela anterior AMRAA, que obviamente também era socialista, porque tinham maioria de câmaras nos Açores e não encontrei, sobre este aspeto absolutamente nada, nem pedido de ajuda para prorrogação de prazos.

**Deputado António Lima (BE):** A AMRAA agora vai passar uma sucursal do PSD?

**Deputada Andreia Cardoso:** Não tinha acabado o prazo senhora!

**A Oradora:** ... nem concertação com o Governo... não sei se quer que eu peça como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para parar o tempo!?

Mas para a próxima peço. Não encontrei absolutamente comunicação nenhuma da AMRAA e do Governo Regional, se calhar está em mais uma gaveta entre 2015 e 2022. Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Nós aqui há 1 ano sensivelmente aprovamos uma alteração deste diploma que adiava por 1 ano estes prazos, fizemo-lo de uma forma, eu diria consciente, cautelosa e com um sentido de responsabilidade, para permitir aos municípios resolverem o seu problema e não ficarem impedidos de recorrer a financiamentos comunitários por essa via.

É verdade, que há aqui responsabilidades que não são apenas dos municípios, mas há uma coisa que, os diários das sessões podem comprovar, é o que é que disse o Deputado da Iniciativa Liberal nessa altura aqui desta mesma bancada, é que esta seria a última oportunidade a dar ao Governo Regional e às autarquias para

resolverem esse problema e tiveram 1 ano e não fizeram nada, eu vou pegar outra vez na representação gráfica de um código alfanumérico para o número 0, aliás, o Partido do Centro Democrático Social, Partido Popular, disse precisamente a mesma coisa, disse precisamente a mesma coisa. É verdade que neste momento temos aqui alguma dependência das autarquias relativamente ao Governo Regional, no que diz respeito às cartografias, coisa que foi abandonada nos últimos anos, é um facto, é um facto, depois aparecem coisas como essas das 300 e não sei quantas lagoas numa ilha que tem uma e tem uns charcos que as pessoas constroem para fazer abastecimento do gado e muitas outras coisas.

Mas tem, por exemplo, uma limitação, mapas de ruído não existem mapas de ruído na maior parte dos concelhos dos Açores, é um incumbência do Governo, as autarquias não têm capacidade de fazer mapas de ruído e muitas outras coisas das quais as autarquias se queixam e que estão nos pareceres da AMRAA, mas também não podemos libertar a AMRAA de responsabilidades, porque a AMRAA também tem a responsabilidade de pressionar o Governo para resolver aquilo que é do Governo, em vez de deixar andar e “empurrar com a barriga para a frente”, para usar uma terminologia muito corriqueira, “empurrar com a barriga para a frente”, não fazer nada e depois dizer, afinal, o Governo não fez, não! Porque a queixa da AMRAA é igual às outras todas que nós temos, às corporações

todas desta Região que passam a vida a dizer que está tudo mal, mas esquecem-se que elas também têm a responsabilidade de pressionar o Governo para fazer as coisas que precisam dele, mas não, preferem só queixar-se, e, a AMRAA o que vem fazer é queixar-se do Governo Regional, em vez de ter feito o seu trabalho no último ano, quando lhe demos essa oportunidade de o fazer, a AMRAA e todos os municípios que não conseguiram ainda cumprir este desiderato, porque isto é igual àquilo que temos discutido sobre as questões dos resíduos sólidos urbanos, há sempre responsabilidade de alguém ao lado, no caso dos resíduos sólidos urbanos eu admito porque é uma responsabilidade que é de nós todos, uma responsabilidade coletiva, neste caso, não há responsabilidade coletiva, há responsabilidade específica das autarquias e responsabilidade específica do Governo Regional dos Açores.

E não vale a pena, nós aqui continuamos a empurrar responsabilidades para uns e para outros, e eu temo que se a Assembleia Legislativa Regional dos Açores não tomar uma posição firme em relação a estas autarquias daqui a 2 anos, no princípio da próxima legislatura, estarão aqui outros Deputados e alguns dos que aqui estão a aprovar mais prorrogações de prazos de PDM's e isto é uma brincadeira, e, já não vou falar da brincadeira que é a suspensão dos PDM's porque dá jeito ao amigo do lado, já nem vou falar disso, mas poderia falar disso, mas poderia falar disso, porque esse tipo de regulamentação e esse tipo de regulação excessiva também cria

constrangimentos ao crescimento económico, mas eu nem vou falar disso, o que quero deixar bem claro, é que pelo menos da parte da Iniciativa Liberal, esta é a última oportunidade, esta é a última oportunidade que damos às autarquias e ao Governo Regional dos Açores para cumprir a sua parte, porque este não é um assunto daqueles que não importa às pessoas, este assunto importa às pessoas, este assunto interfere na vida das empresas, este assunto interfere na vida dos cidadãos, este assunto, inclusivamente, interfere naquilo que nesta Região se enche muito a boca, que é sustentabilidade ambiental, ou seja, há muita gente que enche a boca com sustentabilidade ambiental, mas suja as mãos com a falta de documentos dessa natureza, que, sim, estes podem garantir que não há atropelos à sustentabilidade ambiental. Sim, esses documentos são fundamentais, só para isso, que mais não fosse só para isso.

E se em relação à cartografia, estamos conversados em relação às autarquias não há razão de queixa, as autarquias não fizeram o seu trabalho, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores não fez o seu trabalho, o trabalho que tem que fazer, que é pressionar o Governo Regional para lhes dar os mecanismos para eles poderem cumprir, eles não cumpriram porque não quiseram e não pressionaram o Governo Regional porque não queriam cumprir.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Pela segunda vez, em pouco mais de 1 ano, nós estamos a debater este assunto, novamente com uma proposta que pretende prorrogar um prazo para a revisão dos PDM's das autarquias na Região Autónoma dos Açores, sendo que o mesmo problema existiu e existe a nível nacional, sendo que no continente o prazo termina no final deste ano, prazo nos Açores, a prorrogação foi mais curta, porque foi o Governo que a propôs e pretendia que ela vigorasse, essa prorrogação, até o final do mês de março deste ano.

Ora, nós estamos em junho, esse é o primeiro ponto a assinalar, essa é a primeira incúria, incompetência e irresponsabilidade do Governo, da Associação de Municípios.

A Associação de Municípios na carta que enviou ao Governo, enviou uma carta a solicitar uma prorrogação de prazos no último dia do prazo, bem, mas isso seriam negócios com o Governo, matérias a resolver com o Governo, não nos preocupa assim muito, se, não tivesse que ser o Parlamento a vir ser chamado mais uma vez a acudir à irresponsabilidade da Associação dos Municípios, dos Municípios e à irresponsabilidade, principalmente do Governo.

O Governo faz asneira, é incompetente e quem é que tem que resolver? É o Parlamento, vem cá o Governo a pedir aos partidos

que aqui estão representados, que acuda a sua incompetência, primeiro ponto.

E, para além de ser incompetente o Governo é arrogante, porque eu recordo que o Sr. Vice-Presidente, que hoje não dá cara...

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria Pereira*):

Ele está em trabalho! Olhe o respeito!

**O Orador:** ... sobre esta matéria, vem aqui do alto da sua arrogância dizer que esta e dizia em inglês é, vou citar, para não me enganar: “One more chance, last chance!” e afinal é “one more time”, ó Sr. Subsecretário, devia ter vergonha de assumir o Sr. essa triste figura, esta triste responsabilidade de quem não quis assumir, porque quem devia estar aqui a assumir essa responsabilidade era quem disse essa aberração, que disse em março de 2022, que era o Sr. Vice-Presidente.

Ora da parte do Bloco de Esquerda, nós não queremos de modo algum, que as autarquias fiquem impedidas de recorrer a fundos comunitários, mas têm que ser mais responsáveis, em primeiro lugar, pelo alerta que deviam ter dado ao Governo e o Governo aí é enorme irresponsabilidade, porque nada fez para garantir o cumprimento dos prazos, não procurou saber como é que estava o cumprimento da Lei e depois vem ao Parlamento, sem nenhuma humildade, sem reconhecer o erro, quando há 1 ano dizia que era a última vez, bem da nossa parte, nós não vamos impedir essa aprovação, mas também não damos o voto a favor nesta matéria



nenhuma vez para além daquela que já demos, já demos uma vez e o nosso voto será de abstenção, porque nós não estamos aqui para passar a mão e ajudar o Governo na sua incompetência, o Governo e os partidos que o apoiam assumam essa responsabilidade, porque nós não estamos cá para isso.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

**(\*) Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O atual diploma tem por objetivo conceder uma nova prorrogação à revisão e alteração dos Planos Diretores Municipais, como aqui já foi dito e no decorrer deste processo e tendo sido dado um prazo suplementar o ano passado de 1 ano, vem agora o Governo solicitar uma prorrogação de 2 anos.

Mas neste processo observamos o seguinte, a prorrogação aprovada em 2022 fixava o prazo até 31 de março de 2023, destinado à apresentação e apreciação das propostas dos Planos Diretores Municipais que imponha a suspensão do direito de candidatura ao município e apoios financeiros, regionais e comunitários geridos pela Região Autónoma dos Açores.

A verdade é que aqui estamos com uma proposta que dá entrada na Assembleia Legislativa Regional, após terminado aquele prazo e apenas porque a AMRAA solicitou no último dia que o Governo

assim o fizesse, alegando até atraso do próprio Governo que aqui já foram referidos e que eu escuso de repeti-los.

Mais quando questionado sobre aquele que seria o principal motivo para aprovação urgente que foi pedida em Comissão, embora não tenha sido pedido formalmente a esta Assembleia que este assunto fosse tratado com urgência, uma aprovação urgente para esta Câmara, a possibilidade de acesso por parte dos municípios aos fundos ainda disponíveis no PO2020 ou abertura de candidaturas aos fundos do PO2030, o Sr. Subsecretário afirmou não ter os dados disponíveis e esses apenas chegaram à Comissão, devo dar nota de que, pedindo a urgência e esse era o maior motivo para tal, o Sr. Subsecretário à data não tinha esses dados e ficou de enviar essa informação à Comissão, comprometendo-se que o faria antes da aprovação do relatório que foi pedido por si com urgência numa segunda-feira e marcámos uma reunião extraordinária na sexta seguinte, para que assim fosse e ficou o compromisso que no dia seguinte faria chegar essa informação, o que é certo é que essa informação só nos chegou na sexta-feira à tarde, após a validação do relatório.

E, isto dá boa nota da forma como este processo está a ser trabalhado pelo Governo Regional.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Com esta resposta, havendo municípios atrasados neste processo, cabe-nos alertar para o facto de existirem também municípios que

estando em condições de se candidatarem a fundos comunitários, continuam a aguardar para que este Governo Regional faça a sua parte.

Mais uma vez o Governo a prejudicar, neste caso as nossas autarquias, da mesma forma que diligenciamos aqui para que os municípios possam concluir os procedimentos de revisão e alteração dos Planos Diretores Municipais, é também necessário que o Governo diligencie para que os municípios que, cumprindo os prazos e estando em condições de concorrer, não continuem com os seus projetos em suspenso.

Relativamente àquilo que foi aqui um preferido da bancada do Partido Social Democrata relativamente ao tratamento que era dado aos municípios, aprez-me dizer o seguinte, numa análise àqueles que são os contratos de cooperação técnico financeira com as câmaras municipais entre 2021/2023, da análise feita e da informação disponível em Jornal Oficial, conclui-se o seguinte, contratos ARAAL assinados entre o Governo e câmaras municipais, num total de 33, sendo que 15 são alterações aos que decorriam no Governo PS, no âmbito do furacão Lorenzo, e, 15 novos contratos a que se somam 3 alterações a esses mesmos contratos, os 18 novos contratos ARAAL assinados por este Governo de coligação são com as seguintes câmaras municipais, 8 contratos com a Câmara Municipal das Velas, 4 contratos com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, 3 contratos com a Câmara Municipal da Horta, 2 com a Câmara

Municipal de Nordeste e 1 contrato com a Câmara Municipal das Lajes do Pico, ou seja, 50% dos contratos foram assinados com uma Câmara do CDS-PP e 93% dos contratos assinados com câmaras da coligação, aqui a resposta àquilo que foi a provocação feita aqui.

Ou seja, o contrato assinado com a Câmara Municipal das Lajes do Pico representa apenas 7.3% do valor do total dos novos contratos de cooperação técnica ou financeira com as câmaras municipais, estando os 92.7% adstritos a câmaras da coligação.

E aqui fica a resposta à Sra. Deputada Sabrina com aquilo que fez aqui entender que seria uma prática do PS.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quanto a PDM's, o que me preocupa mais não são propriamente os Srs. presidentes de câmara, são propriamente os seus munícipes, aqueles que estão ali à volta e toda a gente que fica com a sua vida congelada, suspensa ou até não acontecendo.

Na sequência daquilo foram dizendo alguns dos Srs. Deputados e que eu concordo, venha de onde vier, eu também concordo quando os Srs. presidentes de câmara, aqueles que trabalham e que se dedicam a estas coisas e não andam preocupados em fazer

perseguições políticas em vez de trabalhar, que dizem que é uma “via Sacra”, muitas vezes de pareceres, etc., de recursos técnicos, humanos, para se fazer uma revisão aos PDM’s, sim, Sr., com certeza, também é certo que agora teremos um impedimento se isto não acontecer de fundos europeus, há 1 ano também, daqui a 2 anos também vai acontecer o mesmo, certo ou não? Certo! Last chance, one more chance o raio que o parta à chance, a verdade é que nós não podemos brincar com a vida dos açorianos, porque há gente que depende às vezes da revisão, não é às vezes, depende da revisão dos PDM’s para resolver a sua vida e a quantidade de investimento que não vem porque os parques industriais às vezes estão sobrelotados e não há hipótese porque o PDM impede que se faça alteração ou ampliação destes parques industriais, é investimento que não é feito, é investimento e são postos de trabalho que não são criados, ou seja, andamos aqui a falar de uma coisa, que em teoria é muito boa na prática, escangalha a vida dos açorianos.

E mais uma vez, nós andamos aqui com termos em inglês que eu detesto, não é só na música, é que eu gosto de termos em inglês, mais uma hipótese.

Olha da parte do CHEGA sempre que a gente andou aqui na coisa das hipóteses correu muito mal, muito mal mesmo, mais uma chance mais isso, correu mesmo muito mal.

Eu acho é que nós vamo-nos abster nisto, nós não queremos no futuro sermos colados a esse tipo de situação, porque já prevejo que daqui a 2 anos vão pedir novamente mais uma extensão de prazo.

E, se as coisas são para se fazer, tem que se fazer com seriedade e fazer com seriedade é também já deviam ter começado a trabalhar com todas as desculpas que também são reais da carga burocrática que este país tem, a verdade é que também alguns andaram foi a perseguir alguns elementos do CHEGA, como é o caso de algumas câmaras, e não andar a tratar da vidinha e quando da vidinha não se trata, corre mesmo muito mal.

Da parte do CHEGA tem uma abstenção.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra, apesar da clara intervenção que foi feita pelo Sr. Subsecretário, é muito fácil entender aquilo que ele disse, mas porque importa esclarecer alguns pormenores.

E, começo logo por esclarecer, enfim, em relação àquilo que disse o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado António Lima, o Sr. Vice-Presidente do Governo, se há coisa que não tem é medo de dar a cara, como o Sr. sabe, não está cá hoje porque está em representação da Região e do Governo Regional e, portanto, pedia-

se outra atitude da sua parte. Em segundo lugar, não está a falar nesta iniciativa, porque a competência já não é dele, quando isto foi discutido da última vez aqui o ano passado, a competência da cooperação com o poder local estava na vice-presidência, neste momento não está, é por essa razão que não está cá defender este diploma.

Em segundo lugar, é importante que se esclareça aqui, ouvir falar em incompetência por parte do Sr. Deputado António Lima, por parte da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, que o Governo tinha que fazer a sua parte, ó, Sra. Deputada, os municípios sabem que têm que fazer este trabalho desde 2015, qual foi o acompanhamento que o Partido Socialista fez aos municípios entre 2015 e 2020? Digam-me lá, por favor, qual foi o acompanhamento para eles cumprirem. Há municípios a serem revistos nos Açores desde 2006, São Roque do Pico 2006, Ribeira Grande 2010, Praia da Vitória 2011, Povoação 2013 e também há 10 municípios que só começaram a rever os seus PDM's a partir de 2020, explique-me lá qual é que é a responsabilidade do Governo Regional, diga-me, é por causa de 1 mês ou 2 meses de atraso na cartografia, é isso que fez atrasar os municípios, a AMRAA tem a responsabilidade, com certeza, de defender os seus representados e de exigir ao Governo que cumpra com as suas competências, mas tem também a responsabilidade de recomendar aos municípios que representa que cumpram com as suas obrigações. Eles sabem que têm que fazer isso desde 2015 e há

neste momento apenas 4 municípios que cumpriram os prazos intercalares, 4 municípios, Praia da Vitória, Velas, Vila Franca do Campo e Nordeste.

E já agora, Sra. Deputada, o exercício que fez dos contratos de programa que foram celebrados com municípios, é bom que o faça desde 96 até 2020 também, Sra. Deputada, que não o fez, e, se o fizer vai ficar surpreendida...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito surpreendida!

**O Orador:** ... com aquilo que vai encontrar. Aconselho a que possa fazer esse exercício, Sra. Deputada.

Mas a verdadeira razão pela qual pedi a palavra tem que ver com a explicação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Pedro Neves e que também foram afloradas pelo Sr. Deputado Nuno Barata, com certeza que há por vezes atraso numa homologação de cartografia, não vale a pena dizer que não há, mas esses atrasos não são significativos e repare, neste momento nós temos em processo, terminou o POC de São Jorge, mas temos em processo o POC da Terceira o POC de São Miguel, mais 18 revisões de PDM's, mais de 18 revisões de reserva ecológica, portanto, tudo processos que confluíram para o mesmo momento do tempo, portanto, é natural com os mesmos recursos, seja mais difícil dar resposta atempada, em todo o caso, nos casos em que houve atrasos, são pequenos atrasos e mais, o Sr. Subsecretário disse e muito bem que existem processos, que a homologação de cartografia é algo de muita



responsabilidade, é um processo saturado, implica monitorização, visitas de campo, confirmações, verificações tudo coisas que consomem tempo.

**Deputado António Lima (BE):** Mas o senhor já não sabia disso há 1 ano?!

**O Orador:** E quando as empresas que são contratadas pelos municípios, entregam cartografia que não tem qualidade, obviamente que a Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos não a vai aprovar sem fazer correções, porque o Sr. Subsecretário deu o exemplo de Santa Maria, 206 lagoas...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O senhor sabe que isso já está esclarecido há muito tempo!

**O Orador:** ...numa ilha que tem uma que por sinal é artificial, mas há mais, repare numa coisa, a maioria, olhe Lajes do Pico trazia linhas de água fora da linha de Costa, muito interessante, íamos aprovar isso assim, fazia sentido, outros casos, a maioria dos municípios que entregaram cartografia aumentavam as linhas de água, isso tem implicações porque depois, obviamente que tem faixas de proteção, tem que incorporar na reserva ecológica, tem implicações no domínio hídrico e tudo isto leva a restrições no uso do solo, é preciso ter muito cuidado com isto.

Houve, no caso das Lajes do Pico, a rede hidrográfica proposta passava de 303 km para 756 km, isto é um aumento brutal com

restrições para o uso do solo por parte dos munícipes, portanto, temos que ter cuidado nesta análise.

O que importa neste momento é, mais outros exemplos, linhas de água dentro de lagoas também é muito interessante ter uma linha de água dentro de uma lagoa, não é? E a Direção Regional devia aprovar isso para não colocar em causa o prazo de conclusão deste processo por parte dos municípios, quando sabem desde 2015 que o têm que fazer.

E, portanto, o ano passado propôs-se um adiamento de 1 ano, o Parlamento é soberano, decidirá o que deve fazer, agora se não for aprovado este diploma, a implicação direta é que apenas 4 dos municípios neste momento que têm as metas intercalares cumpridas e a maioria dos municípios não vai conseguir rever os seus PDM's dentro do prazo que está definido.

E podíamos estar aqui propor 1 ano...

**Deputado António Lima (BE):** Porque é que não propuseram isso o ano passado?! *Onde chance last chance.*

**O Orador:** ... e para o ano se por acaso acontecesse alguma coisa, olhe o ano passado nós tínhamos a intenção, de alguma forma pressionar a que os municípios terminassem a revisão dos PDM's, o Governo fez aquilo que tinha que fazer encurtecer o prazo ao máximo para estimular os municípios a rever, não é possível, nós já sabemos que não é possível e podíamos agora prorrogar por 1 ano,

e, se acontecesse que 10 municípios não conseguissem acabar a revisão dos planos, iam ficar prejudicados?

Era isso? Os Srs. acham que os municípios se sentiriam confortáveis ao ficarem prejudicados? A Madeira fez até 2015, nós estamos a propor até 2015 e é bom que se tenha noção de uma coisa, 2025, peço desculpa, é bom que se tenha noção de uma coisa a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores com certeza que pode pedir responsabilidades ao Governo Regional na matéria de homologação de cartografia, mas os eventuais pequenos atrasos não são responsáveis pelo atraso na revisão dos PDM's e, isto é muito importante que fique claro.

Porque, como disse, nós tivemos que fazer os processos de correção que são fundamentais de fazer e os municípios sabem há muitos anos que têm esta obrigação e só a partir de 2020 é que 10 municípios iniciaram o seu procedimento.

**Deputada Catarina Cabeceiras:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Deixar aqui apenas alguns apontamentos, porque já muito foi dito, obviamente com a maior parte até concordo com outras nem tanto e, dizer ao Sr. Deputado António Lima que se anda nesta vida tem que se atualizar muito rapidamente, em vez de vir aqui só lançar algumas postas de pescada e fazer alguns enredos e adjetivar o Governo da maneira que pode, eu não sei se sabe, mas devia saber, faz parte das suas competências, que a administração local já não é competência do Sr. Vice-Presidente do Governo há mais de 1 ano, a orgânica mudou, por isso também não lhe fica bem nem responsabilizar quem não tem essa responsabilidade e muito menos responsabilizar quem nem está aqui para se defender...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Ah não está aqui, não se pode falar!

**A Oradora:** ... e o que se nota em si, Sr. Deputado António Lima é que naturalmente...olhe, eu peço que pare o tempo, por favor.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, é escusado tentar influenciar o Sr. Secretário no controlo do tempo, o que o Sr. Secretário faz é o que sempre fez, o que já fazia o anterior Secretário, quando vemos que não estão reunidas as condições para o orador fazer a sua intervenção para o tempo, e, portanto, não vale a pena estarem a tentar influenciar o Sr. Deputado Lubélio Mendonça para alterar o seu método de trabalho. Faz favor Sra. Deputada.

**A Oradora:** Obrigada, Sr. Presidente. Apenas também dizer-lhe, por favor, e, permita-me com todo o respeito que tenho por si que

eu não merecia que me tivesse dito isso hoje, devia ter dito isso ontem também.

**Presidente:** E disse Sra. Deputada e disse!

**A Oradora:** Para finalizar os apontamentos que tenho a dizer em relação ao Sr. Deputado António Lima, permita-me que lhe diga também que, quando efetivamente se pertence a um partido que nunca geriu uma Câmara nos Açores, ...

**Deputado Bruto da Costa:** E ainda bem!

**Deputado António Lima (BE):** Oh Sra. Deputada poupe-me!

**A Oradora:** ... eu até acredito que não se entenda que todos os autarcas têm de facto, vistos a trabalhos para revisões do PDM.

No que diz respeito, e, para finalizar, no que diz respeito à questão das candidaturas ou a falta de candidaturas ou a impossibilidade de candidaturas, porque é bom que se perceba lá em casa que as autarquias neste momento e daqui para a frente com a promulgação, se for aprovada, não estarão impedidas de se candidatar a fundos comunitários estão impedidas, se, efetivamente esta prorrogação neste Parlamento não for aprovada e, de facto para quem se preocupa muito com as candidaturas das autarquias aos fundos comunitários, devia também ter-se preocupado quando era responsável pela inscrição da possibilidade das autarquias dos Açores terem-se candidatado a verbas no PRR, mas no primeiro desenho as verbas destinadas às autarquias nos Açores no PRR foi zero igual a nada. Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima, não seja tão impiedoso com o Governo anterior, ...

**Deputado António Lima (BE):** É com todos!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, convenhamos!

**O Orador:** ... com este Governo, com as câmaras todas, é tudo uma cambada de incompetentes, é tudo uma cambada de preguiçosos, ninguém sabe nada, ninguém sabe fazer nada, V. Exa. um dia pode ficar numa posição em que imagine que um dia vai para o Governo, imagine que um dia, daqui a muitos anos, eu preferia que...Sr. Deputado, veja uma coisa, imagine que um dia V. Exa. só tem 2 Deputados, mas imagine que um dia pode acontecer, pode integrar um Governo ou pode apoiar um Governo, pode acontecer, Sr. Deputado, pode um dia acontecer. E, depois, o que é que aconteceu? V. Exa. chamou incompetente a toda a gente, o que é que acha que

lhe vão fazer quando estiver aqui deste lado? O que lhe vão fazer, Sr. Deputado, ... Eu nunca fui como o Sr., não, não.

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor é um bom exemplo!

**Deputada Ana Luis (PS):** Ah sim, o senhor é a bondade em pessoa!

**O Orador:** E, portanto, Sr. Deputado, vamos ver e vamos analisar este assunto com a tolerância democrática que ele necessita de ser analisado e não com essa forma exacerbada de olhar para as coisas que tem o Bloco, que é uma destruição, é um incêndio permanente, está tudo mal, é uma coisa impressionante, V. Exa. tem um discurso absolutamente destrutivo, mas vamos olhar para isto, bom, e vamos olhar para as responsabilidades de cada um, olhe há alguém que está absolutamente isento de responsabilidades, esse alguém é o Parlamento dos Açores, que no âmbito das suas funções fez aquilo que lhe competia e até mais do que lhe competia, ou seja, aprovando rapidamente com a maior velocidade possível esta iniciativa, aprovando, discutindo-a aqui.

Portanto, da nossa parte, fizemos o que tínhamos que fazer. Em relação aos municípios, evidentemente que existem constantes constrangimentos diversos que tiveram que enfrentar, desde logo uma epidemia que atrasou bastante os trabalhos e, portanto, há condicionalismos históricos nos municípios, eu sei bem das dificuldades que os municípios têm, eu sei bem e além disso, quem os deve fiscalizar em primeira instância são as assembleias municipais e os vereadores da oposição e a população, porque a

população em 2025 terá oportunidade de verificar se aquele elenco camarário foi competente ou não foi competente e fará o seu julgamento e isso é o que interessa, é o dos munícipes de cada uma das nossas câmaras municipais, o povo terá oportunidade de se pronunciar sobre essa matéria, vamos deixar ao povo também um espaço de responsabilização e um espaço de poderem dar aquela que é a sua visão democrática sobre estes processos e as câmaras que tiverem sido menos eficazes, evidentemente, e será um fator que as populações terão em conta, que o povo terá em conta!

Em relação ao Governo anterior, também não subscrevo essas críticas, não subscrevo porque eu sei que as circunstâncias foram circunstâncias difíceis e, portanto, que nós não conhecemos os processos, não sabemos se os pedidos de audição, se os pedidos de pareceres, se a documentação solicitada o foi corretamente, se, de facto existiram ou não existiram atrasos, portanto, eu não quero, não vou aqui fazer julgamentos precipitados sem provas em relação à competência ou à falta dela do executivo atual, como também não faço em relação ao atual executivo, o que nós temos aqui que discutir é o seguinte, há uma situação, de facto, é que estes documentos são necessários, e, portanto, há uma de 2 posições que podem ser tomadas, ou nós olhamos a realidade e o que temos que fazer é aprovar, é votar favoravelmente esta iniciativa para que as câmaras municipais, os municípios possam realizar a revisão dos PDM's, que é absolutamente crucial para cada uma delas, esta é uma



possibilidade ou não o fazemos, e, se não o fizermos, cada um terá a responsabilidade política e irá assumir a sua responsabilidade política.

Da nossa parte, evidentemente, a nossa visão é uma visão prática, este período é necessário para os municípios, da parte do Governo existe total disponibilidade, isto é um alerta para a necessidade de imprimir a maior celeridade possível diferentes processos, portanto, cada um irá assumir as suas responsabilidades, e, no fim de tudo, o povo irá atribuir as responsabilidades em 2024 a este Parlamento, a este Governo e em 2025 aos diversos municípios.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Estamos novamente a debater a prorrogação de um prazo para que as nossas autarquias, as câmaras municipais, possam concluir um importante instrumento de gestão territorial que é o PDM, é um instrumento fundamental para os cidadãos, para as empresas, porque é através da classificação dos terrenos que esse documento dá que

possibilita ou impede que qualquer açoriano possa construir uma casa, possa implantar um negócio, uma empresa o que seja.

Portanto, são documentos fundamentais para todos os cidadãos e são documentos de competência exclusiva dos municípios, portanto, compete aos municípios elaborar, compete aos municípios rever.

O que é que este Parlamento pode fazer e o que é que nos está sendo pedido? É que façamos uma alteração a um prazo, a um prazo para que os municípios que ainda não concluíram este processo de revisão o possam fazer.

O Sr. Secretário do Ambiente já nos referiu, aqui e eu volto a repetir, que a Praia da Vitória iniciou o seu processo de revisão em 2011, Vila Franca do Campo em 2010, as Velas em 2014, estes municípios já terminaram, já concluíram os prazos e as metas intermédias que tinham que cumprir nos termos da Lei, mas eu refiro estas datas para enfatizar o longo tempo que demorou neste processo.

E, portanto, neste momento há 4 municípios nos Açores que estão em cumprimento, há o Corvo, que já concluiu, já terminou completamente o seu processo, os restantes estão atrasados e é para os restantes que esta alteração que nos é pedida vai ter efeito.

Estamos, no entanto, aqui, num debate um pouco enviesado, ou seja, para alguns Deputados, nomeadamente o Bloco de Esquerda, há aqui um diabo e, o diabo é o Governo.

**Deputado António Lima (BE):** Não é diabo. É incompetência!

**O Orador:** Mas, não é competência do Governo fazer PDM's, portanto, mas a culpa é do Governo em relação a quê? Em relação a quê? Se é competência exclusiva dos municípios, se os municípios é que escolhem as empresas que querem para que seja feita a cartografia? Qual é a culpa que o Governo tem no meio disto tudo? Qual é a responsabilidade que o Governo tem no meio disto tudo?

Sr. Deputado António Lima foi muito Leste em fazer aqui uma citação de um anglicismo que o Sr. Vice-Presidente usou no debate no ano passado, pois eu vou ler um pouco do Diário das Sessões, para que quem está lá em casa possa compreender efetivamente o que é que aconteceu, e, dizia o Sr. Vice-Presidente: “A objetividade é esta, os municípios estiveram seis anos para fazer isto, se é um facto que, nos últimos dois anos tiveram dificuldades, é facto, que tiveram quatro anos e não fizeram, isso também tem que ser dito, também é verdade que só apenas cinco conseguiram tendo o Corvo já o seu PDM concluído, mas também devo dizer-vos uma coisa, a Direção Regional do Poder Local enviou uma carta a todas as autarquias há cerca de 1 ano atrás, a lembrar esse prazo”, portanto, este Governo, que o Bloco de Esquerda quer diabolizar, já em 2021 havia notificado os municípios a avisá-los do prazo, e, continuo a citar: “eu também não quero ser, não diria o pai tirano, mas há uma frase inglesa que é muito engraçada e que é *one more chance, last chance*, é bom que as pessoas também percebam que têm um prazo

e que tem que o cumprir”, isto foi dito pelo Governo há 1 ano atrás, o que é que os municípios fizeram?

**Deputado António Lima (BE):** E agora o que é que estão a fazer?!

**O Orador:** O que é que os municípios fizeram? Esperaram um ano para no dia, para no dia em que o prazo se esgota, notificar o Governo a dizer o prazo esgota-se hoje, por favor façam alguma coisa, foi isto que aconteceu, e, portanto, concluía o Sr. Vice-Presidente: “este prazo, julgo que este Parlamento e acho que as autarquias dos Açores ficam reconhecidas ao Parlamento se aprovar esta proposta”, porque era a proposta do Governo, porque vai-lhes dar tempo suficiente, mais do que suficiente para cumprir os seus PDM’s

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Lima, a responsabilidade de revisão dos PDM’s é das câmaras, são as câmaras que escolhem as empresas que querem para fazer a cartografia, como muito bem já foi explicado pelo Sr. Membro do Governo, há cartografia muito malfeita e, portanto, nós não podemos culpar o Governo, por trabalho que não é feito e não é da sua competência, e, portanto, o Governo está cumprindo aquilo que tem que cumprir, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ó senhor não é só isso!

**O Orador:** ... que é apresentar a este Parlamento e a decisão é nossa dos Deputados, apresentar a este Parlamento, a prorrogação ou a não prorrogação dos prazos.

Sra. Deputada Andreia Cardoso está incomodada com alguma coisa? Qual é a parte da história que a Sra. não compreendeu? Então a gente vai aguardar. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O senhor falou assim porque é com uma mulher.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado, Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

**(\* Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Há aqui uma tentativa do Sr. Deputado Paulo Estêvão e agora do Sr. Deputado Pedro Pinto, a tentar esvaziar, tirar o oxigénio deste balão, dizer que à partida os Deputados só podem fazer duas coisas, “ou é assim ou é sopas”, não! Não é bem assim, também há outra, que é fiscalização do Governo e por isso estou a fazer umas perguntinhas aqui ao Governo e não vou e não vou largar só porque dizem que à partida nós só podemos fazer aqui uma coisa como tivéssemos aqui bonecos a escrever sim ou não, as coisas não são assim e até agora eu ainda não acusei absolutamente ninguém, fiz perguntas até agora e, se o Bloco de Esquerda já fez o seu trabalho, eu faço as perguntas porque eu quero chegar a uma conclusão. E eu faço a pergunta, tendo em conta que aquilo que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e

das Alterações Climáticas disse e eu faço uma pergunta, o Presidente da AMRAA que é o porta voz de todas as autarquias nos Açores está a mentir no primeiro parágrafo, quando diz que a responsabilidade é do Governo? Que supostamente temos aqui um atraso, porque o Governo não responde nem a pareceres nem a questões e o tempo de espera é muito e, é por isso que nós estamos aqui, todos enrascados ou o Sr. Secretário está a dizer que está a mentir a AMRAA ou então é o Governo que está, e, é uma pergunta, não estou a acusar, é o Governo que está a mentir e a AMRAA é que tem razão e o Governo não está a fazer o seu trabalho, que devia fazer juntamente com as autarquias, ou o que é que se passa aqui? Porque não é só votar sim ou não, queremos responsabilidade e se a responsabilidade for do Governo, nós temos essa competência de fiscalizar e de arranjar soluções, porque nós temos que arranjar soluções porque, Sr. Deputado Paulo Estêvão, daqui a 2 anos, estamos a prorrogar novamente, se não tivermos uma solução relativamente às nossas autarquias, porque toda a gente gosta de dizer que as competências é da Assembleia da República, das autarquias, mas aquilo que está próximo de nós também nos preocupa a nós, os PDM das autarquias preocupa-nos a nós e estamos aqui a fazer o nosso trabalho, por isso eu pergunto Sr. Secretário Regional, se pudesse responder, eu agradeço.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

**(\*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo. O que eu pedi a palavra e uma vez que o município de Vila do Porto foi aqui colocado em causa e mais realçado, ainda mais pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, como cartografias incompletas ou malfeitas, acho que o Sr. Secretário devia ter sido um bocadinho mais rigoroso na análise total deste processo naquilo que referiu, ou seja, o município de Vila do Porto iniciou, por razões que lhe alheias...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Que lhe são alheias?! Como *alheias?*

**A Oradora:** ... realmente tardio, em outubro de 2021, mas, no entanto, desde que entrou, cumpriu sempre com os seus prazos. Em novembro, tem que me deixar acabar, Sr. Secretário, em novembro de 2022 é entregue a cartografia final para validação, realmente a sua Direção Regional, foi enviado na cartografia um plano de água da zona do aeroporto, à qual a sua Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos achou que os poços de água identificados como tal eram lagoas, esta foi uma leitura feita dos dados que foi feito pela empresa de cartografia, no entanto, Sr. Secretário, e o que o município, também já agora, e, que peço para esclarecer é que foi feito esse esclarecimento pela empresa foi enviada “SHAPE FILE” em março, data até à qual não tem qualquer resposta, ao qual nós depreendemos de que se foi enviado um “SHAPE FILE” de esclarecimento sem qualquer alteração

daquilo que lá estava e que estamos a 15 de junho e não houve qualquer esclarecimento ou pedido de alteração, vamos depreender que aquilo que foi enviado estava correto e não estava errado, porque se tivesse errado, se tiver errado tem que esclarecer o município em junho, para que o mesmo possa pedir à sua empresa para fazer a alteração, ou seja, o município aguarda desde março com o “SHAPE FILE” enviado sem qualquer alteração que não há esse erro, e, por isso, se o município está em erro, Sr. Secretário, desde março até junho, o município não tem esse conhecimento, porque não foi dada essa informação, por isso, achei correto fazer esse esclarecimento aqui, não é o município que está em falha porque o município cumpriu com a data.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Quem está é o Governo!

**A Oradora:** E aguarda desde março, então vamos corrigir, a empresa está a aguardar desde março deste ano que lhe digam se a SHAPE FILE que foi enviada, afinal está ou não correta, ou seja, se for enviar, vamos entrar em períodos de férias, se for enviar só daqui a 2 meses, então ninguém pode esclarecer, então estamos em março, então vamos aguardar mais tempo ainda, Sr. Secretário, mas foi enviado em março, assim que foi pedido o esclarecimento, assim que foi solicitado o esclarecimento, foi enviado e, o município aguarda desde março que haja a informação se a cartografia está ou não está correta, eu não estou a impor responsabilidades de um lado, não acho, é correto nem se insere, aquilo que foi dito nesta Casa à



conta de alguns municípios, esclareço o meu que está a aguardar desde março para saber se está correto ou incorreto aquilo que foi enviado. Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima tem a palavra, faça favor.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário Regional Alonso Miguel, Sra. Deputada Sabrina Furtado, Sr. Deputado Pedro Pinto, esta resposta é um pouco para os três, porque os três abordaram a mesma matéria, a responsabilidade política daquilo que se faz e daquilo que se diz não se altera nem prescreve com a mudança de orgânica, nem sequer com a mudança de Governo, quando se aponta falhas a Governos anteriores, não se pode querer depois dizer - bem, o Sr. Vice-Presidente, já não tem esta pasta, tem nada a ver com isso - era o que faltava, era o que faltava, porque o Governo tem, e, aquilo que foi dito neste Plenário em março de 2021 foi da sua responsabilidade e não há nada que o apague, absolutamente nada que o apague, responsabilidade política sobre o que foi dito, sobre a proposta que

foi apresentada é do Governo e é do Sr. Vice-Presidente que não está cá, mas estava em março do ano passado.

Sobre responsabilidade política, Sra. Deputada Sabrina Furtado, quis-me dar alguma espécie de lição sobre a orgânica do Governo, mas também tenho-lhe a informar uma coisa sobre o funcionamento do Governo, que talvez não saiba, mas esta proposta de Decreto Legislativo Regional que hoje estamos a debater não foi aprovada pelo Sr. Secretário e o Sr. Subsecretário da Presidência, foi aprovada por todos aqueles Srs. e Sras. que ali estão, faltam três, foi aprovada por todos, por isso a responsabilidade política não é só do Sr. Subsecretário, é de todos!

Por isso, não me venha dizer que Sr. Vice-Presidente já não tem esta pasta, não é nada com ele, pronto sobre responsabilidade política estamos conversados.

Sobre dificuldades da governação, Sr. Secretário Alonso Miguel diz que há muitas dificuldades com a cartografia, há cartografia errada, pelos vistos também há falta de resposta dos serviços, mas isso já era óbvio pela Carta da AMRAA, bem, a pergunta que se coloca é, se esses problemas, e, todos sabemos que rever um PDM não se faz do dia para a noite, a pergunta que se faz é, se todos esses problemas surgiram desde março do ano passado para aqui, até hoje e anteriormente não haviam esses problemas e o Governo, bem, vejamos lá uma coisa, em março de 2022 havia um município com o PDM revisto e não fomos nós a dizer que só dávamos mais 1 ano

aos municípios para rever, não fomos nós. Quem disse isso, quem disse que só dava mais 1 ano foi o Governo, o Governo propôs a este Parlamento que desse o prazo de 1 ano, 1 ano, nem mais 1 dia para rever os PDM's, “one more chance, last chance”.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** E o que é que os municípios fizeram?!

**O Orador:** A incompetência foi do Governo, em avaliar mal, muito mal a capacidade de resposta dos serviços e avaliar mal a capacidade dos municípios em desenvolver esses processos, não é nossa, por isso os Srs. deviam descer do alto da vossa arrogância e admitir o erro, mas não são capazes de o fazer, não são capazes de o fazer, e, depois há outro problema que é este sucessivo adiar de prazos gera, o município do Corvo cumpriu, já houve mais 4 municípios a cumprir e vou citar para que não restem dúvidas: Vila Franca, Praia da Vitória, Velas e Nordeste, esses municípios cumpriram, provavelmente deixaram outras prioridades para trás para cumprir, porque tinham um prazo para cumprir, afinal, cumpriram e não era preciso, bem isso não transmite uma mensagem boa, uma mensagem correta e beneficia quem não cumpre, ou seja, não é de modo algum aceitável.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Esse não, porque esses não estão excluídos.

**O Orador:** Ó Sr. Presidente, eu não consigo, sinceramente, é que não fiz um minuto de intervenção que não tivesse 4 ou 5 Deputados da coligação aos gritos.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Aos gritos!?

**O Orador:** Aos gritos, como esse gritinho que deu agora.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Faz favor, Sr. Deputado António Lima.

**O Orador:** Terminando, Sr. Presidente, a responsabilidade é dos municípios e é do Governo que avaliou mal e não reconhece, não reconhece que avaliou mal e não reconhece que não tem capacidade de resposta, descer do alto da sua arrogância...

**Deputado João Bruto da Costa:** Alto de arrogância não há como o Sr. Deputado António Lima!

**O Orador:** ... é reconhecer esse erro, mas o Governo não é capaz de o fazer, e, o Governo tem que se habituar a assumir responsabilidades e esse Governo não gosta, é uma espécie de Governo “Calimero” que tudo está mal e o mundo está contra si.

Mas o Governo nunca tem culpa, nunca tem responsabilidade.

E, Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma última palavra para si que não me esqueci de si, o papel do Parlamento não é assinar de cruz já foi dito aqui e o papel do Parlamento também, e, dos Deputados e Deputadas dessa casa, os Deputados e Deputadas dessa casa não estão impedidos de falar sobre aquilo que os municípios fazem ou deixam de fazer, o Sr., eu ouvi-o durante anos a fio falar do

município do Corvo neste Parlamento, anos a fio, semana após semana e quer-nos impedir de falar sobre os municípios que cumprem ou não com a Lei que nós aprovamos, que nós aprovámos, Sr. Deputado, um bocadinho de coerência não lhe fazia mal. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Pedro Neves e o Sr. Deputado António Lima estão a interpretar mal as minhas palavras, o que eu disse é a posição do PPM e ao PPM ninguém condiciona...

**Deputado António Lima (BE):** Longe de mim!

**O Orador:** ... nem o PAN nem o Bloco de Esquerda, portanto, da nossa parte, a interpretação que fazemos é que, a nossa parte do PPM, cada um fará a sua, agora o PPM ama a liberdade e, portanto, eu disse a minha opinião e, portanto, V. Exas. farão o que entenderem.

O Grupo Parlamentar do PPM já disse o que é que ia fazer, na nossa perspetiva, não aprovar o prolongamento deste prazo prejudica gravemente as populações e os municípios, é evidente, agora da minha parte, qual é a minha posição? É a minha, os Srs. farão que entenderem em relação aos vossos partidos, da minha parte, já disse que aprovava.

**Deputado António Lima (BE):** Mas quem é que lhe disse para fazer o contrário?!

**O Orador:** E, também não faço aqui processos de intenção, como o Sr. está a fazer, e, depois diz a arrogância, a arrogância, a arrogância é a sua, cada intervenção que faz está carregada de arrogância, carregada de certezas, carregada de malfeitores, o Sr. Deputado é que está carregado de arrogância, portanto, o que eu lhe quero dizer é que cada um faz a análise, o Sr. faça as perguntas que entender, e, se quiser, faça-me as perguntas que eu respondo-lhe a tudo o que o Sr. perguntar, o Sr. Deputado Pedro Neves faça as perguntas que entender e tomarão as vossas decisões, agora, não me impedem a mim de dizer e de sintetizar aquela que é a perspetiva do PPM que é, nós não vamos, se quem tomasse esta irresponsabilidade de não aprovar, uma vez que não foi feito, não foi feito, há diferentes, já vi que para o Sr. Deputado António Lima, a culpa é de toda a gente, a culpa é dos eleitores que aprovaram aqueles municípios, aqueles que elegeram aqueles presidentes de câmara municipal, que elegeram aqueles membros da assembleia municipal, que elegeram estes Deputados que aqui estão, que elegeram este Governo, para o Sr. Deputado a culpa é de todos menos do Bloco de Esquerda, o que eu lhe quero dizer é que perante estes factos, o PPM tomou uma decisão, perante estas circunstâncias e essa decisão é minha, é a nossa, é a minha e do Sr. Deputado Gustavo Alves, nós aqui cada um faz o que entender, na nossa perspetiva, nunca vou deixar de

dizer aquilo que disse, é uma irresponsabilidade não dar aos municípios a oportunidade de concluírem os seus PDM's, uma irresponsabilidade.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado, Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não estou disponível para aprovar esse diploma, conforme está aqui apresentado com uma prorrogação para 31 de dezembro de 2025, não estou e não estou porque, desde já isso é passar um atestado de incompetência aos municípios, às empresas que trabalham para os municípios na alteração dos PDM's e até do próprio Governo, quando há 1 ano atrás se proponha uma prorrogação por 1 ano é muito estranho que um ano depois, se proponha uma prorrogação por 2 anos e meio, há qualquer coisa que está mal aqui ou a contabilidade foi mal feita o ano passado ou este ano está-se a dar por incapaz de todas essas três estruturas que eu aqui identifiquei, portanto, não estou disponível para isto, tanto mais que é assim os instrumentos de regulação de território, principalmente os Planos Diretores Municipais são instrumentos decisivos na vida ativa dos concelhos, das alterações dos PDM's depende, muitas vezes o empobrecimento de uns e o enriquecimento de outros, das alterações

dos PDM's muitas vezes depende os financiamentos de campanhas políticas.

**Deputado Nuno Barata (IL):** É verdade!

**O Orador:** Das alterações dos PDM's muitas vezes depende o ganhar ou não ganhar eleições e manterem-se determinados autarcas no poder e, eu não estou disponível para isso, ponto!

Os partidos que, ainda aqui há dias soube-se na Câmara de Lisboa que houve ali um entendimento de juntas de freguesia, que vai-se arranjar uns idiotas para concorrer às juntas de freguesia, é os mesmos que agora hão de se entender para aprovar essa iniciativa, porque eu não estou disponível, literalmente, eu acho que isto é muito mau, o que se está a fazer aqui, a prorrogar no tempo por 2 anos e meio, há gente que fica com a vida desgraçada por causa dos PDM's, porque agora estamos a tentar aprovar isso para dezembro de 2025, precisamente depois das próximas eleições autárquicas,...

**Deputado Nuno Barata (IL):** E das regionais.

**O Orador:** ... ou seja, há Srs. autarcas, exatamente depois das regionais já sabemos, mas até depois das autárquicas, é preciso percebermos que há dinâmicas que acontecem nos municípios, que todos nós sabemos que é os Srs. presidentes de câmara e os elencos camarários que empurram decisões da vida das pessoas, como o Sr. Deputado Nuno Barata sabe e bem, do género, espera pela alteração do PDM, espera pela alteração do PDM e depois vão chegar as próximas autárquicas e estes Srs. não vão ser julgados pelas



promessas erradas que fizeram aos seus munícipes e, por esta razão, provavelmente passam entre os pingos da chuva e ganham novamente as eleições, e, isto não é certo, isto não é certo! Isto é um tipo de situação...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É escrever ao Ministério Público.

**O Orador:** ... que toda a gente tem ideia que acontece por aí e por esta razão eu não posso aprovar isso, não posso! Se estivéssemos aqui a propor essa prorrogação para 31 de dezembro de 2024 eu aprovaria, contrariado, mas aprovaria para 31 de dezembro de 2025, não não aprovo! Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão empurra-se para o Ministério Público, o Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada está com 10 anos de pendência, o empresário vai à falência e o autarca já não é autarca.

Mas, ainda pegando nas palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua primeira e na sua segunda intervenção, que me parecem duas intervenções branqueadoras daquilo que é a ação dos autarcas e do Governo nesta matéria, eu queria dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem razão, é nos atos eleitorais que o povo tem o poder de escolher os seus melhores governantes. E, o Sr. disse aí uma coisa

que me parece extraordinário, que é, não podemos penalizar aqui os autarcas porque vamos penalizar as populações, “hei, calma aí, foram essas populações que escolheram esses autarcas incompetentes, não fui eu”.

Há uma coisa que em política, como na arte da guerra, nós temos que perceber é que quem escolhe democraticamente os seus governantes também tem que ser responsabilizado pelas escolhas que faz, isto é garantido, isto o Sr. Deputado Paulo Estêvão, é uma daquelas coisas que nós vamos ter que esclarecer um com outro.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ui, ui, Sodoma e Gomorra. Já lhe vou responder a isso.

**O Orador:** Porque nestes casos, nós temos na Região Autónoma dos Açores, dois casos paradigmáticos de dois partidos diferentes, estamos sempre a falar, ainda esta manhã falamos de centralismo e estávamos a falar de PSD e PS e temos aqui dois casos.

Vila do Porto começou o seu processo em 2020, depois de três mandatos de maioria absoluta do PSD;

Horta, começou o seu processo em 2020 depois de quantos anos do Governo de maioria absoluta do Partido Socialista? 32! 32 anos de maioria absoluta do Partido Socialista na Horta.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Srs. Deputados do Partido Socialista, Srs. Deputados do PSD, se não é responsabilidade de quem escolheu esses autarcas repetidamente ter o seu município impedido de recorrer a fundos comunitários porque não fizeram o

seu trabalho, diga-me, quem é que é responsável? Sou eu? Não! Quem é responsável por escolher os autarcas incompetentes são as populações que estão lá nesses concelhos eu não voto em Vila do Porto nem voto na Horta e agora estou aqui a ser chamado a este Plenário para prorrogar um prazo, ah para não penalizar os munícipes, não os munícipes já estão penalizados desde o princípio, porque há munícipes que estão à espera de decisões há anos, há pessoas que entretanto faleceram e que não conseguiram empreender esta ou aquela iniciativa porque o PDM não estava feito, porque há um Plano de Pormenor que não está completo, há muita coisa que ficou por fazer, há muita gente que perdeu expectativas, há muita gente que ganhou até relutância em relação aos políticos por causa de coisas dessas, é por isso, é por casos destes que as pessoas deixaram de acreditar nos políticos e deixaram de votar, e, quando voltaram a acreditar nos políticos e a votar neles, deixaram de votar nos dois partidos maioritários, estão a votar nos mais pequenos, eu não sei porque será, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não tenho a certeza que não ando a fazer estudos sociológicos nem tenho dinheiro para pagar sondagens, mas há uma coisa que eu sei é que quando não se resolve os problemas das pessoas e quando os Governos não resolvem os problemas das pessoas, as pessoas começam a votar naqueles que lhes fazem promessas vãs ou naqueles que lhes trazem as soluções em cima de um papel, e, isto é que era a análise que devia ser feita com seriedade, porquê? Foram

anos de autarquias do PS e do PSD e a responsabilidade é desses dois partidos, não é dos partidos pequenos que não têm autarcas.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, eu iniciava a minha intervenção com uma interpelação a V. Exa., desejava saber se deu entrada até ao momento, alguma proposta de alteração?

**Presidente:** Faça favor, Sr. Deputado.

**O Orador:** Desejava saber se deu entrada alguma proposta de alteração...

**Presidente:** Quer dialogar comigo agora?

**O Orador:** Não, não! É Uma interpelação.

**Presidente:** Faça então uma interpelação à Mesa.

**O Orador:** Pois, é isso mesmo, eu disse: “quero iniciar a minha intervenção com uma interpelação à Mesa, foi isso que eu disse.

**Presidente:** Então tem a palavra para uma interpelação.

**O Orador:** Desejo saber se deu entrada alguma proposta de alteração a esta iniciativa?

**Presidente:** Que eu tenha conhecimento, não.

**O Orador:** Muito obrigado. Posso fazer uma intervenção, Sr. Presidente?

**Presidente:** Faz favor.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado António Lima, que seja do conhecimento desta Câmara, não tem nenhum dos seus poderes de Deputado suspensos, e, portanto, crítica o Governo, argumenta que este prazo que o Governo está propondo não é suficiente, mas, no entanto, não apresenta nenhuma proposta para que o prazo seja maior.

**Deputado António Lima (BE):** O senhor não ouve bem!

**O Orador:** E, portanto, o que o Sr. Deputado António Lima quer falar é da orgânica do Governo, que devia estar ali um Membro do Governo que não está e porque a orgânica mudou, mas isso não interessa para nada e do problema das pessoas, Sr. Deputado António Lima? E dos PDM's? O que é que o Bloco de Esquerda pensa sobre isso? É porque é isso que nos está sendo pedido, a cada um de nós, é decidirmos se 14 municípios ficam ou não suspensos a partir de agora de poder concorrer a financiamento europeu, de receber apoios do Governo Regional, é isso que está em causa.

O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal aduziu aqui os argumentos que considera pertinentes e lógicos, não deixa de ser verdade, quer dizer, ao longo deste debate, já percebemos que há municípios que começaram há mais tempo e há municípios que começaram mais recentemente a revisão do PDM e todos temos consciência de que isto é um processo extremamente moroso.

Eu também já referi aqui lendo o Diário das Sessões do ano passado, que já em 2021 o Governo tinha tomado a iniciativa de avisar os autarcas que havia um prazo para cumprir, e, que se saiba ninguém pediu ao Governo para fazer esse aviso, foi uma iniciativa que o Governo teve, ou seja, o Governo preocupado, fez um ofício a todos os municípios alertando para o cumprimento de um prazo. E, antecipadamente o ano passado, alargou esse prazo por mais 1 ano para dar oportunidade aos municípios. E, portanto, o que nós temos aqui é a AMRAA que representa todos os municípios, no último dia do prazo alargado a pedir mais um alargamento.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, é nossa responsabilidade, somos nós responsáveis pelo incumprimento dos municípios? Bom, se calhar algum Deputado que esteja aqui, que tenha sido Presidente de Câmara e que não tenha feito isso, como seria seu dever. Agora tirando isso, a única responsabilidade que temos foi com o adiamento de 1 ano e está nos sendo pedido o adiamento de mais 1 ano e meio ou 2 anos.

E temos o poder, se acharmos que é escasso, de fazer uma proposta de alteração e adiar isso até às “calendas gregas”.

Agora, é isto que está em debate, agora, querer debater se o Governo é competente se é incompetente, se devia estar, se não devia de estar, se está sentado, se está de pé e a orgânica para a frente e orgânica para trás, é não querer falar dos problemas das pessoas, é não querer falar, é não querer dizer o que é que o seu partido e o seu grupo

parlamentar acha sobre esse problema, porque o que aqui está em causa é exatamente isso, são regras de ocupação do território, e, é isso que vai permitir ou impedir alguém de fazer a sua casa ou ter que esperar algum tempo para começar a construir a sua casa; ou construir uma empresa ou não poder construir uma empresa ali, é tão só isso que está em causa e cabe-nos a nós decidir se achamos ou não que esses 14 municípios devem ficar impedidos a partir de agora, de concorrer a financiamento. Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, tem a palavra faça favor.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Neves, centrando na questão que o Sr. colocou, com certeza que a AMRAA defende o interesse dos seus representantes, que são os municípios e este Governo sempre disse, nós vemos nos municípios parceiros estratégicos, parceiros fundamentais e percebo que a AMRAA faça a defesa que tem que fazer de quem representa, isso é normal e não há aqui problema absolutamente nenhum. O que lhe disse é que este processo foi despoletado em 2015, é óbvio que se nós temos, respondo-lhe com isto, se temos 6 câmaras municipais que despoletam um processo

em 2022, como é que o problema pode ser da cartografia, explique-me.

Não pode ser problema de cartografia, mais, a homologação de cartografia foi assegurada até 2019 pela DGT, e, aqui, respondendo também ao Sr. Deputado António Lima, porque como é que era nos anos anteriores?

Não era o Governo Regional que fazia a homologação, era a Direção Geral do Território que fazia essa homologação, não tem aí a diferença, claro que vieram os municípios todos, agora, porque têm que cumprir o prazo ao mesmo tempo...

**Deputado António Lima (BE):** Mas o Governo o ano passado já sabia disso.

**O Orador:** ... e isso coloca problemas, coloca problemas na análise dessa cartografia, que é um processo rigoroso que não pode falhar, porque tem implicações muito graves na gestão do território.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares eu não estou a dizer que a culpa é da Câmara Municipal, o município de Vila do Porto desencadeou o processo em setembro de 2021, 6 anos depois do processo ter sido desencadeado e, portanto, repare numa coisa, não era possível, não era possível, nós sermos mais céleres do que estamos a ser e as 207 lagoas, quem diz se é classificação de lagoa, não é a empresa que faz a cartografia, é quem faz a homologação, o que a empresa fez depois foi dizer que então, se não podem ser lagoas, não podemos corrigir isto, vamos classificar como poços, foi isso que a empresa



fez, mas mesmo assim têm que corrigir mais coisas, porque os elementos cartográficos têm que ter mais de 20 m<sup>2</sup> e não têm, portanto, vão ter que fazer trabalho de limpeza naquela cartografia, isto é um processo lento e que atrasa e o que nos traz aqui ao grande ponto que nós estamos a discutir, independentemente de tudo o que foi dito aqui hoje, todos nós sabemos que os municípios são parceiros estratégicos do Governo Regional e o que estamos a decidir...

**Deputada Joana Pombo Tavares (PS):** Então se calhar devia esclarecer o Município.

**O Orador:** ... é se queremos que a esmagadora maioria dos municípios fiquem sem acesso aos fundos comunitários ou não e não vale a pena o Sr. Deputado António Lima apontar o dedo ao Sr. Vice-Presidente do Governo, ele não está aqui porque já não tem esta competência, tudo o resto a “fait diver” e é dogmatismo da sua parte, não vale a pena estarmos à volta disto.

O Governo está aqui representado, Sra. Deputada Alexandra Manes está aqui para dar a cara, como dizia o Sr. Deputado António Lima. O que importa aqui é decidirmos se queremos prorrogar ou não, o Bloco de Esquerda o ano passado, quando o Governo apresentou a proposta, podia ter feito uma proposta de alteração...

**Deputado António Lima (BE):** Eu?! Deve estar a brincar comigo!!

**O Orador:** ... a propor 2 ou 3 anos ou o que fosse e, portanto, agora vem aqui criticar o Governo, o Governo não é responsável pela

execução de PDM's, Sr. Deputado, o Governo não é responsável pela execução de PDM's, e, o Sr. tem que perceber isso, não vale a pena apontar o dedo e chamar o Governo de irresponsável e de incompetente, essa competência não é do Governo Regional dos Açores.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, estou à sua espera, eu prefiro gastar o meu tempo à sua espera, ah pois o problema é seu.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor quer é ver o fato do Sr. Deputado Nuno Barata.

**O Orador:** Sr. Deputado Nuno Barata, nós nunca sabemos se o Sr. Deputado Nuno Barata se vai levantar dessa cadeira para tomar a palavra, nunca sabemos. Se é um homem progressista, se é um homem libertário, se é um liberal, o que é que se levantou há pouco? Um homem do Antigo Testamento, um homem de Sodoma e Gomorra, o homem que diz: ah seus malandros, votaram Partido Socialista e votaram PSD merecem um castigo, merecem o castigo não terem PDM, não têm nada, e, o vosso futuro, Ó Sr. Deputado olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa, se é essa a sua ideia, isto é um castigo mais ou menos eterno, Sr. Deputado, é um castigo eterno

porque eles vão continuar a ganhar, vão continuar a ganhar durante muito tempo.

Sr. Deputado, a sua visão não pode ser essa, então veja uma coisa e V. Exa. não fez isso, este país não elegeu o Sr. Eng.º Sócrates? Elegeu! E o Sr. abandonou este país? Não abandonou, eu também não. Não disse: então fiquem aí, então os Srs. elegeram o Eng.º Sócrates agora recebam o castigo divino.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Ó Sr. Deputado quer mesmo ir por aí?!

**O Orador:** Não, o Sr. não fez isso, o Sr. candidatou-se, os Srs. elegeram o Deputado Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, o Sr. abandonou os Açores? Não abandonou, é que se fossemos com essa mentalidade, se calhar quase todos nós abandonávamos e estas gerações, todas de portugueses tinham abandonado o país depois de D. Afonso Henriques, não é!? Portanto, esse tipo de pensamento de - agora a responsabilidade cai em cima da população pelas suas escolhas democráticas - não, nós, o nosso objetivo é convencer as populações a escolherem governantes mais competentes, mas sabe uma coisa, Sr. Deputado, essa é uma tarefa que nos cabe a nós e o povo em relação a esta matéria não tem que, obviamente, para além das consequências do mau Governo, não tem que ser castigado pelo mau Governo de alguns, nós é que temos que conseguir convencer o povo de que aquelas não são boas ideias,

aquele não é um bom projeto e que o povo deve votar noutros partidos.

Por isso o que lhe quero dizer é que, Sr. Deputado, espero que regresse agora, Sr. Deputado, que nestes minutos, nestes breves minutos que faltam para a votação, regresse outra vez o Sr. Deputado responsável que é muitas vezes e o Sr. Deputado Liberal que é muitas vezes.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Se eu fosse liberal nem havia PDM's!

**O Orador:** E o Sr. Deputado que não quer castigar o povo dos Açores por erros de alguns políticos que não podem cair sobre a cabeça de todos.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Vamos então votar na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2022/A, de 6 de abril, que estabelece prazos específicos para a classificação e qualificação dos solos na Região Autónoma dos Açores”**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, foi aprovada na votação na generalidade com: 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE, 1 do CHEGA e 1 do Deputado independente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados. Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade. Pergunto se há intervenções para o debate na especialidade? Não havendo o diploma, tem cinco artigos, pergunto à Câmara, se posso colocá-los à votação em conjunto? Estão à votação o art.º 1.º, o art.º 2.º, o art.º 3.º, o art.º 4.º e o art.º 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Votação Final Global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, foi aprovada em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

**Presidente:** Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Gostaria de justificar ou fazer uma declaração de voto sobre a posição do CHEGA. Nós abstivemo-nos neste diploma porque, nós estamos aqui para proteger as pessoas, nós não estamos aqui para proteger políticos e muito menos políticos incompetentes. Os PDM's, como aqui foi dito durante esta tarde, os PDM's estão a prejudicar a vida das pessoas ou são usados como armas de arremesso contra as pessoas ou como armas eleitoralistas contra as pessoas e nós abstivemo-nos simpaticamente, porque merecia muito bem era um voto contra.

Os partidos que têm responsabilidades governativas nas autarquias é que tem que levar esse recado aos seus autarcas e têm de lhes puxar as orelhinhas e dizer que eles têm que fazer o trabalho que não fizeram em defesa das pessoas, as pessoas que estão nos municípios

não servem apenas para por uma cruz no boletim de voto, têm que ser respeitados e é bom que os açorianos percebam que há presidentes de câmara nos Açores que são incompetentes e que quase que perdem os apoios comunitários por não o terem feito atempadamente e não terem feito o seu trabalho, isto é bom que fique muito claro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O Sr. Deputado está a tentar deixar de fumar?

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

**(\*) Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD, através do seu voto favorável, naturalmente, põe-se novamente, e, através de mais este mecanismo ao lado dos autarcas, das autarquias dos Açores e das populações de cada concelho dos Açores.

O facto é que, ouve-se muito falar sobre os fundos comunitários, como eu já disse anteriormente, que as autarquias estariam, neste caso já foi aprovado, já não estão novamente e ainda bem, estariam impedidas de se candidatar a fundos comunitários, o facto é que só se podem candidatar ao PO 2020 em caso de alguma desistência neste momento e o PO 2030 de facto, ainda falta algum tempo para se apresentar projeto, por isso neste momento e durante esses dois meses, de facto não houve, isto é um facto importante, não houve

nenhuma autarquia nos Açores prejudicada e que fosse impedida de se candidatar a qualquer fundo comunitário neste mês e meio em que esta proposta do Governo Regional dos Açores esteve em análise, e sim porque este Governo acedeu a um pedido da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, que naturalmente, onde se representam todos os municípios dos Açores e que solicitou esta prorrogação ao Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional dos Açores tem sido um parceiro com as autarquias dos Açores, tem de facto anuído a muitos pedidos, não foi este o primeiro, não há de ser este o último, porque de facto, neste momento há convergência, há entendimento e há diálogo entre o Governo Regional dos Açores e as autarquias dos Açores.

Depois dizer também o seguinte nesta declaração de voto que me parece bastante importante, Sr. Presidente, o que está prorrogado são 2 anos para dar possibilidade às autarquias que não o fizeram para que o façam, se houver autarquias que acabem daqui a 2/3 meses, obviamente já têm o seu processo terminado, não têm que ficar todos à espera de os outros 19 municípios para que nada seja aprovado ou concluído em conjunto, apenas se dá, sim, a possibilidade de mais 2 anos para qualquer município que tenha mais dificuldade do que o outro na senda do que este Governo Regional tem feito, desde que tomou posse, que é não deixar efetivamente ninguém para trás. Obrigada.



*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não votei favoravelmente essa iniciativa, embora tendo a possibilidade de apresentar uma proposta de alteração para que a prorrogação fosse apenas até 31 de dezembro de 2024, muito rapidamente percebi que essa proposta não seria aprovada e, por isso, não apresentei essa proposta de alteração a esse Decreto Legislativo Regional.

Entendo que a posição que assumi é aquela que mais serve não aos autarcas, porque eu não estou aqui ao lado dos autarcas nem ao lado, nem atrás, nem à frente, mas acima de tudo ao lado dos munícipes, porque, a forma como os instrumentos de regulação de território são normalmente utilizados por alguns autarcas de má fé, é algo que me preocupa e por esta razão tenho que estar ao lado daqueles que precisam de ser defendidos, neste caso, os munícipes, e também, uma palavra para eles, para os autarcas que também são autarcas mas que não ganham eleições, estes que muitas vezes são vítimas do uso abusivo por parte daqueles que ganham eleições no uso dos instrumentos de regulação de território para a partir daí ganhar

eleições, para a partir daí, manterem as suas posições eleitorais nos concelhos.

Por esta razão, não poderia, obviamente, votar favoravelmente esta iniciativa, porque a fazê-lo seria dar um voto de conivência com situações que me parecem muitas vezes desagradáveis. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

**(\*) Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa, colocando-se ao lado das autarquias açorianas, como sempre esteve, reconhecendo aquele que é um processo estruturante para a nossa Região, para os vários concelhos, de complexidade aqui também reconhecida e, portanto, dado o prazo que foi proposto pelo Governo, foi pedido pela AMRAA o prazo de prorrogação definido pelo Governo de 2 anos, que possam, com este tempo, efetivamente cumprir aquilo que faltará a cada um deles cumprir para que possam também responder adequadamente a cada um dos açorianos. Muito obrigada.

**Deputadas Andreia Cardoso e Ana Luis (PS):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça o favor, para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sras. e Srs. Membros do Governo. Votamos favoravelmente esta proposta, porque não estamos aqui para dificultar a vida a ninguém, regras são regras, é certo, as Leis são regras, mas também compreendemos que o processo que está aqui em causa, que é a revisão dos PDM's é um processo extremamente complexo e extremamente moroso e ficou neste debate perfeitamente esclarecido a morosidade que alguns destes processos têm, e, portanto, obviamente que votamos favoravelmente porque é do interesse geral de todos os açorianos que os municípios não fiquem impedidos de concorrer a financiamentos, sejam comunitários, sejam financiamentos do próprio Governo Regional.

Esperamos que não haja mais necessidade de voltarmos a este diploma para voltar a mexer nos prazos, esperamos sinceramente que daqui para a frente os municípios, aqueles que começaram mais tarde este processo, consigam concluir os seus processos.

Aqueles que já cumpriram não são prejudicados nem beneficiados com esta alteração, e, portanto, a Praia da Vitória, o Nordeste, a Vila Franca do Campo, ou velas ou o Corvo podem continuar os seus investimentos, as suas candidaturas e os restantes resta-lhes terminar o mais célere possível os processos de revisão dos seus PDM'S, para

poderem também concorrer a esse financiamento a esses apoios financeiros e, portanto, sempre a favor dos açorianos, estamos aqui convictamente a aprovar uma medida que é importante para todas as ilhas, para todos os municípios. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se na votação desta proposta de Decreto Legislativo Regional em coerência com o que dissemos em março do ano passado, tinha-nos sido solicitado pelo Governo, solicitado ao Parlamento pelo Governo, a prorrogação de um prazo para revisão dos PDM's pelas autarquias, uma prorrogação pelo prazo de 1 ano. Há data, nós naturalmente, fomos sensíveis à avaliação que foi feita pelo Governo, à dificuldade que era óbvia de cumprimento por parte dos municípios dos prazos que tinham sido estabelecidos e naturalmente, de acordo com a informação que foi transmitida ao Parlamento, era de que, seria suficiente, e, que não seria necessário nem mais 1 dia para a conclusão da revisão, nós fomos sensíveis a isso, e, naturalmente

concordamos e votamos favoravelmente há um ano atrás a proposta que o Governo apresentou.

Passado pouco mais de 1 ano, recebemos outra proposta em que claramente se verifica que a avaliação que foi feita por parte de quem propõe ao Parlamento que aprove uma nova prorrogação de prazo, a avaliação foi errada, foi totalmente irrealista e que não correspondia de modo algum à situação que se vivia na altura. Ainda neste debate ficamos a saber que em 2022, vários municípios nem tinham iniciado a revisão dos PDM's, mas pediram-nos para aprovar uma prorrogação de um prazo de 1 ano, ora, nós, fizemos boa fé e com boa fé, na palavra e na avaliação que o Governo fez, não nos peçam para fazermos o mesmo depois do Governo ter errado redondamente e pior não reconhecer, não ter a humildade democrática de reconhecer esse erro.

E por isso nós não queremos prejudicar as populações que seriam prejudicadas se esse prazo não fosse prorrogado novamente, mas não estamos cá para a amparar os erros do Governo e da maioria que o suporta. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, para uma declaração de voto, faz favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este diploma, esta prorrogação de prazo do diploma em questão, com um sentido de

responsabilidade, não sem antes dizer que, alguns destes autarcas mereciam mesmo um castigo.

Obviamente, que os PDM's são instrumentos fundamentais para a gestão das autarquias, mas estão a ser utilizados também, até por parte da própria União Europeia como uma certa assalto à disponibilidade de cada um da sua propriedade privada. Os PDM's são um instrumento vindo de um diretório não eleito diretamente, uma imposição de um diretório não eleito diretamente, para com aqueles que são os mais diretamente eleitos, que são os autarcas dos Açores e de toda a Europa.

Não obstante estas questões, entendemos que seria irresponsável neste momento, não prorrogar este prazo, e, seria irresponsável e até injusto para com aqueles autarcas que, como foi o caso aqui conversado e já citado da Horta, em que o PDM apenas entrou já depois das últimas eleições autárquicas que mudou a cor partidária, seria injusto não prorrogar este prazo que mais não fosse por esta situação do concelho da Horta, e, por isso votámos favoravelmente essa prorrogação de prazo, apesar de todas as dúvidas que temos. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Uma declaração de voto muito breve, o PPM votou favoravelmente esta iniciativa do Governo Regional, na medida em que ela é fundamental para que as autarquias possam completar o seu processo de revisão do PDM e a revisão do PDM é essencial para as autarquias.

Não concordamos de forma nenhuma que se possam aqui fazer interpretações genéricas, de que há gente corrupta, de que há gente que tem responsabilidades, que há gente que tem interesses, esse é o discurso populista que se pode fazer sempre e demagógico de atribuir responsabilidades e que há muita gente que vai atrás disto.

Quem tem conhecimento desses factos, quem tem conhecimento de situações ilegais, de autarcas que se beneficiem, ou que de responsabilidades que existam, as pessoas que têm conhecimento e muito mais os políticos que têm conhecimento desses factos, só têm um destino que é fazer descrever essas situações para o Ministério Público, tudo o resto não deve entrar no debate político, a suspeição, o ataque, o ataque a fantasmas que não se nomeiam, levantar suspeições sobre a, b ou c e depois não as concretizar, isto é um discurso populista e demagógico, que o PPM não acompanha. Quem tem dados sobre essas situações não deve fazer generalizações, deve assumir as suas responsabilidades e o que deve fazer é descrevê-las junto das autoridades competentes, tudo o resto é um discurso irresponsável da nossa parte, irresponsabilidade total.

Esperamos que os municípios aproveitem esta oportunidade para concluir o PDM e obviamente, o Governo Regional aqui está para auxiliar naquilo que são as suas competências, no âmbito dos pareceres ou dos documentos que lhe forem solicitados, e, tenho a certeza de que o farão com a máxima celeridade.

Seja como for, em relação ao trabalho que é realizado pelos municípios, a população terá a oportunidade de se pronunciar em cada um deles em relação a esse trabalho e essa competência de fiscalização, não compete a este Parlamento, compete às respetivas assembleias municipais, compete também às respetivas vereações.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto? Não havendo, vamos fazer um intervalo, regressamos às 17h50.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, encerramos o ponto 8 da nossa agenda. Vamos passar para o ponto 9: **Projeto de Resolução n.º 138/XII – “Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.



Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, o cancro do pulmão é um dos tipos de cancro com maior número de novos casos em todo o mundo e é, também, o responsável pelo maior número de mortes, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde e Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde de 2022.

Em Portugal, ocupa já o terceiro lugar no número de novos casos de doença oncológica, tanto em homens como em mulheres e em termos de mortalidade tem uma elevada letalidade. De acordo com um estudo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, em 2018, os óbitos por cancro do pulmão representaram cerca de 16%. É de realçar que os casos de tumores malignos do pulmão nos Açores são o dobro dos registados nas restantes regiões de Portugal. Dados recentes apontam para 97 novos casos anuais por 100 mil habitantes de cancro pulmonar.

Em 2019, um terço de todas as mortes em Portugal foi atribuído a fatores de risco comportamentais, entre eles o tabagismo, a principal causa do cancro do pulmão em Portugal e no mundo. O tabaco é o único fator de risco comum a quatro das principais doenças crónicas: cancro, doença respiratória crónica, diabetes e doenças cerebrovasculares. Estima-se ainda que, em 2019, tenham ocorrido, em Portugal, cerca de 14 mil óbitos atribuíveis ao tabaco. Os últimos

dados apontam para uma prevalência do tabagismo cinco vezes mais elevada entre pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Segundo os dados obtidos no Inquérito Nacional de Saúde de 2019, na Região Autónoma dos Açores cerca de 21% da população com 15 ou mais anos consome tabaco diariamente.

Infelizmente, a despesa pública alocada à prevenção, enquanto percentagem das atuais despesas de saúde em Portugal, situava-se entre as mais baixas da União Europeia em 2020 e muito abaixo da média da UE (3,4 %). Ou seja, o investimento na prevenção não tem sido uma prioridade.

Embora o consumo de novos produtos de tabaco pela população mais jovem tenha conduzido mais recentemente à alteração da Lei do Tabaco, que aumenta as restrições ao fumo e à venda de produtos de tabaco, fomentando ambientes livres para os mais jovens e não fumadores, promovendo vários fatores dissuasores de experimentação e dependência, consideramos que é possível e necessário ir mais longe.

Assim, sendo um problema preocupante de saúde pública, o PAN/Açores considera que deve ser alvo de atenção e intervenção especiais pelos nossos governantes ao nível da prevenção, através da literacia para a saúde, da dissuasão, mas também pelo agravamento tributário do tabaco e da deteção precoce do cancro pulmonar, por meio de rastreio em populações-alvo.

A argumentação para o agravamento da tributação não é nova, e embora possa não ser uma medida politicamente popular é a oportunidade de darmos um sinal inequívoco na defesa de políticas intersectoriais de saúde pública visando o controlo do principal agente modificável nesta equação, neste caso o tabaco – o causador da maior e da mais evitável carga de doença e morte prematura da população nos Açores. Já em 2020, em carta assinada à Assembleia da República, a Sociedade Portuguesa de Pneumologia, de Oncologia, de Pediatria, Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública e Ordem dos Farmacêuticos, entre outros, pediram o agravamento da tributação de produtos de tabaco. Esta é uma opinião partilhada por outros médicos especialistas na Região que há bem pouco tempo as tornaram públicas.

O rastreio do cancro do pulmão foi uma questão muito debatida durante décadas. Hoje em dia é aceite na comunidade científica quando efetuado por meio da tomografia axial de baixa radiação sob determinados critérios de inclusão. É o momento de mudar o paradigma e sincronizar esforços para que seja uma realidade nos Açores, colocando ênfase adequada nas questões mais delicadas e encontrar as respostas no Serviço Regional de Saúde.

Ante a análise dos pareceres diligenciados em Comissão especializada, a iniciativa que apresentámos mereceu a concordância por parte dos especialistas. É unanime que o rastreio se traduz em ganhos para a saúde pela diminuição de mortes

associadas, num horizonte de mais de 20%, tal como foi afirmado pelo Presidente do Centro de Oncologia dos Açores. Os três pontos resolutivos mereceram, também, o crivo da Delegação Regional da Ordem dos Médicos por corresponderem aos vetores essenciais da prevenção primária e secundária do cancro do pulmão.

Foi defendida a sua exequibilidade na Região com a existência de um sistema de recolha e posterior leitura, sendo que terá uma boa relação de custo-efetividade, contando, ainda, com a possibilidade de acesso a linhas de financiamento europeias por parte da Região. Contudo e por vivermos numa Região ultraperiférica com características de dispersão geográfica peculiares que podem dificultar a execução de um programa de rastreio, é fundamental o investimento em aparelhos de Tomografia Axial Computorizada em todas as ilhas e usados no rastreio do pulmão a fim de facilitar a adesão ao programa nos grupos de risco a definir com base em dados epidemiológicos e clínicos. Um aparelho de TAC por ilha foi já um desafio, se bem que por outros motivos, apresentado e aprovado por unanimidade por esta Assembleia, sobretudo como forma de facilitar o acesso à via verde do AVC.

Assim, a Representação Parlamentar do PAN/Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresenta os seguintes pontos resolutivos a esta Assembleia na expectativa de convergir entendimentos para uma aprovação. São três pontos resolutivos, um de diagnóstico, um de prevenção e um de dissuasão:

- Diagnóstico, a implementação do rastreio do cancro do pulmão na população de alto risco nos Açores;
- Prevenção (educativo, pedagógico), no âmbito da educação para a saúde, o aumento das iniciativas preventivas do tabagismo;
- Dissuasão, para que seja diligenciado (e aqui há uma alteração que nós fizemos à nossa proposta, ao invés de sermos nós a taxar, por causa da competência) junto ao Governo da República para que haja um agravamento fiscal da tributação sobre o tabaco a nível nacional.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A saúde é um bem inquestionável e um direito inalienável na nossa Constituição. Aliás, no seu artigo 64.º refere: “Todos têm direito à proteção da saúde e também o dever de a defender e de a promover.”

O PAN traz-nos, e bem, uma iniciativa de saúde que assenta em duas áreas distintas: a prevenção primária, no ponto n.º 2 e 3, digamos assim; e a prevenção secundária, no seu ponto n.º 1, em que recomenda ao Governo a implementação do rastreio do cancro pulmão na população de risco.

A vantagem do rastreio é que permite o diagnóstico precoce de doenças, com consequentes importantíssimas e ganhos em saúde.

O Conselho da União Europeia, na sua publicação de dezembro de 2022, recomenda o reforço da prevenção através da deteção precoce. Fala de “uma nova abordagem para os rastreios ao cancro”. Alargando os rastreios a novas áreas, nomeadamente a nível do cancro do pulmão, entre outros.

A União Europeia recomenda que, face aos dados existentes sobre os TAC de baixa dose e a necessidade de adotar uma abordagem faseada, os países da Europa devem explorar a viabilidade e a eficácia deste tipo de programa, por exemplo utilizando estudos de execução. O programa deve integrar abordagens de prevenção primária e secundária, começando pelas pessoas de alto risco.

Devido á sua complexidade, iniciar com um projeto-piloto nos Açores é o mais sensato e realista. Um projeto-piloto permitirá perceber os eventuais constrangimentos e dificuldades na sua operacionalização, para que num futuro próximo possa ser uma realidade acessível a toda a população com alto risco para desenvolver cancro do pulmão.

Os rastreios têm de ser consequentes, ou seja, para além de todos os procedimentos iniciais, há que ter em conta as respostas e os encaminhamentos perante um rastreio suspeito.

Ora, a importância do rastreio é permitir diagnosticar numa fase inicial (sabendo que a sobrevivência pode ir até aos 70%) um

provável cancro, que no caso do cancro do pulmão ganha ainda mais importância, pois evolui de forma silenciosa. A sintomatologia só aparece e só é referida numa fase muito tardia do cancro.

Este tipo de rastreio, embora economicamente dispendioso, é sempre mais barato do que os tratamentos, muitos deles, não curativos do cancro do pulmão. E faz, ainda, mais sentido porque os Açores são a região do país onde mais se morre por cancro do pulmão.

Resumindo, os rastreios são parte da solução, podendo trazer ganhos em saúde. Mas não eliminam a causa da doença! Por isso, mais vale prevenir do que remediar. A prevenção primária é de extrema importância quando se fala de cancro do pulmão, pois o maior impacto na sua diminuição está no abandono do principal fator de risco: o tabaco.

O tabaco é responsável por 90% dos cancros do pulmão! Não esquecendo que, segundo os dados do Inquérito Nacional de Saúde em 2019, 23,4% da população açoriana com 15 e mais anos era fumadora!

Parar de fumar, como qualquer outra droga, exige muita força de vontade, porque a nicotina causa dependência química. Ultrapassar a dependência tabágica carece de ajuda dos serviços de saúde, pelo que as consultas de cessação tabágica são de primordial importância para o sucesso de quem quer deixar de fumar.

O Governo Português (tal como outros países) tem como objetivo

de saúde uma “geração livre de tabaco” até 2040. A intenção é desincentivar o ser fumador. Não só com medidas restritivas, mas essencialmente melhorando a literacia em saúde, promovendo estilos de vida saudáveis, campanhas de cessação tabágica, entre outras.

Os programas de prevenção devem ser adaptados para enfrentar riscos específicos de acordo com as características da população ou do público-alvo, como a idade, o gênero, a cultura, com vista a melhorar sua eficácia.

Embora a prevenção primária tenha vários eixos, pelo que se defende a estratégia de prevenção universal, que se dirige a todos os membros de uma determinada comunidade ou população.

A meta da prevenção universal é impedir o início do uso nocivo de substâncias, oferecendo a todos os indivíduos as informações e habilidades necessárias para a prevenção.

A prevenção universal tem como premissa: dotar as pessoas com os conhecimentos para poderem tomar decisões conscientes das consequências dos seus atos, melhorando assim a literacia em saúde e, conseqüentemente, a sua saúde.

Portanto, não desmerecendo a importância do rastreio e do diagnóstico precoce, há que privilegiar a prevenção primária tal como as campanhas de prevenção e sensibilização de toda a população.

Embora consciente da complexidade deste tipo de rastreio, o Grupo



Parlamentar do PSD associa-se a esta iniciativa, pelos ganhos em saúde que a população de risco possa vir a ter.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega vai acompanhar este diploma.

Por acaso, uma pequena nota, estava aqui a trocar umas impressões com o Sr. Deputado Pedro Neves, eu, enquanto fumador, apesar de já não fumar propriamente tabaco, sou o primeiro a dizer que se deve optar, obviamente, sempre pela prevenção, como disse a Sra. Deputada Ana Quental. Este deve ser o primeiro patamar, que é: se não existir e se as pessoas não consumirem, nós nem precisamos sequer de pensar nisto, entenda-se assim.

O Sr. Deputado Pedro Neves disse uma coisa que eu até concordo e tenho defendido, que é aumentar o preço e os impostos, etc. Curiosamente, há bem pouco tempo, vi, que vale o que vale, que nos países em que se tentou isto não diminuiu o consumo do tabaco,

aumentou, sim, o contrabando de tabaco. Que existe, existe no nosso país, etc.

Pronto, eu sou uma das pessoas que migrei para o *vape*, que já não é tabaco, é um outro produto, leva a nicotina. Há quem diga que é das drogas mais viciantes, enfim... Mas tudo o que nós podemos fazer para acabar também com isto, devemos fazer.

Agora, o que não devemos fazer é uma coisa que anda aí... Eu, fumador, me confesso, Sr. Deputado. Eu não tenho vergonha de assumir os meus erros. É um erro que tenho há muito tempo. Não me consigo livrar. Já tentei. Fui para outro tipo de substância, que há quem defenda que é melhor. Não é mais saudável, mas é melhor. O que eu queria dizer nisto e aproveitando a ocasião, é que anda aí também a ameaça, na República, de uma lei fundamentalista. Eu, apesar de defender tudo o que acabei de defender, eu acho que é um erro, um exagero, um disparate, não tem outro nome, o que se está a tentar fazer. O que é que se está a tentar fazer? Não se pode fumar à porta dos cafés. Os cafés não podem vender o tabaco. Resultado: a pequena economia dos cafés nas nossas terras, que é uma coisa, enfim, terrível... Olhe, eu moro numa terra que só tem um café. Se deixarmos de lá ter a máquina do tabaco, que é uma liberdade de cada um, nós devemos sensibilizar para que as pessoas não fumem, mas é uma liberdade de cada um, nós vamos... pronto, neste caso em particular é uma família que vive daquilo. E o tabaco acaba por ser um produto âncora, que eles próprios dizem que nem é aquilo que

faz grande diferença no orçamento do café, mas acaba por trazer o cliente, que acaba por pedir mais qualquer coisa, etc. Nós temos que ter cuidado com isto.

Eu não gosto de fundamentalismo. Sim, concordo que não se deve fumar em espaços fechados, onde estamos a comer, onde há crianças, etc., ninguém tem que levar com o meu fumo, mas este tipo de fundamentalismo, que é mandar as pessoas a 300 metros do café e até dificultar-lhes a compra do tabaco...

Curiosamente, já mexeram na lei, segundo eu sei, do pouco que eu fui acompanhando esses dias. Vai passar para quem? Para os grandes, para os poderosos, para as gasoleiras, quer dizer, enfim... É sempre a mesma história. Nós pegamos num problema e depois contemplamos uns e damos na cabeça a outros. Eu sei que não é este o tema, mas é um alerta que eu deixo. Nós temos que ter cuidado com isto, porque nós estamos a falar de um malefício, mas também estamos a falar aqui de uma parte da economia da nossa terra, especialmente nas ilhas em que vivemos, em que, às vezes, a desculpa de ir ao café é mesmo o tabaco. Se não houver essa desculpa, o café fecha a porta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Pessoas, Animais e Natureza traz uma iniciativa, neste caso, um projeto de resolução que recomenda ao Governo três pontos essenciais, que têm a ver com a implementação do rastreio do cancro do pulmão, no âmbito da educação para a saúde também o aumento de iniciativas preventivas do tabagismo e, por último, o agravamento fiscal da tributação sobre o tabaco como uma das formas passíveis de melhorar a dissuasão.

Este projeto de resolução esteve em apreciação na Comissão de Assuntos Sociais. Nós solicitamos diversos pareceres escritos. Também ouvimos, neste caso, o Governo, o Centro de Oncologia dos Açores e o Professor Vítor Rodrigues, da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Nos pareceres escritos, bem como nas audições, foi transversal à maioria das opiniões que recolhemos e do entendimento que recolhemos que o financiamento seria uma das principais questões que poderiam interferir eventualmente na implementação do rastreio do cancro do pulmão.

Da parte do Governo Regional, já foi anunciado, no início deste ano, que pretende iniciar uma experiência-piloto no início de 2024. Da parte do Governo da República, no final do ano passado, também já houve o anúncio de que se pretende implementar o rastreio do cancro do pulmão, bem como do cancro da próstata e do estômago

também, a breve trecho. Mas a componente do financiamento pode ser uma das questões principais para a implementação deste rastreio. Importa também referir que já vinha sendo trabalhado ao longo dos últimos anos, nomeadamente no final da legislatura anterior.

E, portanto, eu tinha aqui duas questões para colocar relativamente a esta matéria, que têm a ver precisamente com essa componente, porque na audição que nós tivemos na Comissão de Assuntos Sociais, da parte do Governo, foi-nos transmitido que não havia uma estimativa de custos para a implementação deste programa de rastreio, mas que o que teria mais impacto seria a nível da aquisição dos equipamentos. Entretanto, o Governo informou-nos que essa questão estaria ultrapassada por via de um financiamento através da União Europeia, e passo a citar: “O financiamento faz parte de um projeto europeu que apoia regiões como a nossa e que tem como prioridade máxima tudo o que esteja relacionado com o cancro.”

Ora bem, a questão aqui, depois, confronta, no nosso entendimento, com aquilo que foi a audição que tivemos do Presidente do Centro de Oncologia dos Açores, em que, no nosso entendimento, o financiamento parece não ser assim tão claro. E parece não ser assim tão claro na medida em que, e passo a citar também aquilo que foi a intervenção do Sr. Presidente do Centro de Oncologia dos Açores, “há linhas de financiamento também disponíveis para este fim, e o Centro de Oncologia está a tentar ser envolvido nisso, mas, sendo uma Joint Action, não é algo a que a Região se possa candidatar

diretamente, tem de ser por intermédio do Estado-membro”.

Portanto, a questão que eu tenho para colocar ao Governo é: de que forma é que será feito então esse financiamento? Se, eventualmente, é com recurso àquilo que foi transmitido à comissão na audição que foi realizada. Se será com recurso a verbas do PRR. E, sobre essa matéria, já todos nós sabemos o ponto em que está o PRR, com todos os atrasos no cumprimento das metas e dos marcos que foram definidos.

E, por outro lado, a outra questão que eu tinha para colocar era precisamente sobre a prevenção e o combate às dependências, indo ao encontro, também, daquilo que já foram as intervenções que me antecederam, de que o consumo do tabaco é um dos principais fatores que contribuem, também, para a incidência e a prevalência dos casos de cancro do pulmão na Região.

Recordar que, em março, também, deste ano, foi aprovado um projeto de resolução nesta Assembleia, por iniciativa do Partido Socialista, que se prende precisamente com a prevenção e o combate às dependências. E dois dos pontos resolutivos prendem-se com a retoma, no início do próximo ano letivo, da realização do inquérito às escolas e do relatório de atividades da saúde escolar.

Eu gostaria de perguntar ao Governo se essa retoma está prevista, tendo em conta que o início do ano escolar já foi anunciado para 12 de setembro.

E, por outro lado, perguntar qual é o ponto de situação relativamente

aos outros pontos relativos desse projeto de resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Gustavo Alves, tem a palavra.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Pessoas, Animais e Natureza apresenta a esta Assembleia Legislativa um Projeto de Resolução relativamente ao rastreio do cancro do pulmão nos Açores.

Este é um projeto que, no nosso entender, facilmente recolherá um amplo consenso parlamentar, na medida em que, num contexto de âmbito nacional, a Região Autónoma dos Açores detém os mais altos índices deste mesmo cancro e conseqüentemente é vítima deste número assombroso de mortes.

Pelo exposto, consideramos que esta temática apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Neves é deveras preocupante e o seu debate é da maior pertinência.

Como é sabido, este é um tipo de cancro com uma estreita relação com os hábitos de vida da população. A verdade é indesmentível.

Obviamente, quanto maior for o consumo de tabaco, maior será o risco associado a esse tipo de cancro, corroborando com uma expressão popular: doença não é azar. Estou em crer que faz muito sentido neste caso.

Nesse sentido, o principal mecanismo para combater esse flagelo é, sem dúvida alguma, evitar o tabagismo. Este um dos pontos resolutivos do diploma, que pretende que sejam implementadas e reforçadas as campanhas de sensibilização antitabagismo nas escolas e unidades de saúde. Estes mecanismos de dissuasão do tabaco são fundamentais para evitar que, sobretudo, as camadas jovens enveredem por esse caminho.

Sobre o rastreio do cancro do pulmão em si, parece-nos um bom mecanismo a ser aplicado na Região, com o intuito e expectativa de o mesmo ser detetado a tempo e através dos tratamentos médicos recolher uma maior taxa de sobrevivência.

Este é um tipo de cancro de desenvolvimento silencioso, não dá sinais evidentes desse progresso e só com o consentimento e aceitação da população fumadora em realizar o rastreio é que será possível descobrir este tipo de neoplasia.

Gostaria de acrescentar aqui, e como é referido no diploma do proponente e nos contributos recebidos, que o cancro do pulmão tem relação direta com o tabagismo, sendo considerado responsável por 90% dos casos.

A comunidade científica atribui os restantes 10% a dois outros



fatores, relacionados com os casos dos doentes não fumadores: poderá ser uma questão de genética, ou poderá estar relacionado com algo demasiado pouco falado nesta Região, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... que é o gás radioativo radão. Este último fator existente em ilhas vulcânicas de origem recente, à escala da idade do planeta Terra. Assim sendo, este gás radioativo, potencialmente cancerígeno, poderá existir nas casas açorianas, como em edifícios públicos. Sobre esse tema, o Grupo Parlamentar do PPM tem um projeto conjunto em elaboração e que brevemente será apresentado nesta Assembleia Legislativa.

Pelo exposto, finalizo parabenizando o proponente da presente proposta, que terá, obviamente, o voto favorável do PPM.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

**(\*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):**  
Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de iniciar a minha declaração dizendo que, de facto, esta é uma iniciativa bastante positiva do PAN, à semelhança de outras, como eu já tive oportunidade de referir, no setor da saúde, que tem apresentado e que tem merecido concordância do Governo Regional.

Apresenta, também, conforme foi ali declarado a tribuna, um preâmbulo com bastante rigor científico, que facilmente nos leva a deduzir a necessidade da implementação desta medida, porque é uma medida efetivamente boa, porque pode salvar vidas e porque pode antecipar diagnósticos. Diagnósticos esses que terão, obviamente, uma maior taxa de sucesso e probabilidade de cura se forem detetados em estádios iniciais, nomeadamente a nível da neoplasia do pulmão, que, como todos sabem, ao fim de cinco anos, têm uma sobrevida bastante reduzida. E, portanto, felicitar, nesta fase, o Sr. Deputado Pedro Neves por esta iniciativa.

E dizer, mais uma vez, à semelhança daquilo que já disse em sede de comissão, que o Governo Regional está, obviamente, disponível, como já tinha referido, para a sua implementação. E esperamos que a mesma ocorra ao longo do primeiro trimestre de 2024.

Referir que isto não é uma questão de concordar se implementamos ou não. Como é uma recomendação da União Europeia que saiu no final de dezembro de 2022, mais cedo ou mais tarde iríamos ter que adotá-la. Mas, à semelhança do que tem acontecido noutros países e noutras regiões, é, de facto, uma medida em que, apesar de boa para

os utentes, a sua operacionalização poderá ser difícil por especificidades técnicas. Daí a necessidade de a prepararmos de forma consistente, para que, efetivamente, possamos estar perante mais um dos bons rastreios que a Região apresenta.

Referir, nesta fase, e parece-me bastante pertinente, que, felizmente, a Região Autónoma dos Açores é a única Região do país que tem os três rastreios a funcionar na sua totalidade e de forma muito satisfatória.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Portanto, é importante ressaltar nesta fase aquilo que tem sido o trabalho do Centro de Oncologia e aquela também que tem sido a adesão dos açorianos, que permitem que possamos fazer uma afirmação que nos agrada, como esta referente aos rastreios.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Uma boa herança, Sra. Secretária! Às vezes, é preciso reconhecer!

**Deputado Nuno Barata (IL):** É verdade!

**A Oradora:** Dizer também que, apesar de algumas das dificuldades que poderão ser levantadas no terreno, nós estamos praticamente com algumas dessas dificuldades ultrapassadas. A União Europeia recomenda que este rastreio seja implementado a partir de projetos-piloto. Ora, é também isso que nós vamos fazer. No nosso caso e apesar da maior dificuldade a nível de financiamento, ao nível

orçamental, poderá estar associado à necessidade de adquirirmos equipamentos de TAC que façam exames com baixa dose, nas nove ilhas dos Açores. O que acontece é que temos já três ilhas com essa possibilidade. E como compreenderão, serão à partida as ilhas com hospital, onde já há esses aparelhos, pelas quais se iniciarão então os projetos-piloto.

Também, no âmbito daquilo que foi outra medida aqui apresentada, nomeadamente pela necessidade de adquirirmos TAC para que se possa instalar a via verde AVC em todas as ilhas, já temos a nossa vida facilitada nessa perspetiva, na medida em que, neste momento, a ilha do Pico já tem um aparelho, a ilha de São Jorge já tem um aparelho. Caminha-se para a aquisição de um TAC para a ilha das Flores e para a ilha de Santa Maria, projetos esses que serão adquiridos no âmbito do PRR. E, portanto, este impacto financeiro de maior dimensão para outras regiões, provavelmente na nossa Região não se irá colocar. E tenho que admitir que essa é uma grande facilidade para a operacionalização do rastreio, na medida em que sem estes aparelhos não podemos efetivar este bom programa.

De uma forma geral e por aquilo que foi dito na comissão por todos os intervenientes que foram ouvidos, é unânime a boa decisão em implementar este rastreio. Todos referem que, para que haja sucesso, é, de facto, imperativo garantir que seja um bom programa. E é, obviamente, esse o nosso maior desafio e aquilo que, de facto, importa neste momento.

Referir também que, a nível do financiamento, o que foi dito na comissão é que, efetivamente, esses cálculos não estão concluídos, até porque, recorde, a audição aconteceu há cerca de três semanas, salvo erro. Portanto, confesso que, nestas três semanas, o que não estava feito não está concluído. Mas a minha garantia foi que a questão do financiamento não será uma desculpa para o rastreio não funcionar a partir do primeiro trimestre de 2024 e que, inclusive, tínhamos a possibilidade, possibilidade essa que também foi mencionada pelo Dr. João Macedo, responsável do COA, a Região tem a possibilidade de se candidatar a uma linha de financiamento europeu através da Joint Action, que nos possibilita, então, aqui, alguma forma de irmos buscar financiamento para ajudar, obviamente, na implementação deste rastreio. E, portanto, essa é uma mais-valia, mais-valia essa que a Região não pode nem deve desperdiçar.

E como o Sr. Deputado Tiago Lopes bem sabe, sendo uma Joint Action, nós não podemos concorrer diretamente. Mas já na altura referi isso e volto a mencionar: foi, da nossa parte, sinalizado junto do Estado-membro essa vontade e intenção de concorrermos a essa linha de financiamento, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... para que a Região não perdesse essa oportunidade e não ficasse para trás neste ponto em específico.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do*

*PPM e dos Membros do Governo)*

Relativamente à questão do agravamento fiscal, como sabem, não é uma competência da Região na sua totalidade. Também aí o Sr. Deputado Pedro Neves reconheceu, e bem, e alterou o ponto resolutivo, para que esta Casa se pudesse manifestar sem qualquer tipo de receio. Porque, efetivamente, reconhecemos que é uma boa medida, mas tenho que recordar, também à semelhança daquilo que foi dito pelos diversos intervenientes na comissão, que o agravamento fiscal do tabaco por si só não é uma medida que deva funcionar de forma isolada, mas que faz parte de uma resposta integrada, associada à prevenção primária, associada, por exemplo, a um aumento na taxa de participação aos dispositivos que estão à nossa disponibilidade para reduzirem ou para ajudarem o fumador até concluir a evicção tabágica. Também, em complemento, então, esta necessidade de aumentar a carga fiscal sobre o tabaco. Portanto, acho que há aqui uma opinião unânime de que, de forma isolada, o agravamento fiscal não funciona, mas a probabilidade de termos mais sucesso, sim, ocorrerá se fizer parte de uma estratégia integrada, alocada às outras medidas que referi.

Achamos nós que esse é o caminho, mas também achamos nós que, efetivamente, é preciso melhorar, nomeadamente no âmbito da prevenção primária, sem qualquer tipo de reservas, porque, enquanto tivermos os números que já foram aqui apresentados, este Governo não poderá ficar, obviamente, descansado nem deverá

esconder que há ainda um longo caminho a percorrer.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM:** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, aquilo que nos preocupa mais nesta fase é, efetivamente, definir a operacionalização deste rastreio. Aquilo que foi dito em sede de comissão, nós precisamos de ter os aparelhos, precisamos, obviamente, de definir uma população-alvo, para que não haja aqui subdiagnósticos, mas também temos que ter a certeza que, quando for efetivamente encontrado um potencial caso, o Serviço Regional de Saúde tem que estar preparado para dar essa resposta.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E essa resposta é exigente, merece circuitos muito bem definidos, para que, de facto, os utentes do Serviço Regional de Saúde possam ser rastreados e, efetivamente, diagnosticados atempadamente. É uma resposta que, para além dos equipamentos, como já referi, requer a colaboração de profissionais de saúde, profissionais de saúde esses que poderão ser enfermeiros, que poderão ser técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e, obviamente, médicos, que terão que fazer a leitura do exame. E, portanto, neste contexto, é algo que tem que ser operacionalizado. Provavelmente, atendendo à realização do exame de TAC, será difícil que o mesmo possa ser feito em períodos normais de expediente dos hospitais, ou seja, entre as 8h30 e as 16h30, de forma

a não sobrelotar ou a não entupir ainda mais os serviços de imagiologia dos nossos três hospitais. Portanto, precisamos de ter aqui uma estratégia, estratégia essa que deverá ser concertada.

Além desta fase inicial, precisamos, depois, de ter respostas para que possam ser feitos exames invasivos de forma a aferir as lesões que são encontradas, nomeadamente, termos pneumologistas, termos imagiologistas que tenham a capacidade de fazer biópsias para os casos que sejam necessários, termos pneumologistas quando for necessário fazer broncofibroscopias e até, em último caso, temos que ter camas disponíveis para que os utentes, após a realização destas técnicas, pernoitem em hospital de dia ou nos internamentos e que possam ter alta de forma segura, porque estamos a falar de técnicas invasivas.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** E, portanto, este é um rastreio, efetivamente, complexo que merece toda a nossa atenção, mas acredito que, de forma concertada e em articulação com todas as instituições do Serviço Regional de Saúde, vamos conseguir dar mais uma resposta muito positiva aos utentes da nossa Região. É para isso que estamos aqui. É para isso que queremos merecer toda a confiança dos utentes.

E também relembrar que este é um processo que não podemos fazer sozinhos, que, mais uma vez, precisamos de todo o apoio dos profissionais de saúde que diariamente trabalham no Serviço Regional de Saúde.



Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos, agora, aqui, a discutir esta iniciativa do PAN, uma iniciativa que visa a implementação do rastreio do cancro do pulmão. Sem dúvida que os rastreios são uma mais-valia para os utentes do Serviço Regional de Saúde. São, sem dúvida, uma oportunidade, bem como um ganho em saúde.

Os rastreios, até como já foi também transmitido, têm funcionado na Região a 100%, o que é algo que é bastante importante relevar e valorizar. E aproveitar também para valorizar aquele que é o trabalho do Centro de Oncologia, aquele que é o trabalho de todos os profissionais envolvidos nestes rastreios, que, como disse, trazem, sem dúvida, uma oportunidade.

Também, como já foi referido, este rastreio do cancro do pulmão vem também de uma recente recomendação da própria União Europeia, que a mesma também recomenda que seja feito, como

também é essa a visão do próprio Governo Regional, por via de um projeto-piloto. E sem dúvida que esta matéria, este tipo de rastreio, que ainda não é feito na nossa Região, será implementado e será uma mais-valia para os utentes.

No próprio programa deste Governo já visava exatamente a promoção, a prevenção primária e o diagnóstico precoce de doenças oncológicas, nomeadamente através do apoio dos programas organizados de rastreio da base populacional.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** O próprio CDS, durante as legislativas, também defendeu, numa visita até ao Centro de Oncologia, exatamente a importância dos rastreios e, nomeadamente, a importância também do rastreio do cancro do pulmão.

Perante, também, os dados referentes, quer a nível nacional, aquilo que são os dados a nível nacional como sendo um dos principais cancros que são a causa de morte, mas também aquilo que são os dados a nível regional, da influência que o tabagismo tem como causa deste tipo de patologia, bem como a incidência que este tem ainda na nossa Região, por isso, por todos estes motivos, consideramos que é pertinente esta iniciativa, a implementação deste rastreio na nossa Região.

Estamos a falar de uma patologia que é bastante silenciosa. Muitas vezes, o grande problema e o grande drama é exatamente por já ser identificado numa fase mais tardia, o que faz com que o próprio

tratamento não tenha o nível de eficácia que teria se fosse identificado numa fase mais inicial.

Também, relativamente ao processo e àquilo que o Grupo Parlamentar do CDS entende como pertinente na implementação e na consequência daquilo que é a implementação do rastreio do cancro do pulmão, sem dúvida que é necessário, é nossa preocupação.

Também, desde já, agradecer os esclarecimentos da própria Secretária Regional, no âmbito agora deste debate e daquilo que será a operacionalização de todo este processo, porque, sem dúvida, é importante a iniciativa, é importante esta implementação na Região, mas sem dúvida que é importante a operacionalização de todo este processo, garantindo que exista o devido rastreamento numa fase inicial, o devido acompanhamento e que isto também seja consequente e tenha a resposta necessária aos utentes, que irão precisar de uma resposta sendo identificada a patologia.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Por isso, parece-nos que isto é necessário ressaltar, como disse a própria Secretária Regional.

É importante, parece-nos, a questão do projeto-piloto. São sempre importantes, na medida em que permitem, também, depois, avaliar o próprio projeto como está a ser implementado, identificar aquilo que são as dificuldades, aquilo que são as melhorias que se podem

fazer, por forma a que, quando for alargada a toda a Região, seja já feito com este conhecimento, sabendo de antemão que na nossa realidade arquipelágica, na nossa realidade das nove ilhas, também, muitas vezes, é necessário este acompanhamento, esta visão mais gradual e não ser implementado de uma só vez em toda a Região. Primeiro, nem todas as ilhas estariam preparadas para tal e, depois, também, prepararmos em termos de implementação nas diversas ilhas.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Também dizer que, quanto à questão da educação para a saúde, para nós, é fundamental. É fundamental este desafio, que é um desafio constante e diário esta educação para a saúde, a prevenção, a forma também de chegar à própria comunidade de uma forma generalizada naquilo que é a educação para saúde, desde os mais jovens até aos adultos, na medida em que é fundamental esta educação para saúde naquilo que são os resultados que pretendemos alcançar na nossa Região.

E deve existir, sem dúvida, uma estratégia integrada e participada, quer dos profissionais de saúde, quer das próprias escolas, quer das várias Direções Regionais envolvidas. E deve ser uma estratégia concertada e integrada entre todos, porque sem dúvida que a prevenção tem de ser a palavra de ordem.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**A Oradora:** Naquilo que concerne aos pontos resolutivos e também aquilo que é o agravamento fiscal, percebemos e até também achamos que foi boa esta substituição do Sr. Deputado Pedro Neves. Entendemos que este agravamento fiscal por si só não resolve. Pode, sim, atenuar e ajudar nesta estratégia concertada e em todo este processo, porque cabe-nos defender, como temos sempre defendido também ao longo dos anos, a importância de sensibilizar, de informar todos os açorianos naquilo que são os perigos, neste caso, também, em particular, do tabagismo. Por isso, são importantíssimos projetos como os Carros 100% Sem Fumo, o acompanhamento que é feito nas consultas, também, de cessação de tabaco...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** E há todo este processo e toda esta rede que está integrada.

Sem dúvida que é necessário dinamizar todos os dias e potenciar de forma a conseguirmos obter na nossa Região aquilo que são os resultados que todos nós ansiamos. E tirar, digamos assim, a Região desde números, que não são os mais animadores para nós açorianos, para aquilo que pretendemos em termos de saúde também, de todos os açorianos e dos nossos utentes.

Muito obrigada.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que nos encontramos a debater é da maior importância para uma Região como a nossa, que apresenta a maior taxa de incidência do país relativamente a esta neoplasia.

Dados do último inquérito nacional de saúde, em 2019, revelam que, ao contrário das restantes regiões de Portugal, os Açores continuam a ser a que mais apresenta as prevalências de consumo mais elevadas. A audição em comissão do Dr. João Macedo, Presidente do COA, deixou bem claros os números relativamente à incidência deste cancro na nossa Região.

Uma média anual de cerca de 126 casos, em que 13% do total dos cancros são em homens e o sexto com mais incidência nas mulheres. Referindo ainda como sendo uma patologia com uma taxa de mortalidade elevada ou o cancro com maior letalidade. Acrescentando que, num total de 663 óbitos por neoplasias, 152 correspondem ao cancro do pulmão, ou seja, 23% dos óbitos são por

cancro do pulmão.

Como bem sabemos, a luta contra o cancro do pulmão é já uma luta no plano europeu, onde se pretende alcançar uma redução acentuada no consumo de tabaco. Para que essa redução se concretize, há que investir na prevenção ao consumo de tabaco. E isto faz-se através da educação, de forma transversal, com sensibilização às camadas mais jovens e a adultos. Reforçar, sempre que necessário, consultas de acompanhamento para a cessação tabágica e atuar na comparticipação da medicação necessária para as pessoas que decidam deixar de fumar.

Da parte do Governo, sabemos que existe um compromisso para iniciar em 2024 um projeto-piloto no âmbito deste programa de rastreio que se pretende criar, mas é necessário que se definam critérios, que se tornam relevantes para o progresso do mesmo, o seu público-alvo, delimitando idades e condições.

Mas é também importante que se consiga motivar as pessoas a efetuarem esse mesmo rastreio e assegurar a devida articulação com centros de saúde e hospitais, de forma a dar uma resposta célere nos casos de diagnóstico. E esta é uma parte fundamental, não só o rastreio, não só o diagnóstico, como a possibilidade de atuar rapidamente.

E aqui ressalvo o reconhecimento claro por parte da Sra. Secretária ao abordar esta necessidade. Evidentemente que é preocupante o preço praticado na Região, mas as abordagens educativas,

nomeadamente na educação para a saúde, para a prevenção do consumo de tabaco, assim como na deteção precoce de possíveis alterações pulmonares, são as mais bem aceites e permitem o envolvimento do indivíduo de forma mais positiva.

Esta proposta reveste-se da maior importância para reverter os indicadores atuais, através de uma atuação preventiva, quer ao nível da educação para a saúde, quer ao nível do diagnóstico precoce da população de alto risco. E, por isso, o Bloco de Esquerda acompanhará esta proposta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos aqui um projeto de resolução devidamente fundamentado, que nos traz três pontos de resolução, um primeiro sobre o rastreio, um segundo sobre a prevenção e um terceiro sobre a dissuasão, que, muito embora o mecanismo utilizado não seja muito do agrado da Iniciativa Liberal, iremos acompanhar. Que fique claro, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Não há dúvida que este tipo de cancro... Aliás, a palavra cancro já tem entre nós uma conotação que nos assusta a todos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**O Orador:** Nas famílias, todos nós, quando ouvimos a simples



palavra, aliás, quando ouvimos falar em biópsia, já ficamos incomodados, eu diria assim, para não usar um termo popular que tem a ver com uma situação menos agradável.

E este tipo de cancro tem uma incidência nos Açores, como já foi dito aqui por vários intervenientes, bastante elevada. Nós temos, de facto, eu diria mesmo, uma tradição de mau uso do tabaco na Região Autónoma dos Açores.

Uma das poucas vantagens de já ser grisalho é ter assistido já a muitas fases do tabagismo. Era quase um ato heroico, quando eu andava na escola primária, fumar às escondidas. Ir à máquina de tabaco, como eu fui muitas vezes, porque o meu avô tinha uma fábrica de tabaco, tirar um cigarro deste tamanho para fumar. Era um ato de heroísmo. Os homens fortes fumavam.

Felizmente, este tipo de educação que alguns receberam na sua infância foi-se degradando, felizmente. Felizmente, a literacia em saúde foi aumentando entre os açorianos, foi aumentando entre os europeus, foi aumentando entre os nacionais de todo o território português. E, felizmente, a Região Autónoma dos Açores também acompanhou esse fenómeno.

Dizia a Sra. Secretária, e bem, que muito rastreio já é feito, muita prevenção foi bem feita. É talvez uma daquelas boas heranças que também não ficava mal reconhecer. Mas é preciso fazer, de facto, mais. É preciso fazer mais ao nível do diagnóstico, ao nível da prevenção e ao nível de dissuasão.

Eu não acredito que seja pela via fiscal que vamos dissuadir as pessoas de comprar e consumir tabaco. Não é pelo preço que as pessoas deixam de consumir outras drogas. Não é pelo preço que deixam de consumir álcool. É, sim, pela literacia. É, sim, pela formação permanente.

Aliás, nós sabemos que estes tipos de campanhas têm que ser inovadoras, têm que ser permanentes e têm que ser alteradas rapidamente. Já ninguém olha para os maços de tabaco que dizem que o tabaco provoca impotência ou que o tabaco mata. Aliás, havia um amigo que dizia assim: dê-me daquele que mata, se faz favor.

E, por isso, esse trabalho tem que ser feito com mais acutilância, mais permanente nas escolas, nas famílias, nos centros de saúde, nos hospitais, por todo o lado.

Neste sentido, Sr. Deputado Pedro Neves, um inovador, que nos traz esse diploma em outubro, ainda antes da União Europeia emanar a diretiva, que é do final do ano, conte com o voto favorável da Iniciativa Liberal, apesar do seu terceiro ponto resolutivo não ser do total agrado da Iniciativa Liberal, que acha que taxar não é uma forma total de dissuasão.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Não sou eu que o digo, são os especialistas.

**O Orador:** Mas como seria muito mais grave não aprovar a resolução só pelo facto de ela conter esse ponto resolutivo, a bonomia dos outros pontos resolutivos é tal que nos levará a aprovar

o projeto resolutivo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, não sou eu sequer que digo, são mesmo os especialistas. São vários especialistas que dizem isso sobre a dissuasão, que é necessário taxar o preço do tabaco para que se reduza o seu consumo. Não sou eu, porque não sou especialista para dizer isso. Mas sei, à partida, que isso é um dos pilares deste projeto de resolução, um dos pilares importantes. Como dissuasão, talvez seja o mais importante. Mas todos os outros também o são.

E dizer, desculpem dizer desta forma, mas ainda bem que o Parlamento tem o PAN, com esse tipo de inovação. Muito obrigado pelas palavras.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Ainda bem que o Parlamento é plural!

**O Orador:** E também os Açores estão de parabéns. Em termos de país, somos pioneiros, começamos primeiro do que a República. O projeto de resolução entrou em outubro. O ex-Secretário Regional da Saúde começou logo a trabalhar nele muito antes da República, muito antes até de termos as diretivas da própria União Europeia. O que tínhamos, sim, era uma indicação dos 100 milhões de euros que iriam, obviamente, ser canalizados para o rastreio do cancro do

pulmão e também para o cancro do estômago e da próstata. E essa sem dúvida que mete a Região Autónoma dos Açores como um dos pioneiros na União Europeia, porque nós fomos mesmo os primeiros.

E com isso dizer, à partida, apenas para dar uma informação, que há dois tipos de canalização desse dinheiro. Presumo que são 36 milhões para os Estados-membros, sim. Nós não conseguimos ir sozinhos. Mas temos 60 milhões para o Horizonte Europa. E o Horizonte Europa, nós podemos ir sozinhos, não precisamos da Assembleia da República, não precisamos do Governo da República, não precisamos de uma Joint Venture se não quisermos. Podemos ganhar com isso, com o *know-how*? Sem dúvida nenhuma. Mas se não der por algum problema, e como já temos a experiência da Assembleia da República que se esquece dos Açores, temos o Horizonte Europa, temos os melhores profissionais, o Governo tem os melhores profissionais para fazer esse projeto e para conseguir ser o *partner* da União Europeia para canalizar esse dinheiro.

Não só para um projeto-piloto, aí não concordo com o CDS, mas para integrar completamente em todas as ilhas dos Açores, porque temos que arrepiar caminho porque somos a pior região de Portugal relativamente à incidência do cancro do pulmão. Como existem mortos, não precisamos sequer de um projeto-piloto. Precisamos desse dinheiro, obviamente. Temos a União Europeia, que tem 100 milhões para dar a todos os Estados-membros e às regiões

autónomas, neste caso às RUP, com o Horizonte Europa.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção por dizer que me vou associar à iniciativa do Sr. Deputado Pedro Neves. Felicita-lo pela iniciativa.

Todos nós reconhecemos que os cuidados de saúde preventivos e, nesse caso, o diagnóstico atempado de doenças é a forma mais barata de manter cuidados de saúde à população. Portanto, é assim que normalmente fazem os países pobres. E nós, como não somos ricos, devemos orientar as nossas políticas de saúde principalmente na prevenção.

Por isso, reconheço o valor da sua iniciativa, como reconheço também que a prevenção e a informação atempada aos nossos jovens com ações de sensibilização serão sempre importantes e terão sempre um caminho que fará, a prazo, a diferença.

Não posso deixar de dizer que as palavras da Sra. Secretária da Saúde também me deixaram algum conforto. A forma como já foi demonstrando a possibilidade de articular esses rastreios, provavelmente, como disse, para não criar atrofiamientos no serviço

regular, na prestação de cuidados de saúde a todos os pacientes, de eventualmente este serviço ser feito num horário fora daquele que é o horário normal de prestação de serviços de saúde. Isso é reconfortante.

Eu não posso deixar de lembrar uma situação: nenhum de nós nasce fumador. E todos os outros pacientes que não fumam também têm o direito de não verem os seus serviços de saúde condicionados pela necessidade de se fazer rastreios de cancro do pulmão. Por aquilo que já nos demonstrou a Sra. Secretária, é essa intenção. Portanto, há aqui um objetivo de não condicionar os outros serviços de saúde. E isso é importante.

Relativamente a uma situação que também já foi aqui abordada por mais do que um anterior interveniente, a questão da fiscalidade sobre o tabaco, eu entendo também que não é a fiscalidade que vai dissuadir os consumidores de tabaco, não será, mas alguma influência terá. Mas, acima de tudo, se não tiver uma influência, também há que reconhecer o mérito dessa posição, de uma ação sobre a fiscalidade mais intensa relativamente ao tabaco, que é o princípio do utilizador pagador. Portanto, este serviço de prestação do diagnóstico e do tratamento de pessoas com doenças de pulmão que são causadas, normalmente, voluntariamente, pelo consumo de tabaco, obviamente que, se esse tipo de cuidados de saúde for de alguma forma financiado por aqueles que são os impostos provenientes do tabaco, há uma justiça social e uma justiça que

desde logo é promovida para aqueles que não consomem tabaco.

Portanto, por essas razões, pelo Sr. Deputado Pedro Neves ter indicado a necessidade de um tratamento, mas, de alguma forma, e felicito-o por isso, também indicar uma possibilidade de fonte de financiamento, no abstrato poderá ser assim, para mim, é uma forma que eu gosto de encarar como forma de resolver os problemas, porque para as soluções arranja mecanismos. E esta, para mim, foi uma forma feliz de o fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que estamos aqui no âmbito da discussão desta iniciativa com algum melindre na assunção plena daquilo que são os pontos resolutivos da iniciativa apresentada pelo PAN. Ou concordamos, ou não concordamos, mas temos que assumir efetivamente a nossa posição de forma clara, inequívoca e transparente perante toda a Assembleia, em concordância com aquilo que iremos votar de seguida.

Eu recordo que, e importa fazer aqui este exercício de reflexão, porque depois não podemos esquecer a história nem o passado histórico, nomeadamente o passado histórico recente, de que o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por altura da discussão do programa do Governo, ...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** É muito importante a gente recordar o passado recente!

**O Orador:** Diga, Sr. Deputado Flávio Soares... Vamos falar do passado, vamos.

Por altura da discussão do programa do Governo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista questionou precisamente o Governo Regional sobre o rastreio do cancro do pulmão, o que é que o Governo Regional pensava sobre o rastreio do cancro do pulmão. E não obtivemos resposta, porque não tinham pensado nisso.

Ao contrário daquilo que o CDS já anunciou, nomeadamente através de um requerimento, e em diário das sessões também por ocasião de uma outra discussão nesta Assembleia, mas, hoje, ainda bem que, de certa forma, não levem a mal, se retrataram, ou seja, o rastreio do cancro do pulmão não foi incluído no programa do Governo.

E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista colocou essa questão por altura da discussão do programa do Governo, porquê? Porque, ao contrário daquilo que foi dito, e importa corrigir aqui aquilo que não é verdadeiro e que não corresponde à verdade, este rastreio não surge, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores, por via da recomendação da União Europeia, no final de 2022. Isso não corresponde à verdade. O rastreio do cancro do pulmão foi debatido no Conselho Consultivo para o Combate da Doença Oncológica, em



2019. E o Centro de Oncologia dos Açores, no seu plano de atividades para 2020, colocou de imediato a delineação deste programa de rastreio. E, portanto, isto não surge agora.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Em 2019. E depois não fez nada!

**O Orador:** Fez, Sra. Secretária. Sabe o que é que fez? Eu vou-lhe dizer o que é que fez, Sra. Secretária. É que, ao contrário daquilo que foi aqui dito, mesmo os três programas de rastreio que existem neste momento não caíram por obra e graça... E se estão em funcionamento, foi porque, efetivamente, foram bem delineados ao longo dos últimos anos, nomeadamente o ROCMA, que existe desde 2009, o ROCCA, desde 2010 e 2011, o PICCOA, desde 2017. A criação do Conselho Consultivo foi em 2015.

E, depois, a Sra. Secretária estava a dizer em aparte que não foi feito nada. Não corresponde à verdade.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Eu não disse nada disso!

**O Orador:** Disse. Disse, Sra. Secretária. Disse que não foi feito nada entre 2019 e 2020. E eu vou desmentir isso. Foi feito, sim, senhora. Olhe, o registo oncológico dos últimos 20 anos da Região Autónoma dos Açores foi feito e publicado em 2018. E isto corresponde à primeira fase de um estudo sobre o cancro nos Açores, que foi feito e iniciado na legislatura anterior.

Mais outro, a segunda etapa deste estudo foi concluída também na

legislatura anterior, que tem a ver com a georreferenciação. E o Sr. Presidente do Centro de Oncologia dos Açores disse que o Governo já tem esses dados na sua posse.

E, portanto, aquilo que nos preocupa neste momento é que, perante todo este conhecimento que já é detido por parte do Governo, ainda há aqui algumas inflexões sobre como é que vai ser feito o financiamento, há aqui ainda algumas dúvidas sobre como é que vai ser feita, implementada e organizada a referenciação dos utentes no âmbito do rastreio.

É porque importa aqui refletir e ponderar que isto não é só implementar o rastreio e ponto final. Os utentes vão ser rastreados, vão ser remetidos para aferição, vão ser diagnosticados e depois vão ter que ser tratados.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): O senhor descobriu a pólvora!

**O Orador:** Portanto, importa muito bem aqui ponderar, e estamos em junho...

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Não ouviu o que eu disse?

**O Orador:** Ouvi sim, Sra. Secretária. E é isso que me preocupa. Se isto já começou a ser delineado em 2019, se o Centro de Oncologia dos Açores já tem trabalhado sobre esta matéria ao longo dos últimos anos, porque é que desde 2020 para cá, efetivamente, nunca foi feito mais nada? Estamos em junho de 2023 e ainda estamos a

pensar como é que isto vai ser organizado. Nem sabemos como é que vai ser financiado. E isso é que nos preocupa.

Há uma promessa, porquê? Porque o Ministro da Saúde, em dezembro, veio dizer que ia implementar o rastreio do cancro do pulmão, da próstata e do estômago?! Foi para responder ao Governo da República apenas e só?! Foi porque a União Europeia emitiu uma recomendação aos Estado-membros para implementar o rastreio do cancro do pulmão?! É que não basta só anunciar. E já estamos fartos de anúncios por parte do Governo e que depois não se traduzem em nada na prática. E é isso que nos preocupa.

É que o anúncio da implementação deste rastreio no primeiro trimestre de 2024 não passa apenas e só disso. É que estamos a brincar com a saúde das pessoas. As pessoas vão ser rastreadas, vão ser aferidas, vão ser diagnosticadas e depois têm que ser tratadas. E é isso que nós exigimos do Governo Regional.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Não tem que exigir nada!

**O Orador:** E, por outro lado, nós estamos aqui, como eu estava a dizer, parece que com algum melindre em assumir aquilo que é o ponto resolutivo n.º 3, proposto pelo PAN, que é o aumento da tributação fiscal sobre o tabaco. Mas os partidos que têm assento nesta Casa são a favor, ou não são a favor, desse ponto resolutivo? E da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

**Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): O senhor tem sempre

que fazer um caso!

**O Orador:** Ó Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é uma questão de coerência. E V. Exas. é que falam de coerência.

E, portanto, se vota a favor de um projeto de resolução que tem um ponto resolutivo em que recomenda ao Governo o aumento da tributação fiscal sobre o tabaco... Se não concorda, vai votar a favor?!

Agora, importa aqui é recuperar o passado histórico. E, por isso, eu pergunto ao Governo: se o Governo vai ter coragem de assumir aquilo que o Governo anterior também assumiu naquilo que diz respeito ao aumento da tributação fiscal.

Eu vou só dar aqui alguns dados só para nós termos noção e não esquecermos aquilo que foi passado recente.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Não precisa de dar porque não queremos saber!

**O Orador:** Analisada a evolução dos impostos sobre o tabaco entre 2012 e 2020, verifica-se, e importa ter em consideração que isto diz respeito ao Código dos Impostos Especiais de Consumo, naquilo que diz respeito ao elemento específico, que passou de 15,30 euros para 34 euros, mais 122,2%. O Governo concorda com isso? Os partidos que vão votar esta iniciativa também concordam com isso? Vão exigir isso ao Governo? Vão exigir igual tratamento, igual implementação dessa medida relativamente à tributação fiscal do tabaco?

Naquilo que diz respeito ao elemento *ad valorem*, passou também 36,5% para 42%, um aumento de 5,5 pontos percentuais ou mais 15%. O Governo também vai trabalhar nesse sentido? Os partidos que vão votar esta iniciativa também concordam com esse aumento? E naquilo que diz respeito à obrigação imposta no n.º 2 do artigo 105.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, passou de 50 para 78%, mais 28 pontos percentuais, ou seja, mais 56%.

Portanto, tudo isto culminou no quê? É que, efetivamente, tal como mostra o último relatório, de 2021, do Serviço de Intervenção de Combate às Dependências e aos Comportamentos Aditivos, demonstrou que, efetivamente, até 2020, houve uma diminuição do consumo de tabaco na Região. E foi dito aqui, ainda há pouco, nomeadamente pela Sra. Deputada Ana Quental, que este é um dos principais fatores de risco para a incidência do cancro do pulmão na Região. E, portanto, até 2020 conseguiu-se isso. Foram palavras do Sr. Diretor Regional da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, que, até 2020, conseguiu-se diminuir 6,4% aquilo que é a taxa de consumo de tabaco na Região. E os últimos dados do SICAD, de 2021, evidenciam uma inflexão, uma inversão dessa tendência.

E, portanto, aquilo que se questiona é, efetivamente, se os partidos que vão votar esta iniciativa concordam com todos os pontos resolutivos que aqui estão.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação...

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que os dados demonstram contraria totalmente algumas das afirmações que foram aqui feitas por diversos partidos. O que os dados demonstram é que o aumento de um imposto específico sobre o tabaco ou o aumento do preço do tabaco é a medida que, isoladamente, é mais eficaz na redução do consumo do tabaco.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Não é verdade! É em conjunto!

**O Orador:** Não é possível? É, sim.

A que dados é que eu me refiro? Refiro-me ao oitavo relatório da Organização Mundial de Saúde sobre a epidemia global de tabaco. E, portanto, não é verdade que o aumento da carga fiscal sobre o tabaco seja algo de acessório em relação às medidas que visam diminuir o consumo do tabaco. Foi nesta convicção que os últimos Governos Regionais, da responsabilidade do Partido Socialista, aumentaram significativamente a carga fiscal sobre o tabaco.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Antes não dizia isso!

**O Orador:** Não, Sr. Deputado Joaquim Machado. É preciso assumir

isso claramente.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Agora!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Agora, porquê?

**O Orador:** E podemos divergir de opiniões sobre isso.

Entre 2012 e 2020, para quem nos ouve, o imposto do tabaco tem duas componentes: uma componente que é sobre a unidade vendida, a componente específica; e outra que é sobre o valor. Entre 2012 e 2020, a componente específica aumentou 122%.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Qual era a base?

**O Orador:** O elemento *ad valorem* aumentou mais 15%. E uma obrigação que consta também do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo, no caso do tabaco, também foi significativamente aumentada, em mais 56%.

Eu enalteço todo o esforço que possa ser feito nas componentes da prevenção, nas componentes do rastreio. Julgo que isso é muito importante. Mas é muito importante que esta componente do agravamento fiscal seja continuada, porque nós, apesar disso que aqui está, apesar desse percurso, não estamos nem perto de onde deveríamos estar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por isso é que vamos votar!

**O Orador:** Há uma diferença ainda muito significativa para outras regiões do país. E isso torna-se incompreensível quando os Açores são a região do país que tem uma mais elevada taxa de incidência de cancro do pulmão. E, por isso, todos os esforços que puderem ser

feitos nessa componente são, obviamente, bem-vindos.

E os dados em que eu me baseio para fazer essa afirmação, mais, os dados em que, como Presidente do Governo, me baseei para, junto do Governo da República, uma vez que a Região não tem competência para mexer nisso, fazer esse esforço, foram esses dados, ou seja, foi a perspetiva técnica da Organização Mundial de Saúde...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tem é que explicar isso ao Sr. Deputado Tiago Lopes!

**O Orador:** ... quanto ao facto de o aumento da carga fiscal sobre o tabaco ser a medida que, isoladamente, é considerada como a mais eficaz quanto à redução do consumo do tabaco. E, por isso, dizer que o aumento do imposto do tabaco só por si não, é exatamente o contrário.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas quem é que disse isso?

**O Orador:** O aumento do imposto específico sobre o tabaco é a medida que, isoladamente, é a mais eficaz. E, por isso, exorto...

*(Aparte inaudível)*

Ó Srs. Deputados, houve alguns dos partidos que intervieram que disseram que, isoladamente...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quais?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem?



**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quais partidos?

**O Orador:** Olhe, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse isso. A Sra. Secretária disse isso também.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Não disse, não!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Disse, sim, senhora!

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Disse que era uma proposta integrada!

**O Orador:** Que, isoladamente, não seria a solução.

O Sr. Deputado Nuno Barata discorda. OK. Muito bem. Mas isso é uma opção.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Disse que não gosto de impostos.

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Nuno Barata, mas a sua opinião, o senhor tem direito a ela. Como também me parecem eu ter direito a seguir pelos dados que a Organização Mundial de Saúde pública em relação a isso.

E, portanto, a minha mensagem final é essa. É, no fundo, exortar e apelar a componente da prevenção, a componente do rastreio, mas, também, sobretudo, a componente fiscal, que é o terceiro ponto resolutivo da proposta que o PAN apresenta, que é essencial para essa componente.

Nós não estamos nem perto de onde deveríamos estar nesse aspeto.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

**(\*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, de facto, fico perplexa, porque estamos aqui a discutir o rastreio do cancro do pulmão na Região, que todos concordamos que é uma boa medida, mas nem assim... Eu fico perplexa porque, infelizmente, o Sr. Deputado Tiago Lopes consegue tornar aquilo que é bom em algo que podia ser menos bom, porque fazer aqui as afirmações que fez não faz qualquer tipo de sentido, porque queremos que seja uma discussão séria, uma discussão rigorosa e construtiva.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Eu própria reconheci que, apesar de ser um programa necessário, é um programa de difícil implementação e operacionalização, que vai requerer um esforço muito significativo de todo o Serviço Regional de Saúde, porque, como o Sr. Deputado bem sabe, exige vários níveis de intervenção de diferentes especialistas, de diferentes técnicos de saúde e que, infelizmente, até pela capacidade instalada nos hospitais, não vamos conseguir que

este rastreio funcione no normal expediente, entre as 8h30 e as 16h30, e provavelmente vamos ter que ter aqui produção adicional para conseguir dar a resposta. E é isso que está a ser estudado.

E, portanto, fico perplexa quando, mesmo assim, se tenta transformar uma boa medida aqui num debate com quezílias, com o diz que disse, com a necessidade de haver algo negativo, que não é aquilo que se pretende. Pelo amor de Deus! Não consigo. Não consigo.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** E fico ainda mais perplexa quando vejo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vir aqui dizer que a secretária fez afirmações que não correspondem à verdade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**A Oradora:** E foi dito em sede de comissão, não só por mim, mas pelos especialistas que foram ouvidos, que o agravamento fiscal por si só não tem uma vantagem de forma isolada, faz parte de uma resposta integrada onde se deve incluir a prevenção primária, onde se deve incluir um aumento da taxa de comparticipação sobre os dispositivos disponíveis para os utentes deixarem de fumar e, concomitantemente, o agravamento sobre o preço do tabaco.

Portanto, por si só não tem a eficácia que nós gostaríamos, faz parte de uma resposta integrada, à semelhança daquilo que é feito em saúde. Tudo o que é prevenção em saúde, ou a maior parte das patologias de prevenção em saúde, isoladamente não têm sucesso. São, sim, uma resposta concertada, envolvendo vários níveis.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E só para finalizar, posso-lhe dizer, olhe, o exemplo do ano passado a nível de Portugal, que nos primeiros quatro meses do ano foram vendidos 2,7 mil milhões de cigarros, mesmo apesar do agravamento fiscal sobre o tabaco.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, está a ver que o agravamento por si só e de forma isolada não é significativo, faz parte de uma resposta concertada, que merece a articulação de vários departamentos, que requer a articulação de todo o Serviço Regional de Saúde. E é neste sentido que o Governo irá trabalhar, para que este programa seja mais um sucesso na Região Autónoma dos Açores.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Quezília é isso, Sra. Secretária!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, dada a excelência da resposta da Sra. Secretária da Saúde, que subscrevo, prescindo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na minha apresentação que eu fiz na tribuna, o primeiro parágrafo fala sobre isso mesmo.

Sobre as métricas da Organização Mundial de Saúde, eu não posso, obviamente, contrariar. É o que a OMS diz, que pode ser unicamente sozinha... Que pode não, reduz obrigatoriamente. Por isso é que há mesmo um abaixo-assinado na Assembleia da República, que também disse que é a carta assinada pela Sociedade Portuguesa de Pneumologia, Oncologia e Pediatria, Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública e Ordem dos Farmacêuticos, que dizem que o agravamento da tributação por si só reduz.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É óbvio!

**O Orador:** Isso é óbvio. O PAN nunca iria fazer uma iniciativa unicamente por causa da tributação do tabaco, acho que é a solidificação e, neste caso, a robustez da prevenção, da dissuasão, que é aquilo que nós estamos agora a falar, que o Sr. Deputado

Vasco Cordeiro disse.

E também o rastreio em si, que é algo que nós necessitamos, tanto na região, como no país e a nível europeu, é que faz, obviamente, uma eficácia ainda melhor. Não estou a dizer que nenhum dos pontos resolutivos não seja eficaz. Aliás, os três são eficazes mesmo sozinhos. Os três juntos, obviamente, vai dar uma robustez maior.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Claro!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer aqui o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. O que eu disse, em nome do Chega, como é óbvio, é que, apesar de concordarmos que o aumento da carga fiscal poderá ser uma condicionante para diminuirmos o tabagismo, alertei que noutros países onde isto está implementado, a verdade é que aumentou o comércio paralelo, o contrabando. Que existe também nos Açores. Existe também no continente. Aumentou. As pessoas, se dispararmos o preço, é uma questão de lógica, é uma questão de mecânica...

Não estou a dizer que é errado aumentar. É errado ter mais impostos sobre um produto, etc. É errado na nossa perspetiva. É errado. Mas

se puder ser uma ferramenta, pois que seja.

E, às vezes, qualquer fumador diz: olhe, se isso aumentasse para 20 euros, se calhar diminuíamos. Mas vou-lhe dizer, como fumador, que isto não é verdade. A pessoa vai fumar sempre. Alguns vão desistir. E eu vou ficar feliz. O senhor vai ficar feliz. Vamos ficar todos felizes. Mas não é a ferramenta certa, porque vai é, quando muito, agravar nalgumas famílias até financeiramente.

Mas continuo a dizer: estou de acordo que se deva aumentar o preço, que se deva, enfim, criar aqui alguma limitação.

Já estou prevendo que no futuro nada disto vai funcionar. Vamos ter muito mercado paralelo, que já existe. E vamos aumentar isto, vamos ter aqui... Ou seja, nem o Estado vai arrecadar algum dinheiro para os tratamentos, para se utilizar naquilo que é o tratamento. E estamos aqui a falar do rastreio do cancro do pulmão. Ninguém vai beneficiar, a não ser os contrabandistas, aqueles que trabalham à margem da lei. Foi o alerta que deixei. E é preciso ter cuidado com isso. Quem não quiser saber disto, quem não quiser estar atento a isto, pois, não tenho nada a fazer. É uma realidade. E é uma realidade de quem anda na rua e conhece as coisas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começar aqui também por dizer, daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, aquilo que está plasmado no programa do Governo e que não poderia integrar o rastreio do cancro do pulmão, que o que está plasmado no programa do Governo determina que será promovida a prevenção primária e o diagnóstico precoce de doenças oncológicas, nomeadamente através do apoio dos programas organizados de rastreio de base populacional.

Estando na Região implementado o rastreio do cancro da mama, do colo do útero, do colo-rectal, da cavidade oral, gostaria de perguntar: se estivesse ainda nos cargos que já ocupou anteriormente na área da saúde, como é que priorizava os rastreios que a Região ainda não faz? Qual seria o próximo rastreio a fazer?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ora bem!

**A Oradora:** Mas, aqui, em algum momento, diz que o rastreio do cancro do pulmão estava fora de questão? Não. Mas o senhor insiste em dizer isso. Ponto número um.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Era evidente que era o próximo!

**A Oradora:** Ponto número dois: quanto à questão e ao caso que é levantado aqui quanto aos pontos resolutivos, Sr. Deputado, quantas vezes, nesta Casa, todos nós já aprovámos iniciativas no que concerne aos projetos de resolução e dos quais não podemos fazer propostas de alteração? Quantas vezes é que já aprovámos porque entendemos que é pertinente aquela temática, que existem pontos



resolutivos que a gente se identifica, que possa até existir um outro ou outro ponto que não concordamos a 100% ou que não entendemos que é a estratégia acertada ou a mais ajustada e votamos a favor? O Partido Socialista também já não fez isso? Mas, agora, o senhor quer levantar o caso porque nós dissemos isto do ponto resolutivo... E onde é que está a coerência?... Pois bem, ainda ontem, votaram a favor do PEPGRA, mas, depois, na declaração de voto era um mau documento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Na declaração de voto era mau!

**A Oradora:** E, portanto, o Sr. Deputado Tiago Lopes também gosta muito, sempre, de levantar um caso e um casinho em relação às matérias da saúde.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**A Oradora:** Depois daquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse e do que alguns partidos disseram, primeiro, nós nunca colocamos em causa aquilo que são os dados, as informações preconizadas pela Organização Mundial de Saúde. O que nós dissemos foi que, no nosso entendimento, não é a questão do agravamento fiscal que irá levar-nos a reverter alguns dos indicadores que nós temos na nossa Região. É a nossa opinião.

E a verdade é que nas próprias audições, nomeadamente do Professor Vítor Rodrigues, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que eu acredito que tenha, melhor do que eu, conhecimento das

informações que saem sobre esta matéria, ele próprio diz: o agravamento fiscal é importante, mas não tem um efeito sozinho.

E, portanto, é esse o nosso entendimento.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** Foi isso que eu disse. Não vou estar, agora, aqui, a dizer que não tinha... Não. Foi isso que nós dissemos. Foi isso que eu disse.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não tinha efeito sozinho!

**A Oradora:** Sozinho. Ou seja, que esse agravamento... Nós entendíamos que não era isso.

E até o que me admira é que, depois, a própria Organização Mundial de Saúde também refere que tinha que existir a nível mundial um aumento de 50% do valor do tabaco para ter os resultados que se quer alcançados, portanto, para ter eficácia por si só esta medida. Existem várias referências que são feitas nesse relatório.

Mas também dizer que, depois da intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e aquilo que é, de forma legítima, o entendimento que a bancada do Partido Socialista faz sobre esta matéria, tendo sido Governo, a questão que eu coloco é: porque é que nunca equiparou o valor do preço do tabaco ao do continente? Se a questão era o preço...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

E atendendo àquela que é a realidade na nossa Região, no que concerne à incidência do consumo do tabaco, como é que esta medida nunca foi tomada?

Esta minha intervenção, acima de tudo, é para esclarecer aquilo que foi a nossa posição, da bancada do Grupo Parlamentar do CDS.

E reiterar que fazer um caso e um casinho nesta iniciativa, depois daquilo tudo que dissemos, não sei se é na tentativa de desmerecer aquilo que é a iniciativa do Deputado Pedro Neves... Acho que não é esse o debate que esta iniciativa merece, da problemática que representa o cancro do pulmão na nossa Região.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu só pedi para intervir agora nesta fase final, embora já tivesse feito a intervenção, se calhar para dar razão ao Sr. Deputado Vasco

Cordeiro, mas também à Sra. Secretária da Saúde.

Tem razão o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e eu acredito que sim, quando diz que o aumento da tributação sobre o tabaco há de reduzir o consumo. Eu não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, porque há um ponto a partir do qual as pessoas fazem contas à vida.

Também, se calhar, tem razão a Sra. Secretária da Saúde quando diz que a venda de tabaco em Portugal aumentou. Mas, se calhar, é preciso pensarmos aqui uma coisa: quanto turismo é que vem a Portugal e que, depois, à saída de Portugal leva maços de tabaco debaixo do braço? Portanto, esse tabaco vendido em Portugal, se calhar, já não é todo para portugueses fumarem. Portanto, se calhar, tem razão o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e tem razão a Sra. Secretária, quando diz que a venda de tabaco aumentou. Mas aumentou, se calhar, porque estamos a exportar em pequenas quantidades tabaco, que vão na bagagem de cada um.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 138/XII – Implementação do rastreio do cancro do pulmão na Região Autónoma dos Açores, designadamente a substituição integral que foi feita.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 138/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 10: **Projeto de Resolução n.º 160/XII – “Recomenda ao Governo da República a transferência urgente dos montantes necessários à execução das obras referentes aos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo”**. É uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado independente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para a sua apresentação.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Costuma-se dizer que para situações excecionais, medidas excecionais.

A catástrofe que aconteceu nos Açores, mais concretamente na ilha das Flores, e que teve consequências bastante graves, com prejuízos avultadíssimos, merece de todos nós uma atenção especial. E quando digo todos nós, não só aqueles que estão nesta Casa, mas de cada um dos 10 milhões de portugueses. E, obviamente, que nesses 10 milhões não se podem esquecer as forças políticas que governam essa área territorial que se chama Portugal.

A resolução dos problemas causados pela pelo furacão Lorenzo e

até, depois, mais recentemente, pela tempestade Efrain, não são problemas dos Açores, são problemas do país.

Se numa primeira instância o Governo da República reconheceu essa situação quando transferiu, a título de adiantamento, aproximadamente 20 milhões para fazer face às primeiras despesas relativas aos prejuízos do furacão Lorenzo, se àquela data era uma necessidade esse momento de solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores, o que é certo é que não perdeu a atualidade essa necessidade de a República ser solidária com os Açores.

E, por esta razão, não usando argumentos de desculpa de que os prejuízos serão candidatáveis ou não a fundos europeus, o que atende aqui neste momento é a necessidade de fazer face àquela que é uma obrigação da República em ajudar a resolver, desde logo, um problema de ligação de uma das ilhas de Açores, mas também de outros prejuízos que também foram causados ao abrigo dessas tempestades, principalmente na ilha das Flores.

Os montantes até agora gastos na recuperação daquelas infraestruturas portuárias é algo que deve merecer a nossa união, uma voz firme, no sentido, não de exigir, eu não queria colocar a questão desta forma, mas de alertar a República da necessidade de solidariedade para com os irmãos dos Açores, mais concretamente até com os irmãos florentinos.

Portanto, eu acho que essa é uma obrigação de cada um, de cada açoriano, de cada português. Eu não tenho dúvidas nenhuma que

qualquer português, do Minho ao Algarve, será sensível à necessidade de acudir à reposição das infraestruturas que, entretanto, ficaram danificadas com a passagem do furacão Lorenzo e com a tempestade Efrain.

Portanto, esta iniciativa que aqui trago é precisamente um alerta a isso, para que façamos chegar essa voz à República, ao Governo da República, à Assembleia da República, para que o Governo da República atenda a esse problema. Porque o que é certo é que não pode ser só a débil tesouraria regional a assegurar no imediato a recuperação dessas infraestruturas.

Como bem sabem, há infraestruturas dessas que merecem um trabalho continuado e que a consolidação das estruturas depende da sua execução na totalidade. Portanto, não são infraestruturas em que a sua execução possa ser diluída no tempo. Não. Elas obrigam a um trabalho permanente, quando possível.

Já basta a calendarização a que as infraestruturas portuárias estão expostas pelo facto de terem que ser realizadas no horizonte temporal chamado verão, para a execução de obras portuárias. Já basta esse constrangimento. Não podemos juntar a isso, obviamente, também constrangimentos de ordem económica.

Portanto, eu acho que fiz, seguramente, a exposição adequada daquilo que pretendo com esta iniciativa. E apelo às Sras. e aos Srs. Deputados que atendam àquilo que é uma necessidade dos Açores, dos açorianos das nove ilhas, especialmente da ilha das Flores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, é uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** Atendendo à nossa hora, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Voltamos amanhã às 10 horas.

Boa noite a todos.

*Eram 19 horas e 31 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**João Vasco Pereira da Costa**

*Os redatores, Sónia Furtado e André Silva*